

---

# CPDOC

## 30 anos

---



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS

**CPDOC**

Centro de Pesquisa e  
Documentação de História  
Contemporânea do Brasil

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.  
A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

CPDOC 30 anos / Textos de Célia Camargo... [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas/CPDOC, 2003. 192 p.



**CPDOC**2003

**30 ANOS**

---

# CPDOC 30 anos

---

**Textos de:** Célia Camargo, Eduardo Escorel,  
Elide Rugai Bastos, Francisco J. Calazans Falcon,  
Gilberto Velho, Janaína Amado,  
João Trajano Sento-Sé, José Sergio Leite Lopes,  
Kenneth P. Serbin, Marieta de Moraes Ferreira e  
Michael L. Conniff



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS

**CPDOC**

Centro de Pesquisa e  
Documentação de História  
Contemporânea do Brasil

ISBN 85-225-0436-9

Copyright

© Centro de Pesquisa e Documentação  
de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

Direitos desta edição reservados à

EDITORA FGV

Praia de Botafogo, 190 – 14º andar

22253-900 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tels.: 0800-21-7777 – 0-XX-21-2559-5543

Fax: 0-XX-21-2559-5532

e-mail: editora@fgv.br

web site: www.editora.fgv.br

*Impresso no Brasil/ Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação,  
no todo ou em parte,  
constitui violação do copyright (Lei no 5.988)

1ª edição – 2003

Copidesque:

Dora Rocha e Sérgio Lamarão

Projeto gráfico:

Campos Gerais /

Washington Dias Lessa e Victor Seabra (estagiário)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen / FGV

CPDOC 30 anos / Textos de Célia Camargo...[et al.]. -

Rio de Janeiro : Editora FGV : CPDOC, 2003.

192 p.

1. Centro de Pesquisa e Documentação de História  
Contemporânea do Brasil. I. Reis, Célia Camargo. II.  
Fundação Getúlio Vargas.

CDD - 353.81105

## Sumário

---

<b>CPDOC – 30 anos</b>	<b>7</b>
Marieta de Moraes Ferreira	
<b>O lugar da interdisciplinaridade</b>	<b>13</b>
Gilberto Velho	
<b>Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas</b>	<b>21</b>
Célia Camargo	
<b>Vestígios do passado: acervo audiovisual e documentário histórico</b>	<b>45</b>
Eduardo Escorel	
<b>Conversando: o CPDOC no campo da história oral</b>	<b>59</b>
Janaína Amado	
<b>O DHBB e os brasilianistas</b>	<b>85</b>
Michael L. Conniff	
<b>O CPDOC e o pensamento social brasileiro</b>	<b>97</b>
Elide Rugai Bastos	
<b>Do autoritarismo à democracia: mapeando a longa evolução dos militares brasileiros</b>	<b>121</b>
Kenneth P. Serbin	
<b>Os estudos de política no Rio de Janeiro e a criação de um campo de pesquisa</b>	<b>131</b>
João Trajano Sento-Sé	
<b>Movimentos sociais e classes populares: uma linha de pesquisa subsidiária estratégica</b>	<b>153</b>
José Sergio Leite Lopes	
<b>Estudos Históricos – 15 anos!</b>	<b>179</b>
Francisco J. Calazans Falcon	





## **CPDOC – 30 ANOS**

Ao longo de seus 30 anos, que hoje comemoramos, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas enfrentou e superou alguns desafios. Relembrá-los e refletir sobre eles certamente é uma boa maneira de nos prepararmos para os que ainda virão.

Ao ser criado em 1973, o CPDOC contou sem dúvida com algumas condições favoráveis: foi abrigado por uma instituição prestigiosa como a Fundação Getúlio Vargas e foi beneficiado pelo movimento então em curso de expansão da pós-graduação em ciências sociais e história, bem como de estímulo às atividades de pesquisa e documentação. Por dispor de um projeto de trabalho consistente e de um sólido patrimônio documental inicial, o CPDOC não demorou a obter recursos financeiros junto a entidades como a Fundação Ford ou a agências governamentais como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). No entanto, exatamente por se definir como um centro voltado para o estudo da história política recente do país, que valorizava o papel dos indivíduos e privilegiava, como fontes, os arquivos privados pessoais e os depoimentos orais, o CPDOC viu também o seu projeto acadêmico ser alvo de questionamentos. Aos olhos de muitos, parecia que tinha escolhido avançar na contramão da história que então se fazia no país.

A tendência dominante nos estudos históricos no Brasil dos anos 1970 sofria uma dupla influência: de um lado, a do marxismo, que valorizava a

“história dos vencidos”, o estudo das classes populares e dos excluídos; complementarmente, a da “nova história” francesa, originária da chamada *École des Annales*, que implicava a crítica à história política, por muito tempo dominante, e a defesa de uma concepção da história onde o econômico e o social deviam ocupar o lugar principal. Para os novos historiadores, os fenômenos inscritos na longa duração eram mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude; as estruturas duráveis eram mais determinantes que os acidentes de conjuntura; os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história do que as iniciativas individuais. Portanto, as realidades do trabalho e da produção, e não mais os regimes políticos, deveriam ser objeto de sua atenção.

Se o “político” havia sido banido da história que se desejava escrever na segunda metade do século XX, é preciso lembrar também que a consolidação da disciplina da história e a profissionalização do historiador, ocorridas no século XIX, haviam desde então imposto o domínio absoluto das fontes escritas em detrimento da tradição oral. A memória havia sido expulsa de cena em favor do registro escrito, única fonte fidedigna e capaz de conduzir a uma história científica. A criação dos arquivos nacionais, paradigmas de instituições organizadas em torno da fonte escrita, levava, por seu lado, ao desenvolvimento do estudo dos períodos mais remotos. Enquanto o passado distante recebia maior atenção e inspirava reflexões mais profundas, a história contemporânea era marginalizada e definida apenas como um apêndice cronológico, sem identificação teórica. A justificativa para tal posicionamento era a idéia de que uma história só nasce para uma época quando esta já está totalmente morta, o que implicava a crença em um passado fixo e determinado.

A imensa transformação do campo da história que, a partir da França dos *Annales*, se difundiu para outros países, questionou muitas coisas, mas não pôs em discussão o predomínio absoluto das fontes escritas. Ao contrário, reafirmou-o. Ao valorizar o estudo das estruturas e dos processos de longa duração, a nova história atribuiu às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. Correspondente-mente, ao desvalorizar a análise do papel do indivíduo, das conjunturas, dos aspectos culturais e políticos, desqualificou o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida, das biografias. Condenava-se a sua subjetividade, levantavam-

se dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentavam, enfatizava-se a dificuldade de se obter relatos confiáveis. Alegava-se também que os depoimentos pessoais não podiam ser considerados representativos de uma época ou um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações. Não é preciso dizer que os historiadores identificados com a tradição dos *Annales* excluíram as possibilidades de uso das fontes orais.

Diante disso, entende-se por que a proposta de trabalho do CPDOC foi recebida por alguns com críticas e desconfianças. Pretendia-se trabalhar com um tipo de história descartado pelos modernos historiadores do século XX, e com métodos repudiados desde o século XIX! No entanto, em pouco tempo ficou demonstrada a legitimidade do uso de fontes desacreditadas como os arquivos pessoais e os depoimentos orais, bem como a fertilidade de uma história política fortemente marcada por uma abordagem multidisciplinar, tributária da qualificação diferenciada dos pesquisadores do CPDOC: sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, documentalistas e, afinal, historiadores.

Não estou querendo dizer aqui que o CPDOC lutou inteiramente sozinho contra tudo e contra todos. Além das inovações que a história política produzida por seus pesquisadores apresentava, as mudanças que então começavam a se processar na historiografia internacional e brasileira nos ajudavam a conquistar reconhecimento. De fato, na virada dos anos 1970 para os 80 abriram-se novos caminhos para a história política, assim como se reconheceu o papel das trajetórias individuais na história. Pouco a pouco difundiu-se a convicção de que a política tem uma existência própria: não é uma simples expressão reflexa da ação estrutural das forças econômicas; é o lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete. Esse movimento trouxe, por sua vez, transformações expressivas nos diferentes campos da pesquisa histórica: o estudo de temas contemporâneos foi incorporado, a análise qualitativa foi revalorizada, a importância das experiências individuais foi resgatada, ou seja, o interesse foi deslocado das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Todo esse processo de mudanças historiográficas auxiliou enormemente o reconhecimento do papel do CPDOC e do

acerto das opções temáticas e metodológicas que marcaram sua fundação. O primeiro desafio estava vencido, mas logo novas questões iriam exigir novas respostas.

Na segunda metade da década de 1980, a sociedade brasileira começou a sofrer importantes transformações. Deixavam-se para trás 20 anos de regime militar e iniciava-se a transição democrática, que culminaria com a promulgação de uma nova Constituição em 1988 e a eleição direta de um presidente civil em 1989. Nesse processo, entrou em crise o modelo de desenvolvimento econômico até então vigente, baseado na forte presença do Estado como agente empreendedor, nas restrições à participação do capital estrangeiro e às importações. A abertura da economia, a limitação da ação do Estado e o incentivo às privatizações foram temas que mobilizaram diferentes setores, preocupados em definir um novo perfil para o país. A discussão sensibilizou tecnocratas, empresários, políticos e intelectuais, enquanto as mudanças começavam a ser executadas. Nesse cenário, era evidente que as políticas de financiamento para a pesquisa e para a cultura também seriam atingidas.

Duas tendências podem ser percebidas nesse momento: de um lado, houve uma retração do poder público no financiamento de projetos institucionais de pesquisa básica e no patrocínio de iniciativas de preservação da memória nacional; de outro, revelou-se o interesse de grandes empresas em recuperar sua própria memória, em resgatar seu papel na história do país e estabelecer novas estratégias para o futuro. A mudança na política de financiamentos iria provocar transformações profundas nas instituições de ensino e pesquisa. E o CPDOC é um caso exemplar para avaliarmos seus efeitos, positivos e negativos.

A interrupção nos anos 1990 do apoio da Finep, que cobria a maior parte dos custos do CPDOC, obrigou o Centro a buscar novas formas de sobrevivência. A própria Fundação Getúlio Vargas, que fora criada nos anos 1940 como entidade privada, mas destinada a atuar como instrumento de modernização do Estado brasileiro, e que por isso tinha como principal fonte de recursos verbas públicas, também estava sendo desafiada a buscar receitas para financiar a produção de seus bens públicos (cursos de mestrado, doutorado e pesquisa acadêmica).

A pergunta que nos fizemos na época, com grande apreensão, foi:

como uma instituição dedicada à preservação da memória, que organiza e abre para o público, gratuitamente, um acervo de mais de um milhão de documentos escritos e visuais e um arquivo de fontes orais de mais de quatro mil horas gravadas, que desenvolve pesquisas divulgadas em livros e outras publicações acadêmicas, poderia sobreviver sem o apoio de recursos públicos? Como gerar receitas para financiar esse tipo de atividade? Até que ponto vender consultorias na área de memória e história comprometeria a qualidade acadêmica do Centro? Como dar continuidade à política de recebimento e preservação de acervos e à criação de novas linhas de pesquisa e, ao mesmo tempo, prestar serviços a financiadores externos?

Já no final dos anos 1980 o CPDOC tinha experimentado realizar consultorias na montagem de acervos de depoimentos orais, desenvolvendo projetos para a Petrobras e a Eletrobrás, mas essas iniciativas tiveram peso limitado no conjunto de suas atividades. Com as crescentes dificuldades de financiamento, nos anos 1990 essa experiência iria ganhar novas dimensões. Garantir a sobrevivência do CPDOC significava ampliar a rede de consultorias, buscar constantemente novas parcerias e ainda, em meio a tantos compromissos, garantir espaço para os trabalhos acadêmicos. Parecia que seria impossível dar conta de tantas exigências. Na entrada do ano 2000 a situação tornou-se especialmente crítica, com perdas importantes para o Centro.

No entanto, pouco a pouco começamos a nos recuperar. Ao lado das atividades de consultoria, conseguimos garantir o apoio da direção da FGV para sustentar as atividades de documentação, o que nos permitiu não só dar continuidade à preservação e organização de arquivos pessoais, mas, principalmente, informatizar o acervo e criar um portal na internet. A relação entre pesquisa acadêmica e atividades para o “mercado”, ainda que com dificuldades, chegou a um equilíbrio, e nos indicou uma nova possibilidade e um novo desafio: transformar o CPDOC em um centro de pesquisa, documentação e ensino.

No desenvolvimento dessa idéia, estava claro para nós que deveríamos criar algo diferente dos cursos existentes, pois não faria sentido reproduzir a oferta das universidades. Nossa experiência na prestação de serviços para instituições públicas e privadas, e nossos contatos com empresas não-acadêmicas que desenvolvem projetos culturais e projetos sociais de

memória, nos permitiram perceber a existência de um público interessado em ampliar seus conhecimentos, para poder desenvolver com competência seu trabalho, sem, no entanto, pretender um engajamento acadêmico de longo prazo. Pareceu-nos, assim, que a primeira etapa desse novo caminho que começávamos a desbravar poderia ser a estruturação de um curso de mestrado profissionalizante, destinado a dar uma boa formação para aqueles que atuam ou desejam atuar no planejamento, elaboração, desenvolvimento, gestão, assessoramento, difusão, acompanhamento ou avaliação de atividades e propostas voltadas para a produção ou preservação de bens culturais (como acervos, patrimônio, centros de memória e de cultura, exposições e eventos) ou para projetos sociais, em especial aqueles que tomam a cultura como via privilegiada para o desenvolvimento da cidadania e para a redução da exclusão social.

Mais uma vez, um projeto do CPDOC despertava desconfiança. Não havia no país nenhuma outra experiência equivalente, e a comunidade acadêmica não via com bons olhos esse tipo de iniciativa. Mas o fato é que o Mestrado Profissional em História, Bens Culturais e Projetos Sociais do CPDOC foi avaliado e aprovado pela Capes, e está abrindo sua primeira turma em agosto de 2003. Estamos agora mergulhados na estruturação de um curso de graduação em ciências sociais com uma forte marca de história, ainda uma vez diferente dos existentes e baseado em nossa própria experiência. Estamos empenhados na produção de material didático de história e na divulgação do acervo e dos trabalhos do Centro para um público amplo através da internet. Ao ampliar nossas atividades, mantendo nossas linhas tradicionais de trabalho, estamos procurando enfrentar os novos desafios que se apresentam com a seriedade que sempre marcou nossa trajetória.

É dessa trajetória que tratam os textos reunidos neste livro, escritos por especialistas por nós convidados a analisar a atuação do CPDOC em seus diferentes campos de trabalho. Mais que um balanço do que foi realizado pelo Centro, este conjunto de reflexões fornece um rico painel dos principais debates e tendências da historiografia e das ciências sociais no Brasil dos últimos 30 anos.

Marieta de Moraes Ferreira é diretora do CPDOC.

## O lugar da interdisciplinaridade

No desenvolvimento do campo científico e na história do mundo acadêmico-universitário há questões-chave e temas recorrentes que atravessam praticamente todo o espectro disciplinar. Uma das mais importantes e fascinantes é a que se refere ao universalismo e à especialização. Nas ciências humanas e sociais essa questão assume características próprias a partir da problemática geral. A própria divisão entre *humanas* e *sociais*, sublinhada muitas vezes em políticas públicas de agências oficiais, traz importantes indicações sobre a constituição e as demarcações desta *área de conhecimento*.

*Humanidades* é uma classificação ampla, associada às letras, ao estudo de línguas, à filosofia e, tradicionalmente, à história. Vincula-se à valorização de uma tradição humanista, voltada para a preservação e cultivo de uma herança clássica, em cuja base estava o conhecimento da Antigüidade greco-romana e de seus desdobramentos através da história do Ocidente. O direito romano e a cultura jurídica em geral constituíram um ramo mais especializado dessa tradição, acompanhado de um domínio maior ou menor do latim. Essas e outras características tornar-se-iam símbolos e instrumentos de distinção, estabelecendo fronteiras entre elites letradas e segmentos sociais menos ilustrados.

Assim as ciências humanas, na sua origem, apresentam-se identificadas com as *humanidades*, incorporando depois outras disciplinas como aquelas voltadas para o estudo do indivíduo e de seu comportamento,

como a psicologia em várias de suas vertentes. Essa incorporação deveu-se à crescente expansão e complexificação da produção de conhecimento associada à urbanização, à expansão do Ocidente, às conquistas coloniais, à Revolução Industrial e à expansão do capitalismo em geral. O *darwinismo* e a teoria da evolução, a partir de meados do século XIX, foram fatores fundamentais no acelerado desenvolvimento científico que repercutiu em quase todas as áreas disciplinares.

No caso citado do relacionamento das ciências humanas com a área psi temos um exemplo significativo da arbitrariedade e relatividade das fronteiras disciplinares. Existe, claramente, dentro do campo de investigação do comportamento individual, uma tradição humanista em constante diálogo com a filosofia e com as humanidades. Há uma vertente importante que se aproxima das ciências sociais, como a psicologia social, e também áreas da psiquiatria e da psicanálise, preocupadas com fenômenos sociológicos e culturais. Há, ainda, outra corrente que foca-liza e investiga os indivíduos à luz da biologia, sob os mais variados aspectos, incluindo-se mais recentemente as pesquisas genéticas. Embora existam relações entre essas subáreas, elas apresentam forte identidade e dinâmica própria, estabelecendo fronteiras, descontinuidades e mesmo incompatibilidades.

Os fenômenos sociais, propriamente, passam a ganhar um espaço significativo no decorrer do século XIX e início do XX com autores como Comte, Spencer, Marx, Weber, Simmel, Durkheim, Boas, Malinowski, entre outros. Sociologia, antropologia e ciência política vão se delineando como disciplinas específicas num movimento de idas e vindas em que variados autores estabelecem ênfases e orientações diferenciadas, dialogando e debatendo temáticas estudadas, por exemplo, na história, na economia e na filosofia. Aliás, outra área complexa é certamente a economia, com subáreas como a economia política, a história econômica, a econometria etc., que tem relações diferenciadas não só com as ciências humanas e sociais, mas também com a matemática e a engenharia, por exemplo. A geografia, por sua vez, é uma disciplina com uma longa história, muito variada e heterogênea em suas preocupações. As geografias física e humana comunicam-se e estabelecem pontes com um universo de conhecimento múltiplo que inclui temas ligados à botânica, à zoologia, à



geologia, à história, à antropologia, à sociologia, entre outros.

A organização das áreas de conhecimento não se dá do mesmo modo em todo o mundo, em razão de particularidades históricas e circunstâncias locais, mas sem dúvida há uma valorização da categoria *ciência*, que designa um tipo de conhecimento que é valorizado em outros domínios e esferas relevantes para o seu futuro desenvolvimento. Nos Estados Unidos, por exemplo, depois da Segunda Grande Guerra passam a ser enquadradas em *behavioral sciences* disciplinas e subáreas que lidam com o comportamento humano, como a psicologia, a sociologia, a ciência política etc., estabelecendo-se novos ordenamentos em relação à divisão entre humanas e sociais. Uma das principais motivações para essa designação seria o seu maior potencial de sucesso diante de fontes financiadoras, públicas ou particulares. Agências e instituições criaram departamentos e seções de *behavioral sciences*, cuja premissa se apoiaria na possibilidade da investigação “científica” do comportamento humano, com as implicações decorrentes sobre previsibilidade, planejamento racional, intervenção e políticas públicas.

A categoria *ciência* daria maior respeitabilidade à área de conhecimento e produziria maior confiabilidade para setores de governo e da iniciativa privada. O fascínio pela ciência, já forte desde pelo menos o *darwinismo*, se acelera sobretudo diante dos triunfos da física e da matemática ao final da Segunda Grande Guerra, que teriam em Einstein o seu ícone supremo, paradigma de cientista.

Por outro lado, quanto mais grupos ou centros de pesquisa pudessem ser identificados como laboratórios, melhor para sua imagem pública, remetendo às figuras e trabalhos de Pasteur e do casal Curie, por exemplo. Para não parecerem ornamentais, supérfluos ou mesmo dispensáveis, os produtores de conhecimento deveriam vestir guarda-pó de cientista e confirmar sua relevância para o futuro da humanidade.

Embora esse movimento tenha sido desigual e heterogêneo em diferentes regiões e países do mundo, produziu um impacto indiscutível. Na Europa, principalmente nas universidades, boa parte dos saberes da tradição humanista estava mais do que legitimada e estabelecida. Mas o papel crucial de agências americanas como a Rockefeller, com seus modelos e orientações fortemente marcados pelas ciências exatas e naturais,

produziu conseqüências e repercussões para novos projetos em todo o mundo.

No Brasil, as ciências sociais passam a ocupar maior espaço e têm maior repercussão no entre-guerras, sobretudo a partir dos anos 1930, com as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., autores, nos termos de hoje, eminentemente multi e interdisciplinares. A importância de sua produção atravessa fronteiras disciplinares de ontem e de hoje, sendo crucial para historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas, cientistas políticos etc. Nos anos que se seguem à criação da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da própria Universidade do Brasil, há uma reorganização das áreas de conhecimento em faculdades e cátedras e, mais tarde, disciplinas e departamentos. A multiplicação das universidades públicas pelo território nacional e a expansão, mais recente, das instituições privadas do ensino superior compõem um quadro muito mais amplo e diversificado para as ciências humanas e sociais.

O surgimento e/ou valorização de disciplinas muitas vezes é acompanhado por uma forte ênfase na sua singularidade. Seus praticantes são especialistas cujo treinamento e formação exigiriam uma iniciação às vezes quase que esotérica. O domínio exclusivo de certos conhecimentos e técnicas acentuou uma vertente de maior impermeabilidade ao relacionamento com outras disciplinas. Isso não se dá do mesmo modo em todas as áreas do conhecimento, mas é um movimento conhecido em quase todas. Pode-se talvez perceber ciclos, em que se observa uma oscilação entre tendências a certo fechamento disciplinar e uma busca de diálogo entre diferentes tradições. Pode-se constatar no Brasil um duplo movimento nas ciências humanas/sociais a partir dos anos 1960. De um lado há uma política de valorização disciplinar com a criação de cursos de pós-graduação que “especializariam” o profissional em antropologia social, ciência política, sociologia etc., reagindo a um ensaísmo generalizante, considerado impreciso e pouco “científico”. De outro lado há a criação de associações como a ANPOCS, cujo objetivo principal é aproximar diferentes programas e especialistas em torno de preocupações e temáticas compartilháveis. Essas transformações estão, sem dúvida, fortemente associadas ao relacionamento com agências nacionais e inter-

nacionais como o CNPq, a FINEP e a Fundação Ford, que desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento das ciências sociais a partir dos anos 1960.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) é fundado nesse período de fortalecimento acadêmico de alguns programas de pós-graduação em *ciências sociais*, com os quais manteria vigoroso e rico intercâmbio. Seu pequeno núcleo inicial, composto por profissionais que fizeram sua pós-graduação na França, vai se expandindo, recrutando pessoas que faziam ou iriam fazer seus estudos de pós-graduação sobretudo no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), nos departamentos de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN/UFRJ) e, em menor escala, no eixo Universidade de São Paulo (USP)/ Universidade de Campinas (Unicamp). Por vezes, cabe registrar, o mestrado é feito numa instituição e área de conhecimento, e o doutorado em outra: por exemplo, mestrado em antropologia social no Museu Nacional e doutoramento em sociologia no IUPERJ. Há um caso de doutorado em literatura na Alemanha, com mestrado realizado em antropologia social no Brasil. Consta-se, aliás, que desde a origem o intercâmbio internacional viria a ser uma das marcas da instituição.

Portanto, ao examinar o corpo de pesquisadores do CPDOC encontramos profissionais com titulação em história, sociologia, ciência política, antropologia e literatura. A partir de um centro de pesquisa e documentação voltado inicialmente para o período Vargas, cria-se uma equipe que gera um programa de pesquisas que vai ampliando seu espaço para incluir todo o período republicano e que tem sua excelência baseada no trabalho interdisciplinar. Sem dúvida a história republicana é o tema central que congrega os pesquisadores da instituição. Vale lembrar que no Rio de Janeiro a área de história foi particularmente golpeada no regime militar por cassações e perseguições de todos os tipos. Assim, um novo e moderno centro de pesquisas históricas foi um poderoso estímulo para a retomada da disciplina que, ao mesmo tempo que faz parte da citada tradição humanista, tendo um papel central no bloco das ciências huma-

nas, ocupa cada vez mais um espaço ao lado das ciências sociais, constituindo-se em ponto de encontro de diversas correntes de pensamento e de interpretação dos fenômenos socioculturais.

No seu trabalho de pesquisa o CPDOC desenvolve, com grande sucesso, metodologias integradoras de diferentes tradições disciplinares. É o caso, por exemplo, da história oral, onde cuidadosas entrevistas recuperam trajetórias individuais, investigando e enriquecendo o conhecimento sobre episódios e processos históricos. Nesse caso, a pesquisa estabelece pontes com a antropologia e recupera, com sofisticação, a importância de projetos e desempenhos individuais na vida social.

O CPDOC, de início, concentra-se no estudo de elites políticas, mas progressivamente inclui variados atores da vida brasileira, como militares, jornalistas, intelectuais, operários, imigrantes, educadores, cientistas etc. Voltado para o Brasil como um todo, abre espaço para pesquisas de natureza regional com destaque para o Rio de Janeiro. O *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, certamente, é uma de suas contribuições mais conhecidas e de maior repercussão, sendo hoje instrumento de trabalho indispensável para todos os pesquisadores e estudiosos de nossa história republicana, além de alcançar e estimular um público interessado muito mais amplo. Insisto que uma das principais contribuições do CPDOC para esse encontro interdisciplinar é recuperar a noção de biografia para as ciências sociais no Brasil. Isso aparece com nitidez no *Dicionário*, nos numerosos depoimentos publicados e na riqueza de seus arquivos. Assim, pesquisa e documentação caminham juntas na busca de melhores soluções para um trabalho complexo e multifacetado.

Ao examinar a lista de projetos hoje em execução, percebe-se, de um lado, a continuidade de preocupações básicas iniciais e, de outro, a abertura de novos temas e linhas de investigação. Tudo isso é produto não só de seu trabalho interno, mas de intenso intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, concretizado em seminários, congressos, reuniões e publicações dos mais variados tipos. Certamente, a revista *Estudos Históricos* expressa plenamente não só esse intercâmbio, mas o pluralismo disciplinar que é a marca da instituição. Creio que essa interdisciplinaridade, em parte, é expressão de mudanças importantes que têm ocorrido no meio acadêmico internacional, mas há que se ressaltar a particularidade

dessa experiência. As diferentes perspectivas e tradições disciplinares se cruzam e se complementam diante de objetos de pesquisa complexos que requerem esses múltiplos olhares, pontos de vista e estratégias.

Por exemplo, a relação da história com a antropologia vem se aprofundando, internacionalmente, nos últimos 50 anos através de diversos autores e correntes. Há que se destacar a história das mentalidades e a micro-história. Penso que no Brasil esse diálogo ganha novo e renovado alento com a preocupação mais sistemática com universos simbólicos, estilos de vida, visões de mundo, carreiras e trajetórias sociais. Frise-se que se trata não só da herança clássica da antropologia, mas, sobretudo, da antropologia das sociedades complexas, por sua vez portadora e receptora de diferentes tradições disciplinares como a do interacionismo. A produção do CPDOC incorpora essa contribuição, ao mesmo tempo que, através de seu enfoque histórico, a enriquece, principalmente no que concerne aos processos de mudança e transformação social.

Finalmente, há que se destacar uma outra característica importante de seus trabalhos e publicações. Trata-se da valorização de um texto claro, acessível sem ser banal e capaz de atingir públicos diferenciados não só dentro, mas também fora do mundo acadêmico-universitário. Respeitam-se as especialidades, mas sempre buscando um conhecimento mais universal e compartilhável. Portanto, além da alta qualidade de sua produção acadêmica, encontramos no CPDOC uma preocupação permanente com a construção da cidadania e da democracia. Trata-se, assim, de uma instituição que apresenta um forte compromisso com o interesse público, ampliando sempre os seus horizontes.

Gilberto Velho é professor titular de antropologia social e decano do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ.



## **Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas**

O eixo condutor deste texto é a trajetória percorrida pelos centros de documentação no Brasil a partir da década de 1970, quando teve início a adoção sistemática desse modelo institucional como alternativa capaz de atender às novas demandas sociais por informação especializada. Trata-se de apresentar um conjunto de observações que permitam identificar marcos fundamentais do processo de desenvolvimento da documentação no país.<sup>1</sup> Trata-se também, por outro lado, de compreender o porquê de algumas das configurações assumidas por esses centros e a natureza dos compromissos institucionais que foram estabelecidos com a produção de conhecimento, a preservação do patrimônio histórico e a geração de informações para uso social.

Mencionar o uso social da informação é importante, porque o ato de pesquisar está relacionado a uma atividade de busca que não se prende, necessariamente, a uma finalidade acadêmica ou científica estrita, como nos acostumamos a entendê-lo. A sociedade contemporânea abre inúmeras possibilidades de trabalho que incorporam essa atividade, exercida de maneira sistemática por diversas categorias sociais e profissionais em numerosas áreas, das quais a ciência representa apenas uma parte.

Quando fazemos uma pesquisa, debruçamo-nos sobre as fontes que nos informam sobre assuntos de nosso interesse. As diferentes formas de realizar essa busca de informações dependem, entre outros fatores, de sua finalidade, da natureza dos documentos que guardam os conteúdos

informativos e do próprio estado em que esses documentos se encontram. É assim que surge a necessidade de elaborar metodologias de trabalho – para que a pesquisa atenda às suas finalidades (científicas, acadêmicas, gerenciais, administrativas, de divulgação etc.) – e de formular procedimentos técnicos que possibilitem a organização dos documentos (no seu significado mais amplo de testemunho) e das informações, para alimentar a ação do pesquisador.

Em diversos momentos tive a oportunidade de abordar os problemas, desafios e perspectivas dos centros brasileiros de documentação voltados para a preservação da memória.<sup>2</sup> Surge agora a possibilidade de contar um pouco dessa história tendo como referência o CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. A comemoração de 30 anos de atuação permite que o balanço seja feito a partir das relações que o CPDOC esta-beleceu com esse processo, realizando intervenções políticas, conceituais e técnicas que contribuíram para o avanço alcançado no país nesse campo de atividade. Na base está a referência à construção permanente de uma capacidade institucional para executar políticas bem concebidas, claras e precisas, de documentação e informação, constituindo modelos para o desenvolvimento de outros projetos.

A trajetória dos centros de documentação, no Brasil, apresenta características particulares quando se trata daqueles que se formaram para apoiar o desenvolvimento das ciências humanas, das letras e das artes. Mas não podem ser ignorados, por apresentarem características semelhantes, os centros de documentação e memória ligados a outros campos do saber, como saúde pública, astronomia, medicina, agronomia, energia, setores tecnológicos e tantos outros. Seus profissionais souberam identificar, na reunião e organização das fontes documentais, a possibilidade de trabalhar com a informação retrospectiva e com os estudos históricos de forma a construir a memória de suas respectivas especializações e áreas de conhecimento, instrumento informativo necessário, no mínimo, para avaliar e encaminhar políticas e processos de trabalho.

Abordarei aqui principalmente as concepções de trabalho e as missões institucionais que se consolidaram na esfera da documentação, destacando os acervos de natureza arquivística e bibliográfica. Essa escolha se explica



pela convicção de que o elemento decisivo na geração de diferenciais de qualidade e de aprimoramento técnico dos centros de documentação é a capacidade de conceber uma política institucional de informação. Cumprir esse requisito significa definir políticas de documentação fundamentadas no conhecimento profundo das condutas e exigências do público para o qual os centros se voltam em suas especializações. Esse é o núcleo essencial de uma discussão que, a meu ver, traz à tona reflexões de extrema relevância para que as instituições e os profissionais de hoje decidam sobre os caminhos que deverão ser trilhados daqui para a frente na construção de uma sociedade onde o conhecimento seja um bem público, capaz de realizar sua função inclusiva primordial.

Apresento neste texto, em primeiro lugar, um panorama da década de 1970, procurando ressaltar, no bojo das políticas culturais, o quadro geral que desencadeou o surgimento dos centros de documentação em escala expressiva, configurando novas formas de trabalho e estruturas organizacionais diferenciadas do conjunto institucional existente até então. Em seguida, volto-me para as principais concepções e modelos de trabalho que se consolidaram nos anos 1980, desenvolvidos e aprimorados até hoje. Finalmente, situo as principais realizações do CPDOC, uma vez que, como núcleo de excelência na área, foi responsável pelo desenvolvimento de uma política institucional, de metodologias e procedimentos técnicos que orientaram muitos dos projetos institucionais que a ele se seguiram.

### **Febre de memória: a década de 1970 e os rumos da documentação no Brasil**

Em 1979, o historiador Francisco Iglésias publicou um artigo chamado “A história no Brasil”. Tratava-se de síntese que integrou uma coletânea sobre a *História das ciências no Brasil*.<sup>3</sup> Sem a pretensão de esgotar o assunto, Iglésias apresentava um breve panorama da produção intelectual sobre a sociedade brasileira, pois falava a um público amplo, sem familiaridade com as questões teóricas e metodológicas de domínio de historiadores e cientistas sociais. Elaborando uma síntese dos caminhos percorridos pela historiografia brasileira desde o período colonial até aquele momento, preocupava-se em demonstrar que atingíamos finalmente uma etapa de maturidade e, mais importante, desenvolvendo a crítica social.

Não por acaso, Iglésias reservou parte do trabalho para enfatizar as condições precárias de pesquisa em que se realizava a maioria dos estudos sobre a história do país. Não deixou, porém, de fazer referência a algumas instituições brasileiras que, reunindo conjuntos de fontes documentais, procuravam acompanhar e favorecer os avanços que acabava de descrever. Naquele momento ainda não havia muito o que comentar. Mas o CPDOC já estava ali como o primeiro exemplo mencionado, por seus esforços em reunir documentos e gerar fontes (como os depoimentos orais) para desenvolver os estudos históricos sobre o país.<sup>4</sup>

Nesses comentários, já estava sinalizada a existência de um movimento renovador no campo da documentação, que prometia mudar as condições de desenvolvimento da pesquisa. De fato, a década de 1970, no Brasil, registrou sistemáticas ocorrências nesse sentido. Tanto na esfera privada quanto na pública, conjuntos de ações específicas de proteção e organização do patrimônio documental revelavam um intenso movimento em torno da questão cultural e da memória nacional. Processo semelhante, com intensidade também notável, já ocorrera no Brasil dos anos 1930, particularmente durante o Estado Novo.

Em 1984, Sergio Miceli chamou a atenção para o processo que conceituou como “estatização da cultura” no Brasil dos anos 1970, analisando o significado das numerosas iniciativas governamentais de proteção ao patrimônio cultural e de criação de um aparato institucional que estendia o alcance do Estado às diversas dimensões do ato cultural e dos bens materiais (o bem cultural) dele decorrentes.<sup>5</sup> Nesse sentido, Miceli apresentava uma cronologia das ações governamentais que revelava um amplo movimento de iniciativas desse teor no âmbito do poder público federal.<sup>6</sup>

Uma de suas principais constatações era a de que, ao contrário do que se poderia supor, não foi apenas o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que, por força de suas atribuições, esteve envolvido nesse processo. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério do Interior, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, entre outros, participaram ativamente de programas federais voltados para a criação cultural e, particularmente, para o desenvolvimento da vertente patrimonial de uma política nacional de cultura. Esse movimento foi acompanhado pelos estados e municípios brasileiros, que historicamente tendem

a reproduzir o modelo federal em suas respectivas esferas de poder.<sup>7</sup> O mundo empresarial, não somente pelo desenvolvimento da indústria cultural e pela prática do mecenato – que passou a ser estimulada pelo poder público –, também integrou esse conjunto de iniciativas, voltando-se para a sua própria memória e para a produção de uma história empresarial no Brasil.

É a partir de 1975 que se pode realmente perceber, sobretudo nas universidades, um movimento de intensidade incomum voltado para a criação de centros de documentação e pesquisa, memória e referência. Como já mencionado, a criação e a manutenção desses centros estiveram ligadas a várias áreas do conhecimento. Mas antes de abordar esse processo e seus desdobramentos, cabe lembrar o quadro geral em que o movimento se iniciou.

Suas primeiras manifestações, por volta de meados do século XX, ocorreram a partir de demandas originadas das áreas de ciência e tecnologia, que exigiam pronto acesso a recursos de informação especializada, dada sua posição estratégica para a produção e o desenvolvimento econômico. Gradativamente, esse processo iria atingir o campo das humanidades, desdobrando-se numa configuração que, via de regra, possibilitou o surgimento dos centros de documentação.

A demanda crescente por informação fez com que, à simples produção de bibliografias especializadas, sucedesse a necessidade de elaborar trabalhos que aprofundassem a análise de conteúdo dos documentos e das informações disponíveis, criando novas mediações entre o pesquisador e suas fontes. A ampliação do universo documental a ser pesquisado, ao incluir arquivos, exigia serviços sofisticados de coleta de dados e de geração de “pacotes informativos” capazes de atender aos prazos cada vez mais curtos do usuário, acadêmico ou não. O fato é que esses serviços tornaram-se essenciais para instituições, pesquisadores, empresas e órgãos públicos. Por isso, adquiriram autonomia e se separaram das bibliotecas onde se costumava oferecê-los, deixando de ser executados apenas por bibliotecários e documentalistas. A esses profissionais se incorporaram outros técnicos, como arquivistas, além de historiadores e outros especialistas, vindos das áreas em torno das quais os centros se constituíram. Cada vez mais ganhou corpo o entendimento das atividades

de documentação como próprias de profissionais que, independentemente de sua formação acadêmica, atuam na preservação e organização de documentos de natureza arquivística, bibliográfica ou museológica. O valor artístico, o valor cultural, histórico, informativo, e tantos outros que se costuma atribuir a esse universo de registros/ testemunhos da atividade humana, constituem o elemento aglutinador de profissionais de várias especializações em torno de uma atividade que se fez interdisciplinar pela própria natureza que os trabalhos assumiram.

Os projetos sistemáticos desenvolvidos no Brasil dos anos 1970 para a implantação de centros de documentação nos permitem, hoje, identificar esses centros como parte integrante da estrutura das nossas universidades, órgãos públicos, empresas e instituições em geral. Partindo do pressuposto de que não se encontram informações prontas, admitindo-se que elas são construídas a partir de diferentes critérios que orientam o manejo de dados, compreende-se por que se tornou estratégico para a produção do conhecimento oferecer informações de qualidade, seja para a ciência, seja para o mundo dos negócios, para a política ou para o turismo, entre tantos exemplos a que se poderia recorrer.

No que se refere à pesquisa e ao ensino, a manutenção de órgãos especializados de apoio informativo e de espaços voltados para a reflexão e a produção de estudos interdisciplinares é requisito para a renovação e o aprimoramento institucional e para o avanço da produção intelectual. As novas feições assumidas pela construção do conhecimento científico, particularmente no que diz respeito aos métodos de trabalho, geram a necessidade de criar bases sólidas de informação, que se impõem como condição indispensável ao desenvolvimento institucional, científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere à sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional. Os centros especializados permitem que a investigação científica assuma o verdadeiro caráter coletivo de realização e, principalmente, que se desenvolvam trabalhos de vanguarda, responsáveis pela valorização do pensamento crítico e pela ampliação de uma consciência social, imprescindíveis à capacidade de auto-organização de todo conjunto social.

No território específico das humanidades e das ciências sociais aplicadas, verifica-se que, desde a década de 1970, várias universidades

brasileiras passaram a agir nesse sentido, procurando, assim, resolver problemas característicos de nossa realidade social. O principal deles era que as fontes de pesquisa, necessárias ao desenvolvimento dos estudos acadêmicos, não estavam acessíveis ao pesquisador, seja por ausência de instituições dedicadas à preservação do patrimônio documental, seja por descaso dos poderes públicos e das instituições privadas, seja mesmo por falta de recursos humanos capacitados e de recursos financeiros destinados à sua organização e preservação. As dimensões continentais do país eram outro fator a agravar as dificuldades de acesso a fontes documentais originais. Sabe-se que os conjuntos documentais, volumosos, na maior parte das vezes não são passíveis de reprodução, apesar das tecnologias disponíveis para esse fim.

A solução encontrada foi criar centros especializados na preservação e organização dessas fontes, trazendo para perto do pesquisador (docente, discente ou a comunidade) o material necessário ao desenvolvimento de suas pesquisas e, de outro lado, abrindo à sociedade as possibilidades de sua utilização e conhecimento. Dessa forma, ao mesmo tempo que o problema do acesso às fontes era resolvido, as diversas instituições e entidades eram envolvidas na tarefa premente de participar dos esforços de preservação da memória, nacional/regional/local. Muitos desses centros transformaram-se em centros de pesquisa e memória social importantes, destacando-se pelo papel fundamental que passaram a desempenhar na criação de condições para a prática e o exercício da pesquisa, e pela produção intelectual que viabilizaram a partir da reunião de pesquisadores em torno de seus acervos e de seus temas de especialização.

Em meados da década de 1970, o próprio Ministério da Educação e Cultura deu início à oficialização e financiamento desse tipo de iniciativa. O Programa Nacional de Cultura, publicado em 1975, durante a gestão Ney Braga, recomendava a criação desses centros e definia como função da universidade a preservação e organização dos acervos documentais brasileiros. Em decorrência desse processo, podemos apontar atualmente a existência desses órgãos em muitas universidades federais, como as de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Mato Grosso, Paraná, Pará e Fluminense, entre outras. Em São Paulo, podemos citar a Unicamp, com o Arquivo Edgar Leuenroth e o Centro de Memória; a USP, com o Instituto

de Estudos Brasileiros; a PUC-SP, com a Central de Informação Científica, além de centros de documentação ligados a entidades autônomas de pesquisa. No Rio, começando pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, lembramos a Casa de Oswaldo Cruz e a Fundação Casa de Rui Barbosa; em Pernambuco, a Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Considere-se ainda a constituição de centros semelhantes na área de memória da educação na USP (Centro de Memória da Educação) e na Universidade São Francisco (CDAPH – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação), além de projetos especiais desenvolvidos em unidades como o Centro de Memória da Unicamp e na Faculdade de Educação/UNESP – Campus de Marília.

Reunindo profissionais especializados e de múltiplas formações, alguns centros brasileiros incorporaram ainda a função de zelar pelo patrimônio documental das suas próprias universidades, coordenando seus sistemas ou redes de arquivos, mananciais de informação social e de registros que constituem a memória técnica dessas instituições. Sua organização e disponibilização, além de possibilitar o autoconhecimento e o apoio gerencial adequado, revelam os processos de formação da comunidade científica, de construção do conhecimento nos diversos campos do saber e, principalmente, viabilizam o acesso a um conteúdo informativo essencial para transformar o conhecimento científico em conhecimento público. Destacam-se, nesse sentido, a Cedec – Central de Informação Científica da PUC-SP –, o Arquivo Central da Unicamp, e o Cedem – Centro de Documentação e Memória da UNESP.

É preciso lembrar que a divulgação dos trabalhos produzidos por pesquisadores, professores e alunos, na forma de livros, artigos e teses, constitui apenas parte do conjunto de informações que pode estar disponível nos centros ligados à universidade. Em seus arquivos administrativos há informações valiosas sobre o papel da própria universidade enquanto agente social, sobre suas dificuldades e realizações, sobre suas articulações com a comunidade e outros aspectos de sua história. Tais conjuntos documentais, portanto, compõem igualmente o conjunto dos bens que, mantidos na sua integridade, constituem testemunhos da história nacional: a universidade como um lugar de memória.<sup>8</sup>

Na década de 1970 e nas seguintes, pode-se dizer que a fórmula

institucional foi a adotada em diferentes universos de trabalho, todos eles preocupados com a identificação/construção de suas identidades e com a democratização das informações, palavra de ordem colocada como o objetivo primordial dos projetos então desenvolvidos. É importante destacar esse aspecto, que se prende a um contexto sociopolítico em que predominava a luta pela redemocratização do país.

Quaisquer que tenham sido os nomes adotados – entre eles incluía-se também o de “memorial” –, o fato é que, instalados em diversos pontos do país, os centros de documentação assumiram a missão de reunir, organizar e dar acesso a informações especializadas. Mas a maior parte deles foi obrigada a ultrapassar os limites do trabalho de produção e organização de informações. Dedicaram-se também à preservação do patrimônio, reunindo arquivos e coleções de valor histórico, a maioria de natureza privada, originada de instituições particulares e de pessoas físicas. O CPDOC foi pioneiro nesse movimento, ao ser criado em junho de 1973 a partir de um conjunto documental fundador do perfil de seu acervo e das linhas iniciais de pesquisa: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas. Embora constituído fora da universidade, consolidou uma concepção de trabalho que integra documentação e pesquisa, preservação documental e construção de conhecimento. Foi também pioneiro na prática de um trabalho interdisciplinar. Quebrando visões corporativas do exercício profissional, congregou diferentes áreas de formação, tanto para o exercício de atividades técnicas quanto para a realização da pesquisa em torno da história política brasileira.

Voltando a atenção para um quadro mais amplo, percebe-se que os anos 1970 também se caracterizaram por uma reformulação das concepções do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – sobre sua ação patrimonial. Sua base conceitual foi ampliada, retomando-se as idéias fundadoras do grupo do SPHAN – Serviço do Patrimônio, como se chamou inicialmente o Instituto –, representadas à época, nos anos 1930, pelas propostas e a atuação de Mário de Andrade. Introduziram-se, assim, na formulação e na prática da política cultural, as noções de memória,<sup>9</sup> cultura material e bem cultural. Essa concepção, formulada pelo grupo liderado por Aloísio Magalhães, iniciou o movimento de descentralização da função de proteção ao patrimônio, bem

como de ampliação do universo de bens patrimoniais tradicionalmente objeto da política de preservação.<sup>10</sup> A pluralidade cultural foi a tônica que orientou a formulação de uma nova política, opondo-se à antiga visão homogeneizadora da cultura brasileira.

O fato novo foi que, recriado o espetáculo do patrimônio, seus resultados desdobraram-se de forma a incorporar muitos grupos de novos protagonistas, conseguindo ampla mobilização institucional e social para as questões do patrimônio e da memória. Esse ciclo culminou com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, em 1979, trazendo em seu bojo a idéia de autonomia para a área cultural, na esfera do poder federal. Esse projeto, conduzido inicialmente por Aloísio Magalhães, iria concretizar-se mais tarde na criação do Ministério da Cultura. Como ocorreu na maior parte da história do Brasil, as unidades da federação e muitos dos municípios reproduziram esse formato nas reformas administrativas em suas esferas de poder.

Alguns acontecimentos de grande repercussão e mobilização nacional ilustram a ênfase atribuída pelo Estado a essa questão ao longo dos anos 1970: o lançamento do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas e a criação do Programa de Ação Cultural (1973); o lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a realização do I Encontro de Dirigentes de Museus, a criação da Funarte e do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural (1975); a realização do I Encontro dos Secretários Estaduais de Cultura (1976); a criação da Secretaria de Assuntos Culturais/MEC (1978); a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/MEC, a realização do I Seminário Nacional de Artes Cênicas e do I Encontro Nacional de Artistas Plásticos Profissionais, e, por fim, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (1979).<sup>11</sup>

Como se pode observar, o período registrou intensa mobilização dos poderes públicos – a maior de que se tem notícia na história do país, só comparável ao impacto da mobilização realizada no primeiro governo Vargas/Estado Novo – para o terreno da criação cultural e da preservação dos bens por ela produzidos. Este é um assunto que mereceria estudos mais detalhados e cuidadosos, não só para entender melhor esse tipo de abertura, diria mesmo a formação de espaços onde atuavam intelectuais ligados a forças de resistência ao regime, mas para verificar acuradamente



as formas de apropriação dos projetos advindos da sociedade civil na elaboração de políticas públicas.

Joaquim Arruda Falcão, em estudo sobre política cultural e democracia, associa esse processo à crise de legitimidade do regime político verificada no início da década de 1970, ao mesmo tempo que o modelo econômico apresentava fissuras em sua operacionalidade.<sup>12</sup> Considerando o desgaste social resultante, enfatiza “a queda da eficiência operacional das políticas públicas até então dominantes”. Buscando políticas socialmente mais abrangentes e eficazes, impunha-se “uma liberalização do controle político e do compromisso ideológico que o ‘sistema’ exercia sobre a burocracia civil. (...) Quer por pressão do voto, dos movimentos sociais e da reorganização da sociedade civil, quer pela necessidade de o regime se modernizar para se manter (e seguramente por ambas), o fato é que, a nível de Estado, criaram-se espaços para políticas públicas socialmente mais abrangentes, ideologicamente mais autônomas e operacionalmente mais eficazes”.<sup>13</sup>

A comunidade dos profissionais que atuava na área dos arquivos também foi decisiva para o fortalecimento das ações sobre o patrimônio documental brasileiro. Espaço de trabalho esquecido pelas políticas governamentais, a arquivologia ganhou visibilidade por meio das realizações da Associação dos Arquivistas Brasileiros nos anos 1970. Organizando congressos nacionais, publicações especializadas, estimulando a criação de cursos, colaborando na formulação de legislação para a criação de sistemas de arquivos para os órgãos públicos, a AAB, ao lado do Arquivo Nacional, conseguiu ampliar o debate do patrimônio, aproximou e congregou a maior parte das entidades e instituições, públicas e privadas, que tinham os arquivos como objeto de trabalho. José Honório Rodrigues, ao lado daquela primeira geração de arquivistas brasileiros, deve ser lembrado como um dos grandes líderes desse processo.

Cabe abordar ainda o papel da Biblioteca Nacional na consolidação das iniciativas voltadas para o patrimônio documental. Encarregada de preservar a produção intelectual publicada no país, destacou-se pela criação e implantação do Programa Nacional de Microfilmagem dos Periódicos Brasileiros, mobilizando todas as unidades da federação para possibilitar sua execução. Concebido e coordenado durante mais de 20

anos por Esther Caldas Bertolletti, o programa possibilitou a preservação de um arquivo de matrizes e o acesso, por meio de cópias em microfilme, a grande parte da documentação relativa à imprensa brasileira, desde os exemplares mais antigos que remontavam ao século XIX.

Foi em meio a esse quadro de ampliação institucional e de mobilização das forças sociais que os centros de documentação, combinando alternadamente pesquisa, referência, memória, informação, puderam se afirmar, consolidando essa nova prática de trabalho.

Vale a pena ressaltar ainda, como característica desse período, a reafirmação do pensamento preservacionista no Brasil e o surgimento de novas condutas e concepções sobre essa temática. Com intensidade semelhante, instalaram-se as discussões sobre a política de proteção ao patrimônio ambiental, com repercussão social notável, e configurou-se um aparato institucional de peso para sua execução. No bojo das preocupações dessa natureza, tiveram início, sob novas perspectivas, as primeiras pesquisas sobre a história ambiental do Brasil,<sup>14</sup> trazendo para o campo da documentação a necessidade de valorização de novas fontes de pesquisa e todos os desdobramentos que implicam a sua reunião e organização. Embora não se pretenda abordar de perto esse aspecto, é preciso dizer que o resultado mais importante que se pode constatar é o fato de que, hoje, o conceito de patrimônio ambiental está devidamente integrado às discussões sobre o patrimônio cultural, às políticas e às práticas culturais.

### **Consolidação das novas políticas e concepções de trabalho: a década de 1980**

Toda a movimentação descrita até aqui teve seus resultados consolidados nos anos 1980, quando voltaram a ocupar o centro da cena as instituições nacionais de memória: o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e também o Museu Histórico Nacional. Desde a criação do SPHAN, os três se encontravam à margem das políticas governamentais de fomento e apoio, principalmente os dois primeiros, tendo em vista os critérios predominantes de valorização dos bens arquitetônicos, monumentais e artísticos.

A revalorização dessas instituições magnas nacionais, que representavam o universo dos arquivos, bibliotecas e museus, formando os três eixos de sustentação institucional da guarda de documentos e informa-

ções sobre o país, foi, sem dúvida, o resultado mais importante da movimentação anterior conduzida dentro do aparelho de Estado brasileiro. Reconhecidas como instituições fundamentais, para onde de-veriam estar dirigidas as políticas de documentação e informação, elas assumiram a liderança e a responsabilidade de consolidar as diretrizes traçadas em cada um de seus campos de atividades.

Como sinal de integração e maturidade institucional e profissional, surgiram também os trabalhos coletivos. Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Museu Histórico passaram a atuar em parceria com outras instituições reconhecidas pela consistência de seu trabalho, como a Casa de Rui Barbosa e a Fundação Getúlio Vargas, por meio de seus centros de pesquisa e documentação. Elaboraram-se políticas e diretrizes, no mesmo patamar de importância do IPHAN, para conduzir uma tarefa cuja envergadura dificilmente poderia ser executada por uma única entidade, em-bora tivesse sido esta a pretensão do poder público e de muitos de seus técnicos. A produção conjunta de um *Guia preliminar de fontes para a história do Brasil*,<sup>15</sup> elaborado sobre os acervos documentais existentes em instituições e órgãos públicos da cidade do Rio de Janeiro, foi o primeiro trabalho que desencadeou a leva de produção de obras de referência e de atividades de natureza censitária que até hoje vêm sendo realizadas como forma de orientação de pesquisas, como recurso de planejamento e elaboração de diretrizes (com base na quantificação e na reatualização de diagnósticos sobre o estado de preservação/organização e em descrições sumárias do conteúdo informativo) e como forma de publicidade de acervos desconhecidos ou ameaçados de desaparecimento.

As três instituições mencionadas como eixos de sustentação dos trabalhos de proteção e organização do patrimônio, somaram-se definitivamente os centros de documentação, já afirmados como uma quarta modalidade institucional de preservação do patrimônio documental dedicada essencialmente ao patrimônio bibliográfico e arquivístico, além de coleções de diversos tipos de documentos.

Da mesma forma agiam entidades como a Funarte, a Cinemateca Brasileira e a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Sua maior projeção, nesse momento, foi gerada não somente pelas novas formas de abordagem da pesquisa social, que evidenciava novas fontes.

O desenvolvimento tecnológico acelerado despertou atenção especial para a documentação não convencional, como as fotografias, gravações em áudio e vídeo, filmes, discos, documentos iconográficos, que cada vez mais se impunham como novos suportes de registro de informações. Por essa razão afirmaram-se também os museus de imagem e som, criados na maioria dos estados brasileiros.

A atuação da Funarte e da Cinemateca Brasileira marcou a área da documentação pelo desenvolvimento de metodologias específicas para o tratamento técnico, respectivamente, de fotografias e filmes, a partir da formação de grupos interinstitucionais de trabalho criados para esse fim. Revelando a dedicação de suas equipes, em atuação desde 1946, a Cinemateca Brasileira, hoje ligada ao Ministério da Cultura, é a instituição responsável pela preservação da produção audiovisual nacional, mantendo o Arquivo de Matrizes do Cinema Brasileiro.

Foi também no campo dos documentos não convencionais que o CPDOC exerceu uma de suas mais importantes ações de desenvolvimento de metodologias. Isso ocorreu especialmente na descrição dos documentos fotográficos que compunham os arquivos pessoais sob sua guarda e na formação, preservação e processamento de informações dos arquivos orais, gerados pelo seu Programa de História Oral.

As instituições nacionais de proteção ao patrimônio também voltaram à cena por razões outras, além da preocupação preservacionista, mas tão importantes quanto ela. Na verdade, a “tirania” da informação,<sup>16</sup> já evidente, exigia que as instituições de guarda do patrimônio documental, independentemente do valor histórico que se lhes pudesse atribuir, promovessem as mudanças técnicas necessárias à administração, à gestão de informações e à tomada de decisões. Em paralelo, a própria memória se tornou objeto recorrente de estudo, como o comprovam pesquisas sobre as instituições, os lugares de memória e as políticas culturais voltadas para a ação patrimonial.<sup>17</sup>

### **O CPDOC e a fórmula da documentação integrada à pesquisa**

O que distinguiu o CPDOC desde sua fundação em 1973 foi a proposta de integrar documentação e pesquisa. Mas a maneira como essa proposta

foi recebida mudou bastante ao longo do tempo. De início, pelo fato de provirem da elite política governamental, os arquivos e coleções pessoais que passaram a ser reunidos e organizados no Centro foram encaixados pela comunidade acadêmica como apoio documental a uma historiografia menor ou a uma história oficial, mais preocupada com biografias, genealogias e aspectos pitorescos da história, ou voltada para uma abordagem ultrapassada da dimensão política. Aqueles que se ligavam a uma visão materialista ou estruturalista também questionavam o “indivíduo” como objeto legítimo de investigação científica no campo da pesquisa histórica e social. Na verdade, porém, o projeto institucional do CPDOC caminhava na direção contrária a essas avaliações. Como é fácil perceber agora, prendia-se à renovação da historiografia e do pensamento político e social que caracterizou o período de sua criação e as décadas subsequentes.

Na apresentação do relatório de atividades do CPDOC de 1998, afirma-se que os seus 25 anos assumiam significado especial porque expressavam “a realização de um projeto existencial e profissional de uma geração que se aglutinou para construir uma instituição capaz de lidar com a história e a memória nacionais”. Recém-chegadas da França, onde haviam realizado seus estudos de pós-graduação, Celina Vargas do Amaral Peixoto e Aspásia Camargo “encontraram na Fundação Getúlio Vargas acolhida para sua idéia de criar um centro de pesquisa e documentação”.<sup>18</sup>

A escolha da história política como eixo de constituição do acervo e dos estudos já revelava sintonia com o que estava sendo gestado na época, especialmente na França: uma nova história política, a partir do conhecimento acumulado ao longo da produção da *École des Annales* (que se contrapôs radicalmente, ela própria, à história política) e da história nova. Ao mesmo tempo, também na França, uma outra linha de estudos se encaminhava para a valorização da história do tempo presente. A história política do tempo presente era um campo fértil para um Brasil que saía pouco a pouco dos anos mais duros da ditadura militar, carregado de preocupações com os problemas políticos do país e da América Latina, em busca de respostas e explicações para a predominância dos estados de exceção.

Quando aqui se vem destacando a importância da concepção insti-

tucional dos centros de documentação, é exatamente disso que se está falando: não de um formato, numa perspectiva burocrática ou puramente organizacional, e sim de uma concepção política do papel das instituições na sociedade. Aí sim, cria-se lastro e sentido para a definição de metodologias e de procedimentos técnicos de trabalho.

Os profissionais das áreas técnicas da documentação correm sempre um sério risco: rodeados de normas, passam a acreditar que seu trabalho, se exercido corretamente, respeitando todos os padrões, estará “acima de qualquer suspeita”, além do bem e do mal. Infelizmente para os que pensam assim, deixar de refletir sobre as implicações políticas de seu trabalho pode significar a adesão ao obscurantismo, a produção da informação numa perspectiva de uso elitista, a restrição do acesso ao conhecimento, a manutenção da exclusão social e de outras formas de injustiça que a sociedade contemporânea acabou desenvolvendo com requintes.

A incorporação, no CPDOC, dos arquivos pessoais a um trabalho de pesquisa com intenções claramente renovadoras da história política brasileira contemporânea, significou uma proposta de trabalho suficientemente ampla para permitir autonomia ao projeto de documentação. Quero dizer com isso que a constituição do acervo do CPDOC pôde assim obedecer a um projeto próprio, não atrelado necessariamente a projetos pontuais de pesquisa, escapando do risco que correram muitos centros de documentação brasileiros: o de formar acervos fragmentados, que costumamos chamar de “colcha de retalhos”, exatamente porque não tiveram como base um projeto global de composição de informações para o desenvolvimento de uma área do conhecimento.

Para o CPDOC, era preciso formar uma linha de acervo que, em lugar de simplesmente justapor arquivos pessoais de políticos, reunisse conjuntos de arquivos e coleções cujo conteúdo estivesse inter-relacionado. A interdependência e a complementaridade dos arquivos (doados juntamente com as bibliotecas particulares de seus titulares, com suas coleções fotográficas, sonoras e outras) trouxeram, assim, consistência informativa ao acervo. Atenderam também amplamente às necessidades dos pesquisadores do Centro e daqueles que, mesmo não pertencendo à instituição, ou alheios às linhas de pesquisa implantadas, ali encontravam farto material de trabalho.

A integração entre documentação e pesquisa, portanto, nunca significou acumular material documental de projetos específicos, mas reunir grandes conjuntos documentais relativos a temáticas de pesquisa, que pudessem servir a um grande número de projetos voltados para a história política contemporânea. A integração foi feita a partir de um conhecimento profundo das necessidades da pesquisa, de seus métodos, de seus objetos de trabalho, e das demandas sociais do país por informação. Fez-se também a partir do conhecimento das carências e lacunas observadas nas demais instituições de preservação da memória existentes no país.

Na maioria dos países, os arquivos públicos procuram manter a guarda dos arquivos pessoais de políticos ou de famílias ligadas ao exercício do poder público. Os arquivos dos órgãos públicos e os arquivos pessoais dos que a eles estiveram ligados são complementares, embora apresentem teor informativo inteiramente distinto, apontando dimensões diferentes de um processo ou acontecimento. No caso do Brasil, as condições e os recursos até então disponibilizados para que o Arquivo Nacional cumprisse suas funções eram tão restritos que ele mal podia abrigar a documentação pública que era de sua competência preservar e organizar. O resultado foi que, embora preservados em instituições diferentes, os documentos privados de homens públicos se tornaram acessíveis à consulta pública.<sup>19</sup>

A ressonância social do trabalho do CPDOC pode ser medida por sua ação exemplar na constituição de seu acervo documental. Mesmo antes da consolidação de normas para o tratamento de arquivos pessoais, a linha adotada pelo Centro para reunir arquivos e coleções tornou-se um princípio básico na concepção e implantação de outros centros de documentação no país. As mesmas diretrizes foram aplicadas aos programas de história oral que em geral integram os projetos desses centros. Aí também foi adotada a diretriz do CPDOC, de compor arquivos de entrevistas com a mesma organicidade e consistência de informações que se busca na constituição dos acervos arquivísticos.

A concepção de trabalho do CPDOC aparece em sua forma final no Sistema de Documentação Histórica - *Accessus* e no Sistema de História Oral, que compõem o portal do CPDOC na internet. Esses sistemas foram desenvolvidos com a finalidade de facilitar o acesso a todo o acervo do

Centro. Desde 2001, manuscritos, impressos, depoimentos de história oral e documentos audiovisuais, incluindo referências e imagens de 40 mil fotos já organizadas, encontram-se disponíveis para acesso remoto. Essa linha de trabalho, sem dúvida, assinala as possibilidades que se apresentam para os centros de documentação e pesquisa no sentido de promover grandes transformações na forma de organizar e disponibilizar a consulta aos documentos. Os próprios usuários do acervo do CPDOC, na internet, testemunham a importância dessa interface de pesquisa criada pelo Centro. <sup>20</sup>

A verdade é que os centros de documentação têm provocado grandes discussões sobre os arquivos privados, chamando a atenção para os documentos dessa natureza e estimulando a iniciativa privada a oferecer sua contribuição, seja pelo apoio financeiro a projetos, seja pela preservação e abertura de seus próprios arquivos. Discutir sobre os arquivos privados significa construir o contraponto para os grandes debates que também têm ocorrido no âmbito dos arquivos públicos e do patrimônio documental de natureza bibliográfica. A tendência para reunir os diferentes conjuntos de profissionais e de instituições cresceu bastante. Hoje, a prática da integração está se tornando sistemática, manifestando-se em trabalhos conjuntos, congressos e encontros. Os centros de documentação, congregando internamente esses profissionais em seu trabalho interdisciplinar, têm tido papel fundamental nessa aproximação.

É importante lembrar, neste momento, a realização do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, promovido pelo CPDOC/FGV e o IEB/USP na semana de 17 a 21 de novembro de 1997. A realização desse evento, promovido por instituições brasileiras de destaque na guarda de arquivos pessoais, expressou a maturidade do trabalho realizado. O objetivo de discutir o tema à luz de uma perspectiva interdisciplinar deixou evidentes as possibilidades de reflexão que se havia atingido com a preservação e organização de acervos desse teor. Buscava-se alcançar um avanço conceitual e metodológico, tanto no que diz respeito ao tratamento documental quanto aos usos que os arquivos pessoais têm possibilitado e ainda poderão favorecer. As comunicações de profissionais de diferentes formações, de cientistas sociais a arquivistas, permitem concluir que se alcançou o avanço procurado. Mais que isso. Veio à tona, de



forma sistematizada, um conjunto de questões que reiterou a importância do trabalho interdisciplinar, condição essencial para a integração entre documentação e pesquisa.

A revista *Estudos Históricos* abordou o tema dos arquivos pessoais em seu vol. 11, nº 21 (1998), reunindo os principais trabalhos apresentados e discutidos naquele Seminário Internacional. Sua leitura contribui não apenas para o aprimoramento das concepções e das atividades técnicas dos profissionais da área, mas para as reflexões do pesquisador sobre a natureza das fontes documentais que utiliza na realização de seus estudos e sobre as particularidades que elas apresentam no tocante à sua própria formação, acumulação e propriedades específicas de informação. Incluindo questões como a composição de arquivos pessoais e sua dimensão autobiográfica, cultura material e documentos pessoais no espaço público, arquivos privados e renovação de práticas historiográficas, intimidade *versus* interesse público, a pauta da revista revela o grau de reflexão que já se pode atingir no trato com a documentação. Quando se alcança esse nível de preocupações, ganham todas as áreas. Aprimoram-se, por exemplo, os conceitos sobre os arquivos públicos e a informação pública, sobre democratização da informação e direito à privacidade, sobre transparência e ética. A base para uma política de informações adequada às nossas necessidades se amplia com o preparo do documentalista para enfrentar essas questões, e com a cumplicidade do pesquisador. Nesse diálogo instala-se um círculo vicioso de interações que, nesse caso, traz benefícios notáveis à produção e ao acesso ao conhecimento.

A fórmula de integração entre documentação e pesquisa implica capacitação de pessoal. A oferta de cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil ainda se faz numa perspectiva de isolamento entre as diversas áreas, apesar de a área de ciência da informação, representada pelo IBICT, perseguir insistentemente sua integração. Nesse sentido, a abertura de uma nova frente pelo CPDOC pode significar a ampliação das possibilidades de formação e aperfeiçoamento de profissionais para o exercício dessas funções: trata-se de seu Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, aprovado pela Capes/ Ministério da Educação, que inicia suas atividades com o Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais. A área de concentração estabelecida

demonstra a preocupação com a formação do profissional polivalente, reunindo qualificações técnicas, formação histórica e capacitação em políticas de proteção ao patrimônio cultural. Suponho que, mais uma vez, uma iniciativa do CPDOC irá resultar no aprimoramento de pessoal para lidar com a memória e com a história de nosso país.

Resumindo, é possível, a partir da referência do CPDOC, apontar como aspectos importantes dos caminhos percorridos pela documentação no Brasil ao longo dos últimos 30 anos:

- a valorização dos arquivos privados, pessoais e institucionais, alimentando os novos padrões de abordagem da história e a consolidação de procedimentos técnicos para o universo dos arquivos privados;
- a reunião, preservação e organização, ao lado das fontes convencionais, de fontes não convencionais, como os documentos orais e as fotografias, destacando-se as soluções criadas para a formação de acervos e coleções e para a preservação e descrição de conteúdos, tornando-os disponíveis à consulta;
- o uso das novas tecnologias da informação para a geração de informações de qualidade sobre a documentação organizada e descrita, desenvolvendo aplicativos capazes de reconhecer a particularidade e o teor das informações de natureza arquivística;
- o desenvolvimento sistemático de atividades censitárias;
- a qualidade das relações interinstitucionais mantidas pelos centros de documentação e a integração crescente com as entidades e instituições usuárias de seus documentos e informações;
- a busca de recursos para promover intenso investimento na formação e no aperfeiçoamento continuado de quadros técnicos especializados, cuja atuação contempla o trabalho de análise da informação;
- a produção sistemática de instrumentos de pesquisa e, principalmente de obras de referência, preenchendo carências existentes no campo da pesquisa histórica e social;
- a formulação de projetos autônomos de documentação, permitindo a definição e o aprofundamento de linhas de acervo e, como consequência, a consistência informativa dos diversos conjuntos de documentos reunidos;
- o efeito multiplicador verificado nas consultorias e parcerias de trabalho realizadas;

- a produção de reflexões importantes, em sintonia permanente com grupos e instituições que se dedicam a elaborar políticas de arquivos e de documentação para o país, políticas de proteção do patrimônio histórico e, finalmente, políticas de acesso a informações institucionais por meio do uso das novas tecnologias.

Todos os aspectos apontados tiveram em comum a preocupação de manter sintonia com as principais reflexões, inquietações e necessidades presentes. Nessas três décadas, o CPDOC, por meio de sua equipe de documentação, acompanhou e participou das principais discussões que ocorriam no mundo dos arquivos, das bibliotecas, dos museus, e no âmbito do patrimônio cultural e da informação social. Mais que isso, assumiu papel fundamental entre as lideranças atuantes na área de trabalho dedicada à documentação. Liderança construída sobre o rigor conceitual, sobre a consistência das políticas de informação adotadas e sobre a consciência social de seus profissionais, condição indispensável, a meu ver, para assegurar a verdadeira ampliação das formas de acesso e de construção do conhecimento.

Célia Camargo é professora do Departamento de História da UNESP/ Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis e assessora do Centro de Documentação e Memória (Cedem) da UNESP.

## Notas

- 1) O termo documentação está sendo utilizado aqui no seu sentido mais genérico, referindo-se às atividades técnicas de levantamento, identificação, preservação e organização do patrimônio documental, seja de natureza arquivística, bibliográfica, museológica ou de outras categorias contempladas no âmbito da memória social.
- 2) Parte dessas reflexões está em Camargo (1999b).
- 3) Iglésias, in Motoyama e Ferri (1979, vol. 1: 265-301).
- 4) Iglésias, in Motoyama e Ferri (1979, vol. 1: 290).
- 5) Miceli (1984: 53-84).

6) Miceli (1984: 58).

7) Em meu trabalho de doutorado (Camargo, 1999a), tratei desse assunto, especialmente no capítulo 2, relativo ao panorama das ações governamentais de caráter preservacionista.

8) A referência é relativa à obra organizada por Pierre Nora, *Os lugares de memória*.

9) Sobre essa questão é importante a leitura do trabalho de Marly Rodrigues (2000), em que a autora analisa a trajetória do Condephaat, o conselho de preservação do patrimônio paulista, identificando os momentos fundamentais de alte-ração de critérios para suas políticas de tombamento, e relacionando-as com as diversas visões de passado e com os principais conceitos que presidiram suas ações.

10) Maria Cecília Londres Fonseca (1997) tratou com detalhes da trajetória da política federal de preservação, periodizando-a de acordo com as concepções identificadas ao longo da história do SPHAN. Na mesma linha de investigação, embora não trate diretamente da análise de políticas governamentais, é importante o trabalho de Reginaldo Gonçalves (c1996).

11) Os dados foram selecionados e extraídos da Cronologia da Política Cultural Oficial – Anos 70, elaborada por Miceli (1984: 58).

12) Falcão (1984: 21-39).

13) Falcão (1984: 31).

14) Não se pode deixar de fazer referência a Warren Dean que, a partir dos anos 1980, começou a publicar suas pesquisas dirigidas para essa temática, culminando com seu último trabalho, *A ferro e fogo* (1996). Também devem ser lembrados os nomes de José Augusto Pádua e José Augusto Drummond, pioneiros na abordagem desse objeto de pesquisa.

15) Guia produzido e divulgado em 1979, pela Fundação Casa de Rui Barbosa e o CPDOC-FGV, vinculado às propostas da Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais.

16) Referência ao termo utilizado por Milton Santos (2000) para referir-se a uma das características do mundo globalizado.

17) Lília Schwarcz e Manoel Luiz Salgado Guimarães estudaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Célia Leite Costa tratou do Arquivo do Império (atual Arquivo Nacional) e Maria Cecília Londres Fonseca estudou o SPHAN. Esses são alguns exemplos de novos caminhos e formas de análise que estão sendo adotados para desenvolver estudos sobre a história das instituições de guarda da memória.

18) CPDOC 25 Anos (1998: 11).

19) É importante registrar a participação de membros da equipe do CPDOC na elaboração e execução do Projeto de Modernização do Arquivo Nacional, em 1981, conduzido por Celina do Amaral Peixoto na direção geral do AN.

20) Em maio de 2003 foi feita uma pesquisa com os usuários do Centro e o resultado foi bastante animador, obtendo-se a avaliação de 8.75 de média.

## Referências bibliográficas

BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. 1991. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo, T. A. Queiroz.

CAMARGO, Célia R. 1999a. À margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil, 1838-1980. Tese de doutorado em história apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Campus de Assis.

\_\_\_\_\_. 1999b. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Z. L. (org.). *Arquivos, patrimônio e memória. Trajetórias e perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP/ FAPESP.

CPDOC 25 ANOS. Relatório de Atividades. 1998. Rio de Janeiro, FGV.

DEAN, Warren. 1995. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.

FALCÃO, Joaquim Arruda. 1984. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel.

FERREIRA, Marieta de Moraes. 1992. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10.

FONSECA, Maria Cecília Londres. 1997. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/ IPHAN.

GOMES, Angela de Castro (org.). 2000. *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, Editora da FGV; São Paulo, Universidade São Francisco.

GONÇALVES, Reginaldo. c1996. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

GUIA PRELIMINAR DE FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL. 1979. Maria Amélia Porto Migueis et al. Rio de Janeiro, FCRB/CPDOC-FGV.

IGLÉSIAS, Francisco. 1979. A história no Brasil. In: MOTOYAMA, Shozo e FERRI, Mario Guimarães. *História das ciências no Brasil*. São Paulo, EPU/Edusp. 3 v.

MICELI, Sergio. 1984. O processo de “construção institucional” na área cultural fe-

- deral (anos 70). In: *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1984. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1995. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp/ Fapesp.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. 1995. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp/ Fapesp.
- PROGRAMA NACIONAL DE CULTURA. 1975. Brasília, MEC.
- RÉMOND, René (org.). 1997. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- RODRIGUES, Marly. 2000. *Imagens do passado. A instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo, Editora da UNESP/ Imprensa Oficial de São Paulo/ Condephaat/ FAPESP.
- SANTOS, Milton. 2000. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record.
- SHERA, H. S. e EGAN, M. E. 1961. Exame do estado atual da biblioteconomia. In: BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- SILVA, Z. L. (org.). 1999. *Arquivos, patrimônio e memória. Trajetórias e perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP/ FAPESP.
- SMIT, Johanna. *O que é documentação*. São Paulo, Brasiliense.

## **Vestígios do passado: acervo audiovisual e documentário histórico**

Na sua prática profissional, o cineasta tanto pode produzir quanto utilizar documentos audiovisuais, comumente identificados como *imagens de arquivo* ou, simplesmente, *material de arquivo*. Nos dois casos, o dos registros filmados que vêm a adquirir valor documental e o do uso de filmagens feitas por terceiros, o realizador enfrenta vicissitudes familiares a quem procura cruzar cinema e história na realização de filmes documentários.

13 de março de 1964. Uma equipe de três pessoas filma o Comício da Central do Brasil em que o presidente João Goulart anuncia as reformas de base pouco antes de ser deposto. Onde estarão essas imagens? Da última vez que as vimos, era 1970. Desde então, seu paradeiro é um mistério.

Janeiro de 1966. Em São Luís, no Maranhão, outra pequena equipe filma o governador José Sarney no dia da sua posse, discursando de um palanque armado na praça pública tomada pela multidão. Onde estará o negativo original dessas imagens? Teria sido parcialmente destruído e reutilizado em outro filme?

Março de 1968. Um câmara solitário filma a procissão fúnebre e o enterro do estudante Edson Luís, morto a tiros pela polícia no Centro do Rio de Janeiro – marco inicial das manifestações de protesto ocorridas naquele ano conturbado. Onde estarão essas imagens? Teriam sido enviadas para o exterior do país, na tentativa de evitar que fossem apreendidas pela polícia?

Esses três exemplos e a mesma pergunta, sempre sem resposta preci-

sa, bastam para mostrar a precariedade que há, entre nós, na preservação de um repertório audiovisual que possa servir de referência à memória coletiva e à realização de documentários históricos.

A água, o ar, a terra e o fogo conspiram contra a preservação dos registros visuais e sonoros. Mas à ação predatória dos elementos se soma a dos seres humanos – o despreparo de indivíduos e instituições, o descaso da sociedade e a insensibilidade dos governos.

O suporte material desses registros, sendo perecível por natureza, em alguns casos é sujeito à autocombustão! A guarda descuidada, o armazenamento inadequado, contribuem para a grande quantidade de perdas havida desde os primórdios do cinema. Mesmo depois de a importância da preservação ter sido reconhecida em um círculo restrito, incêndios, alagamentos, temperatura ambiente elevada, umidade do ar e bolor continuaram dilapidando o acervo brasileiro de imagens e sons. Do que deixou de ser vendido a peso para servir de matéria-prima na fabricação de esmalte, grande parte não escapou da chamada *síndrome de vinagre* – odor característico que indica um processo irreversível de deterioração do suporte de acetato.

Esforços isolados não foram capazes de impedir essa catástrofe continuada. E a passagem da predominância da imagem fotográfica para a eletromagnética agravou as perdas e a má qualidade técnica do reduzido acervo que vem sendo preservado.

Assim, um projeto de rever a história republicana brasileira através do cinema parece, de antemão, condenado ao fracasso. As lacunas superam, de longe, as imagens ainda existentes. O que resta são apenas tênues vestígios do passado, cuja sobrevivência, muitas vezes quase miraculosa, não temos como explicar.

Em 1965, pudemos ver, pela primeira vez, as imagens de Lampião, Maria Bonita e seu bando de cangaceiros, filmadas em 1936 pelo mascate libanês Benjamin Abrahão. A verdade é que não se deu, na época, a devida atenção à excepcionalidade daquelas cenas, apreendidas em 1937 sob o pretexto de atentarem contra “os foros da nossa nacionalidade”. O fotógrafo Adhemar Albuquerque teria escondido e vendido uma cópia ao produtor e diretor Alexandre Wulfes. De alguma forma, essas imagens chegaram às mãos de Paulo Gil Soares, que as incluiu no seu *Memória do*



*cangaço*. Um longo caminho, marcado por lances imprevistos e detalhes ainda desconhecidos, foi percorrido até que aquele registro filmado encontrasse guarida na Cinemateca Brasileira, onde está depositado hoje.

De maneira geral, no entanto, o desfecho desses percursos acidentados costuma ser menos feliz e, muitas vezes, imagens com a mesma origem têm destinos diversos. Geraldo Sarno conta que quando passou com Thomaz Farkas por Águas Belas, em Pernambuco, em 1969, viu, na delegacia da cidade, rolos de filme 35mm, todos velados. Segundo o de-legado, teriam pertencido a Benjamin Abrahão e haviam sido trazidos junto com o seu cadáver quando foi assassinado em 1938. Seriam apenas negativos virgens? Haveria imagens impressas naqueles filmes? Que imagens seriam essas? Passados 30 anos, continuavam ali, se deteriorando, perdidas para sempre.

Em outros casos, sem que se saiba como, o decurso de períodos ainda maiores não impediu que cópias de certos filmes fossem preservadas. Foi o que ocorreu com as imagens do Padre Cícero a que recorremos em 1970. Aceitamos sua existência, na época, sem nos preocuparmos em saber quem as filmara, nem como haviam sido preservadas. Pareceu-nos perfeitamente natural que estivessem disponíveis no Instituto Nacional de Cinema e que, graças a elas, nos fosse possível traçar um paralelo entre os ritos do poder dos anos 1920 e do final dos anos 1960. Sabemos hoje que essas imagens mostram o Padre Cícero inaugurando sua própria estátua de bronze numa praça de Juazeiro do Norte, no Ceará, e teriam sido filmadas pela Aba Film de Adhemar Albuquerque, a 11 de janeiro de 1925. Documento visual precioso, preservado durante 40 anos numa instituição pública, que resistiu à temperatura tropical apesar de ter sido conservado em condições distantes das ideais.

Muitas vezes a preservação de uma filmagem valiosa deve-se ao mero acaso. Um diretor dá a um colega um rolo de filme que recebera de um produtor. Entregue o material à guarda da Cinemateca do Museu de Arte Moderna, assegura-se, assim, a preservação do que está identificado na própria película como sendo “A grande marcha pliniana”, manifestação integralista no Centro do Rio de Janeiro, ocorrida provavelmente em 1937. Lá estão Plínio Salgado, líderes e militantes, no momento em que, acreditando estar às portas do poder, encontravam-se, na verdade,

às vésperas da derrocada. Quem terá filmado essas imagens? Terão sido exibidas em público alguma vez? Como foram obtidas pelo produtor e o que o levou a entregá-las ao diretor? É provável que nunca venhamos a saber as respostas a essas questões. De todo modo, casos fortuitos e de origem imprecisa como esse, mal ou bem, contribuíram para que a perda da nossa memória audiovisual não fosse completa.

Atuando em sentido contrário, porém, soma-se à aniquilação predominante o trabalho de sapa de diversas espécies de predadores, usualmente com propósitos comerciais. Uns consideram normal se apropriar de acervos de empresas falidas; outros não se envergonham de subtrair bens públicos para formar acervos particulares.

Ficam delineados, dessa forma, alguns dos fatores que configuram o quadro geral de precariedades que a Cinemateca Brasileira vem enfrentando desde o seu surgimento no final de 1956, com 20 anos de atraso em relação às instituições congêneres, européias e norte-americanas. Apesar de ter iniciado suas atividades quando o grande mal já estava feito e de portar como trágica marca de nascença o incêndio que destruiu, em janeiro de 1957, grande parte do seu acervo, a Cinemateca Brasileira foi responsável, nas décadas seguintes, pela preservação e pela restauração do principal repertório de imagens cinematográficas existentes no Brasil. Mesmo assim, tendo que lidar com a continuada desatenção dos governantes, nosso centro primordial de referência de documentação filmada ainda permanece distante do padrão de excelência que suas atribuições requerem e que seus dirigentes e usuários desejam.

Já na década de 1980, a Embrafilme construiu uma modesta reserva técnica onde foi depositado o acervo originário do Instituto Nacional de Cinema. As instituições de referência do setor, a Cinemateca Brasileira e, em segundo plano, a Cinemateca do Museu de Arte Moderna, ampliaram seus acervos e procuraram aperfeiçoar seus métodos de trabalho. Apesar da relativa evolução experimentada, o quadro geral se agravava, continuando a ser desalentador.

Ao iniciarmos, em 1990, o que viria a ser uma série sobre a disputa pelo poder inaugurada com a Revolução de 1930, passamos a contar com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, criado em 1973. Tendo

estabelecido um alto padrão de excelência em sua área de atuação e constituído suporte decisivo para o cinema documentário de caráter histórico, quem trabalha com esse gênero de filme não pode deixar de lamentar que o CPDOC não se tenha proposto a atuar também, como uma cinemateca, na preservação e no restauro de imagens filmadas em película ou gravadas em fita magnética. A opção por um projeto de âmbito mais modesto, determinada possivelmente por restrições orçamentárias, deve ter se beneficiado das vantagens dessa prudência. Ao mesmo tempo, impôs limites notórios a quem pretenda recorrer ao CPDOC como fonte de pesquisa iconográfica exaustiva sobre a história brasileira contemporânea. Reconheça-se, no entanto, que um acervo formado pela doação de arquivos particulares não poderia mesmo ter tal ambição de abrangência.

Além da produção intelectual dos pesquisadores do CPDOC se ter tornado referência obrigatória, eles próprios passaram a colaborar na realização de filmes documentários através de depoimentos e da elaboração de argumentos e roteiros. Foi o que ocorreu, em 1990, na realização de *1930 – Tempo de revolução*, para o qual contamos com a consultoria histórica de Regina da Luz Moreira, pesquisadora da instituição. O *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, por sua vez, publicado em 1984, passou a ser a fonte de consulta primordial dessa área de conhecimento e pesquisa. Finalmente, o acervo fotográfico viria a suprir, ainda que através da imagem estática, algumas das lacunas da nossa memória cinematográfica.

Ao lado dessas contribuições notáveis, é uma lástima que o registro, filmado ou gravado em vídeo, da imagem dos depoentes não tenha sido incluído no Programa de História Oral, transformando-o num Programa de História Oral & Visual. Considerando a penúria do acervo brasileiro de imagens em movimento, o registro visual das centenas de testemunhos colhidos teria constituído um acervo de valor inestimável. Tendo prevalecido o mesmo procedimento nos depoimentos mais recentes que compõem a trilogia da memória militar (*Visões do golpe*, *Os anos de chumbo* e *A volta aos quartéis*), fomos impedidos, por exemplo, de examinar a expressão do rosto do general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do Serviço Nacional de Informações de 1969 a 1974, no momento em que afirmou nunca ter tido “uma prova de tortura” (*Os anos de chumbo*, p. 97).

Terá sido apenas por falta de recursos que não foram feitas essas filma-

gens ou gravações em vídeo? Essa possibilidade terá sido considerada? Ou terá predominado um certo menosprezo pelo valor do documento visual que parece haver por parte de alguns historiadores? É isso que poderia sugerir a coletânea de fotografias *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*, publicada pelo CPDOC em 1980.

Reunindo grande número de imagens do seu acervo, além de algumas de outras fontes, o álbum se limita a apresentar textos breves introdutórios aos capítulos e legendas descrevendo as fotografias. A importância da documentação visual apresentada, até então pouco conhecida em seu conjunto, não nos deve impedir, porém, de questionar a possibilidade de essas imagens falarem por si mesmas. Além do local, da data e da identificação dos fotografados, não teria sido necessário acentuar o que cada uma dessas fotografias revela através do enquadramento escolhido, da exposição, do diálogo silencioso dos fotografados com a câmera e entre eles próprios? O que essas imagens trazem? Analisadas a fundo, o que elas realmente mostram?

Para uma análise desse teor, uma das fotografias mais interessantes a considerar teria sido a do Arquivo Pedro Ernesto Batista, publicada à página 73. Segundo a legenda, foi tirada em Gaiba, Bolívia, em 1927, e nela estão retratados Cordeiro de Farias, abraçado a um menino, moradores da região, Carlos Hansen, engenheiro da Bolivia Concessions e, na extrema direita, Luís Carlos Prestes, de braços cruzados. O que faltou mencionar foi o papel representado por essa fotografia na fabricação do mito do Cavaleiro da Esperança. Cordeiro de Farias com o corpo relaxado é o único, além de um bebê de colo, que não encara a câmera; Prestes, além dos braços cruzados, apóia as pernas com firmeza, tem o corpo retesado e olha diretamente para a lente – é a imagem da determinação. Alguém, com apurado senso de percepção, isolou sua figura do resto da fotografia, fazendo surgir a representação ideal do líder messiânico, representação essa que passou a circular como um santinho, ora contra um fundo branco como se estivesse superposta a uma nuvem, ora contra um fundo escuro. E essa passaria a ser, desde então, a principal fonte de referência dos ilustradores para representar o Cavaleiro da Esperança.

Manipulações dessa espécie indicam o perigo de tomar a imagem pela comprovação dos fatos. Por estar sujeita a toda espécie de adulteração, é

um truísmo dizer que a imagem não pode ser tomada como a reprodução da realidade. É célebre o caso da tomada do Palácio de Inverno, encenada em 1927 por Eisenstein para seu filme *Outubro*, usada regularmente ainda hoje como se fosse um registro jornalístico filmado em outubro de 1917.

Menos notório, mas não menos instrutivo, é o caso das mais antigas imagens de uma campanha presidencial no Brasil. Nesse filme, feito em outubro de 1921, vemos o candidato Artur Bernardes chegando ao Rio de Janeiro para apresentar sua plataforma política na capital federal, praxe da República Velha. Após recepção festiva, promovida por seus correligionários, com faixas de boas vindas estendidas na estação, está registrado o que parece ser um cortejo triunfal pelo Centro da cidade. Na verdade, tem-se notícia de que, ao entrar na avenida Rio Branco, Artur Bernardes foi hostilizado pela multidão em sinal de protesto pelas ofensas aos militares contidas nas célebres cartas forjadas atribuídas a ele, publicadas dias antes pelo *Correio da Manhã*. Evidencia-se, dessa forma, a discrepância notável que pode existir entre o relato dos cronistas e o que inferimos do registro filmado.

Mais prosaica e deliberadamente falsa foi a transformação de Getúlio Vargas em um exímio golfista, graças a artifícios da montagem. Além de filmá-lo jogando, o câmara encarregado de glorificar sua figura teria recebido instruções para filmar, também, as tacadas de um grande jogador. Reunidas com o canhestro desempenho do ditador, essas cenas fizeram a platéia aplaudir, convencida de que entre as supostas virtudes de Vargas, decantadas pela propaganda do Estado Novo, estava também a de ser um excelente esportista.

Outras armadilhas que comprometem a confiabilidade de documentos filmados surgem na forma de imagens resultantes de uma encenação deliberada que pretende se passar por registro documental. Por mais evidentes e malfeitas que sejam, essas dissimulações costumam ser usadas livremente, como se o responsável pela filmagem não tivesse interferido e orientado o que se passou diante da câmara. O exemplo mais conhecido do gênero, no cinema brasileiro, é o de *Pátria redimida*, realizado por João Batista Groff. Além dos registros de notável valor documental do movimento militar de outubro de 1930, Groff não hesitou em encenar combates que nunca ocorreram com a intenção de assegurar o sucesso do seu filme.

Já em 1932, quando houve mortos e feridos na guerra civil entre São Paulo e o Governo Provisório de Getúlio Vargas, o cinegrafista que filmou as tropas mineiras na serra da Mantiqueira, não satisfeito em reencenar o tiroteio e a movimentação dos soldados, criou pequenos quadros cômicos em que os mineiros ridicularizam a ameaça de bombardeio pelos paulistas e um em que fingem terem sido atingidos nas trincheiras.

Sendo pequeno o número de filmes preservados e muitas vezes questionável seu valor documental, há ainda a considerar que as filmagens, encomendadas ou não, eram feitas quase sempre para agradar quem podia pagar pelo serviço. Grande parte do restrito material existente, portanto, além de exigir um olhar atento para ser decifrado, tem também um viés de classe, trazendo, como freqüente marca de origem, o propósito de glorificar a classe dominante e os donos do poder. Alguns filmes, cuja análise fugiria do propósito deste texto, não se enquadram nessa caracterização. É o caso de *No país das Amazonas*, feito por Silvino Santos para ser exibido na Exposição da Independência, inaugurada em 1922, e da vasta filmografia do major Luiz Thomás Reis, documentando a atividade de Cândido Rondon a partir de 1912.

Do plano fugaz da visita do presidente Campos Sales a Buenos Aires, em 1900, à visita aos Estados Unidos, em junho de 1930, do presidente eleito Julio Prestes; da visita ao Brasil do ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, em 1913, à visita do futuro presidente dos Estados Unidos, Herbert Hoover, em 1928, o que existe no repertório de imagens filmadas referentes ao Brasil é, em grande medida, uma sucessão de visitas presidenciais e de monarcas estrangeiros. Até o surgimento em 1938 do *Cine Jornal Brasileiro*, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, essa é uma das principais temáticas das filmagens que incluem também fazendas de café, vistas do Rio de Janeiro, filmes “de família”, campanhas políticas, pioneiros da aviação e, naturalmente, desfiles de miss, algum futebol e muito carnaval. São raras filmagens como a da Fábrica Votorantim, em que se pode ver o ambiente fabril e o trabalho dos operários na década de 1920. Fora isso, algumas imagens de grande interesse ainda podem ser encontradas em escassos arquivos familiares, de empresas privadas e no exterior, principalmente nos Estados Unidos, onde o caráter jornalístico de muitos dos registros os diferencia

nitidamente do que foi produzido no Brasil, por encomenda, na mesma época. Que nunca se tenha feito um projeto para tornar essas imagens existentes no exterior mais acessíveis aos brasileiros é uma constatação para a qual não parece haver justificativa razoável.

Entre os arquivos familiares existentes, um dos mais notáveis é o da família Salles Penteado, de São Paulo. Ao voltar dos Estados Unidos, graduado em engenharia elétrica, no final da década de 1920, Jaime de Salles Penteado trouxe consigo uma câmera de filmar 16mm. Filho do coronel Antonio Leite Penteado, fazendeiro de café em Sertãozinho, ele fez muito mais do que um álbum de família filmado. Demonstrou instinto de grande repórter ao estar com sua câmera, em várias ocasiões, no lugar certo, na hora certa. Graças a ele, podemos ver hoje, entre outras cenas de grande interesse, um comício do Partido Democrático no interior de São Paulo nos anos 1920; a multidão com a placa de identificação da delegacia do Cambuci, carregada como troféu da vitória pelas ruas do Centro de São Paulo em outubro de 1930; as manifestações e quebra-quebras no Centro de São Paulo em julho de 1932. Pela amostra deixada por Jaime de Salles Penteado, é possível ter uma idéia do valioso acervo de imagens que existiu e que foi perdido para sempre.

A influência do poder econômico na formação de um repertório visual de referência pode ser atestada, ainda, comparando as campanhas presidenciais de Armando de Sales Oliveira e de José Américo de Almeida. Deste último, chamado pela imprensa paulista de “candidato pobre”, não conhecemos uma única imagem filmada na campanha, apesar de se tratar, supostamente, do candidato oficial do governo federal na eleição prevista para janeiro de 1938. Já do ex-governador de São Paulo, chamada por sua riqueza de “campanha americana”, temos farto material de excelente qualidade fotográfica e em perfeito estado de conservação, preservado por uma empresa privada. O apoio financeiro que Armando de Sales teria recebido de empresas e bancos estrangeiros, além do Instituto do Café do Estado de São Paulo, teria propiciado, entre outros luxos, o de contratar profissionais competentes para filmar os eventos da sua campanha. Comparado a Getúlio Vargas, Armando de Sales é superior em ao menos um quesito: o do número de discursos filmados nos anos de 1930, com imagem e som sincronizados, de que ainda existem cópias. Há alguns

do político paulista, enquanto do gaúcho parece não haver nenhum. Pois até mesmo nas imagens do juramento à Constituição, em 1934, o som e a imagem de Vargas não estão sincronizados. Essa talvez tenha sido a única disputa entre os dois, no período anterior à existência do DIP, vencida por Armando de Sales Oliveira: a do legado que deixou para servir de referência à memória audiovisual.

No caso do acervo do CPDOC, esse viés da classe dominante também resulta privilegiado. Os arquivos pessoais que a instituição se propõe receber são, de forma geral, apanágio das elites, e o ato de doá-los a uma instituição de pesquisa pressupõe a esperança de glorificação póstuma. Assim, o que resulta é um conjunto de documentos da maior importância, mas forçosamente parcial e incompleto, circunscrito a um universo limitado de atores políticos. Mais uma vez, frustra-se a expectativa, talvez descabida, de quem busca no CPDOC um *thesaurus* exaustivo. Foi o que pudemos constatar quando lidamos com o arquivo então recém-incorporado de Ulisses Guimarães, em 1993. Para reconstituir a trajetória biográfica e política de Ulisses, contamos com a valiosa colaboração de Dulce Pandolfi, pesquisadora do CPDOC, mas fomos obrigados a recorrer em proporção significativamente maior a outros acervos para reunir as imagens e gravações de áudio que nos eram necessárias.

Pelos mesmos motivos referidos acima, não é no acervo do CPDOC que se pode encontrar parte significativa da documentação visual existente a respeito da guerra civil de 1932 e dos levantes de novembro de 1935. E é a iniciativas privadas que devemos a existência, entre outros, de depoimentos, filmados ou gravados em vídeo, de Octávio Brandão, José Américo de Almeida e Luís Carlos Prestes.

Em projetos da última década, particularmente *Saudades do Brasil – A era JK*, de 1992, e *Estado Novo – A construção de uma imagem*, de 1997, o CPDOC deu orientação diversa à que prevalecera em 1980, quando da publicação de *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*, conforme assinalamos acima. Recorrendo, em *Saudades do Brasil*, ao cinema, ao vídeo, à música e ao *design*, as fotografias puderam ser contextualizadas, permitindo uma apreensão da imagem mais completa do que ela por si só evidência. Já no caso de *Estado Novo – A construção de uma imagem*, o próprio título indicava a percepção de que os registros fotográficos preci-



savam ser decodificados para poderem ser compreendidos.

Escassas, duvidosas, parciais e incompletas, ainda assim imagens documentais de arquivo têm valor inestimável por assegurarem a existência de uma memória visual. Sem elas o âmbito da representação figurativa do passado ficaria muito restrito; graças a elas é possível criar referências iconográficas concretas que, somadas à informação verbal e escrita, aumentam nossa capacidade de compreensão histórica. Até mesmo encenações explícitas podem servir de matéria-prima para o cinema documentário, desde que não se tente fazer o que é ficcional passar por realidade. A desqualificação do registro audiovisual como fonte de conhecimento incorre no equívoco de não reconhecer que ele vale tanto quanto qualquer outra fonte, primária ou não. É preciso apenas saber ler, ou melhor, ver, e não tomar o que vemos e ouvimos pelo seu valor de face.

Admitidas suas limitações, é impossível negar a força do testemunho que pode ser dado por imagens em movimento. Quando George Stevens, servindo no exército dos Estados Unidos, entrou com uma câmera nos campos de extermínio no final da Segunda Guerra Mundial, as cenas que filmou contribuíram para o fracasso do projeto nazista de apagar a memória do holocausto. O extraordinário impacto daquele testemunho visual, exibido em cinejornais a partir de abril de 1945, teve influência decisiva para impedir que se concretizasse a previsão cínica dos SS, relatada por Primo Levi, de que, fosse qual fosse o desfecho da guerra, o exército nazista seria vitorioso, pois as provas do que ocorrera seriam destruídas; nenhum dos prisioneiros sobreviveria para contar a história, e mesmo que houvesse algum sobrevivente, ninguém acreditaria no seu relato. As imagens de George Stevens, e de outros cinegrafistas, ajudaram a impedir a consumação de mais essa atrocidade – a de os nazistas se tornarem detentores exclusivos da história do holocausto.

Não havendo maneira de deter por completo a deterioração provocada pela ação do tempo, nem de eliminar a incidência do acaso na preservação de sons e imagens, retardar os efeitos nocivos do primeiro e reduzir a ocorrência do último é tarefa de instituições especializadas como a Cinemateca Brasileira. Para tanto, elas precisam receber suporte financeiro proporcional às suas altas responsabilidades, o que não ocorreu no caso da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro,

que se viu obrigada a deixar de preservar matrizes em 2002, depois de 45 anos de atuação nessa área. Com a transferência de parte do acervo da Cinemateca do MAM para o Arquivo Nacional, resta comprovar se essa tradicional instituição federal terá os meios necessários para cumprir a tarefa que se propôs. Ou se, ao contrário, teremos regredido, salvo a atuação da Cinemateca Brasileira, ao tempo em que predominavam depósitos de filmes no lugar de centros efetivos de preservação e restauro. O padrão de excelência alcançado pelo CPDOC e, mais recentemente, pelo Instituto Moreira Salles no trato de fotografias é a meta a almejar para os acervos de filmes e gravações em vídeo do país.

Mesmo quase perdido o passado, e o presente estando em condição precária, persiste o desafio de assegurar a sobrevivência do acervo brasileiro de imagens em movimento. Sem o que, em face da produção maciça e ininterrupta de imagens, em ritmo crescente e nunca antes visto, daqui a 50 anos será difícil saber qual a feição do início do século XXI. Para que as futuras gerações não tenham a mesma dificuldade dos seus antepassados, é preciso resolver os impasses que conspiram contra a preservação da nossa face. Não se trata apenas de preservar e restaurar, mas também de enriquecer continuamente o patrimônio audiovisual, através da criação e do respeito ao depósito legal que assegure a preservação de pelo menos uma cópia de todos os filmes brasileiros e estrangeiros exibidos no Brasil. Será razoável, como ocorreu em 2002, destinar à Cinemateca Brasileira recursos equivalentes a menos de 4% do montante captado através das leis de incentivo fiscal pelos filmes brasileiros lançados nesse ano? Alocar recursos públicos para produzir sem que esteja assegurada a preservação do que é produzido equivale a queimar dinheiro, ato criminoso passível de detenção por um período de seis meses a três anos, conforme disposto no inciso IV, artigo 163, do Código Penal.

Não é mais admissível haver qualquer dúvida quanto ao interesse que “terão para os brasileiros do ano 2357 a imagem e a voz de Getúlio Vargas prestando juramento a Constituições, as passeatas de Plínio Salgado, os comícios de Luís Carlos Prestes, as vistas de São Paulo ou da Central do Brasil”, questão que angustiava Paulo Emílio Sales Gomes em 1957. Graças a ele, e a alguns outros abnegados, essas imagens chegaram até nós. E quanto às imagens mais recentes? Em que estado estará o regis-

tro visual e sonoro do discurso de posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva daqui a 350 anos? Em qual instituição essa imagem poderá ser vista em bom estado de conservação no ano de 2357?

Eduardo Escorel é cineasta.



## **Conversando: o CPDOC no campo da história oral**

A equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, começou a entrevistar pessoas em 1975, apenas dois anos após a criação da instituição. Atualmente, o CPDOC possui um enorme acervo de cerca de 800 entrevistas, que correspondem a mais de quatro mil horas de gravação, das quais cerca de metade disponível na internet. Esse acervo, consultado ao longo dos anos por numerosos pesquisadores brasileiros e estrangeiros, tem dado origem a uma extensa lista de publicações. Quase 30 anos após a sua criação, o Programa de História Oral continua em plena atividade, conduzindo projetos de pesquisa, publicando, integrando associações e oferecendo consultorias a instituições de todo o Brasil. É conhecido internacionalmente, graças à atuação de seus pesquisadores na Associação Internacional de História Oral e à divulgação de seus trabalhos em congressos científicos realizados em vários países.

O presente artigo procura iluminar momentos significativos da trajetória do Programa de História Oral. Relaciona-os tanto à transformação e à expansão da história oral no Brasil e no mundo, como ao percurso institucional trilhado pelo próprio CPDOC, para, ao final, condensar algumas razões que poderiam explicar o êxito desse percurso.

## **Primeiro, um acervo**

O CPDOC foi criado em 1973, a partir do desejo e da necessidade, sentidos por membros da família Vargas, de abrigar em local apropriado o rico arquivo pessoal de Getúlio Vargas, até então em poder da família, oferecendo-lhe um tratamento profissional.<sup>1</sup> A partir dessa necessidade, a socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto concebeu a idéia de que o arquivo pessoal de seu avô deveria dar início a um centro de estudos e pesquisas sobre a história da república brasileira, sobretudo do período posterior a 1930. Essa fase da história do Brasil, embora fosse objeto de pesquisa sistemática de brasilianistas desde a década de 1960, era então ainda pouco investigada no país. Mas já despertava bastante interesse entre jovens historiadores, sociólogos e cientistas políticos brasileiros, reunidos em alguns centros de estudo e pesquisa como o Iuperj, ligado à Universidade Cândido Mendes, no Rio, e o Cebrap, em São Paulo.

Ficou acertado que o novo centro de estudo e pesquisa sobre a história recente do Brasil seria abrigado pela Fundação Getúlio Vargas. Essa instituição técnica de alto nível, surgida no governo de Getúlio (1944) para realizar uma série de tarefas especializadas de interesse do governo federal e para treinar pessoal altamente qualificado para a administração pública, era então quase totalmente mantida com orçamento federal. Conforme depoimento de Celina Vargas do Amaral Peixoto:

“Diante desse quadro, conversamos em família: minha mãe, meu pai, Wellington [Moreira Franco] e eu, e achamos que talvez o caminho adequado fosse nos integrarmos à Fundação Getúlio Vargas. Sendo assim, minha mãe e eu fomos ao dr. Simões Lopes oferecer o projeto. Existe, aliás, uma carta muito bonita de minha mãe, em que ela se dispõe a doar o arquivo de Getúlio Vargas para a Fundação, com a condição de que fosse criada uma instituição que abrigasse os arquivos dos demais participantes do movimento revolucionário de 30.”<sup>2</sup>

Criado em 25 de junho de 1973 por portaria do presidente da FGV, Luiz Simões Lopes, o CPDOC ficou subordinado ao Instituto de Direito Público e Ciência Política (Indipo), dirigido, então, por Temístocles Cavalcanti, participante ativo da política brasileira pós-30 e, mais tarde, por Afonso Arinos de Melo Franco. Na mesma época da criação do CPDOC, criaram-se outros

centros de documentação e de preservação da memória nacional, como o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (1971) e o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972); na época, houve também a revitalização da Fundação Casa de Rui Barbosa.<sup>3</sup>

Ao arquivo privado de Vargas logo se somaram vários outros, doados por famílias de importantes homens públicos brasileiros, como Osvaldo Aranha (o segundo transferido para o CPDOC), Gustavo Capanema, Etelvino Lins, Otávio de Farias, Juraci Magalhães e outros, conforme se pode comprovar pelo extenso *Guia de arquivos* da instituição. As primeiras transferências de arquivos ocorreram em consequência da proximidade e amizade entre os Vargas e as famílias doadoras, enquanto algumas doações posteriores aconteceram já em função do prestígio que o CPDOC começava a angariar, como instituição que acolhia, preservava e organizava os arquivos privados contemporâneos, franqueando-os à consulta pública. Atualmente, o CPDOC – primeira instituição brasileira a dar tratamento arquivístico em grande escala a documentos privados – possui o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do Brasil: 1,8 milhão de documentos, distribuídos em cerca de 170 fundos. Esse acervo, parcialmente disponível na internet, tem sido consultado por grande número de pesquisadores do Brasil e do exterior, que aí encontram subsídios para suas pesquisas a respeito da história republicana brasileira. E a equipe do CPDOC há muitos anos tem sido sistematicamente convidada a oferecer consultorias e cursos a diversas instituições do país, interessadas elas também em constituir e organizar arquivos privados.

O que se está querendo ressaltar aqui é: antes de organizar qualquer acervo de história oral ou de realizar uma única entrevista, o CPDOC surgiu – ainda que de forma embrionária – como um centro destinado a agrupar arquivos particulares de políticos que atuaram no período posterior a 1930, assim como a realizar pesquisas sobre a história política do Brasil contemporâneo. Mesmo quando se leva em conta as muitas transformações ocorridas na vida da instituição ao longo dos seus 30 anos de existência, percebe-se que ambas as atividades – a documental/arquivística e a de pesquisa – se fizeram presentes em toda a trajetória do CPDOC, o que, além de ajudar a constituir a identidade da instituição, também

teve profundas conseqüências para o tipo de história oral aí realizado, especialmente nos 15 primeiros anos, assunto ao qual retornaremos.

### **O Programa de História Oral: entrevistas e intenções iniciais**

O Programa de História Oral do CPDOC nasceu de questões originadas pelos próprios arquivos doados à instituição. O manuseio dessa documentação pela equipe, para fins de organização arquivística ou de pesquisa, gerava uma série de dúvidas e perguntas – relativas à complementação de informações históricas, à checagem em novas fontes dos dados apresentados por determinado agente social, à existência de possíveis outras versões a respeito dos fatos narrados etc. Por outro lado, dentro da própria FGV, ou entre os parentes ou conhecidos dos membros da equipe, existiam pessoas com intensa participação na história política recente do país, muitas das quais gostariam de ser ouvidas a respeito de suas experiências. Conforme declarou Aspásia Camargo, organizadora e primeira diretora do Programa de História Oral do CPDOC:

“[A história oral no CPDOC] foi uma coisa que nasceu da nossa própria práxis. Como tínhamos alguns arquivos, e Celina estava fazendo uma grande ofensiva para conseguir novos, freqüentemente tínhamos pessoas que vinham doar documentos e sabiam de coisas incríveis. Lembro que quando se organizou o arquivo do Osvaldo Aranha, seu secretário, por exemplo, Rubem Rosa, já velhinho, nos visitava, nos ajudava a identificar os documentos e ficava contando casos. [...] Temístocles Cavalcanti [...] também era memória viva de muita coisa, porque tinha sido constituinte em 1933. Começamos então a ser ‘as meninas do CPDOC’, aquelas que tinham disponibilidade para ouvir histórias [...].”<sup>4</sup>

Unindo-se os dois fatores – necessidade do trabalho histórico e arquivístico e disponibilidade de informantes –, a ainda pequena equipe do CPDOC começou, a partir de 1975, a realizar as primeiras entrevistas dentro da instituição. Guiavam-na muito mais a curiosidade intelectual e a necessidade de contextualizar a documentação que possuía do que preocupações teóricas ou metodológicas em relação à história oral, campo do conhecimento que então apenas começava a configurar-se academicamente no mundo.



À medida que as entrevistas prosseguiam, tornavam-se cada vez mais evidentes, para os pesquisadores do CPDOC, as enormes potencialidades do documento oral, seja para complementar informações dos arquivos escritos, para acrescentar novas informações que os escritos não continham, seja para destacar e esclarecer as participações históricas de vários homens públicos da história brasileira recente cuja existência, em geral, era notada apenas por um ou outro episódio de que haviam participado com mais destaque, mas cuja trajetória integral, cuja história de vida, não era ainda conhecida. Assim, foi tomando forma e amadurecendo, para a equipe, a idéia de que seria necessário tornar as entrevistas, e o acervo delas resultante, uma atividade constante e relevante da instituição. Começava assim a gestar-se o Programa de História Oral do CPDOC.

As condições de trabalho, contudo, eram ainda extremamente precárias, conforme registrado na memória de Aspásia Camargo:

“A História Oral foi um trabalho hercúleo. Eu fiz 750 horas de entrevistas e, no início, dizia que a equipe era composta de uma pessoa e meia, porque éramos eu e o Luís Henrique Bahia, que trabalhava meio expediente. Não havia condições de se transcrever todas as entrevistas, era uma luta contra o tempo, a gente tinha que gravar e gravar.”<sup>5</sup>

Para atingir os objetivos traçados pela equipe do CPDOC, de transformar a história oral em atividade regular e relevante na instituição, criando um Programa de História Oral, era necessário o aporte de recursos capazes de permitir a contratação de pessoal especializado para realizar as pesquisas, os roteiros prévios das entrevistas, as transcrições, revisão e edição dos depoimentos, além da catalogação e da guarda, em local apropriado, das fitas e das transcrições em papel.

### **Os financiamentos**

A oportunidade surgiu em 1975, quando a Fundação Ford no Brasil – sediada no Rio de Janeiro e então comandada pelo brasilianista Richard Morse – decidiu modificar sua linha mestra de atuação no país, voltada havia uma década para “ajudar a construir as bases de instituições locais, para a emergência de uma comunidade nacional de ciências sociais”.<sup>6</sup>

Relacionando razões que iam desde o apoio financeiro que o governo brasileiro começava a dar às universidades até a diminuição do seu próprio orçamento, a Ford elegeu como meta de sua nova política reforçar “os vínculos entre os *scholars* e as instituições, a pesquisa intelectualmente madura, os serviços dos centros documentais, a publicação selecionada e os encontros, *workshops* e projetos conjuntos que estabelecerão parâmetros, manterão vivas as opções e desenvolverão alternativas para políticas públicas”.<sup>7</sup> Para tanto, a instituição deixaria de financiar no Brasil, como vinha fazendo até então, pesquisas em nível de mestrado, e promoveria uma drástica redução no apoio às pesquisas de doutorado. Usaria os fundos até então destinados às bolsas para complementar as novas prioridades.

É fácil perceber que o CPDOC ajustava-se perfeitamente à nova política da Ford no Brasil. Era por definição um centro de coleta, guarda e organização de documentação histórica contemporânea brasileira, valorizada pelos norte-americanos e ainda pouco pesquisada; era um centro de pesquisa de qualidade; estava alojado dentro de uma instituição prestigiosa, e contava com uma equipe diminuta, porém composta de *scholars* muito bem formados e intelectualmente maduros – as dirigentes iniciais dos projetos do CPDOC tinham feito pós-graduação e/ou doutorado na França, fato então raro na área de ciências humanas no Brasil; os pesquisadores do CPDOC já estavam realizando contatos nacionais e internacionais, e mostravam-se desejosos de implementar esse tipo de cooperação; finalmente, estavam começando a realizar pesquisas inovadoras para a época, como as referentes ao tempo presente e à história oral.

Os resultados do contato entre a Fundação Ford e o CPDOC não tardaram. No mesmo documento citado, entre as iniciativas já tomadas para implementar sua nova política, a Ford relacionava “uma doação à Biblioteca Nacional que inclui o apoio para um grupo de trabalho em documentação de ciências sociais, o arquivo presidencial de Getúlio Vargas, um projeto de microfilmagem de jornais, um inventário parcial de pesquisa e bibliografia, um programa de treinamento em história oral, e um seminário sobre preservação de livros”. O documento esclarecia ainda que um mecanismo central à nova política era o “Projeto para Pesquisa e Treinamento em Ciências Sociais, para o qual um suplemento de dois anos

está sendo proposto”.<sup>8</sup>

Junto com outras instituições brasileiras, o CPDOC integrou o que ficou se chamando Grupo de Documentação em Ciências Sociais.<sup>9</sup> Em março de 1977, recebeu da Fundação Ford US\$ 40 mil, que correspondiam a 34,7% da dotação total de US\$ 115 mil repassada na ocasião às instituições brasileiras. Em dezembro do mesmo ano, foi agraciado com mais US\$ 18 mil (36% do total de US\$ 50 mil), que foram canalizados para o seu nascente Programa de História Oral. Pela dotação inicial da Ford, seriam destinados US\$ 15 mil ao CPDOC, e US\$ 3 mil à História Oral, mas Celina Moreira Franco expôs que “desejaria modificar o orçamento referente ao subprojeto CPDOC [...]. Essas modificações visam a concentrar recursos num projeto de história oral”.<sup>10</sup>

Portanto, foi nesse momento que o CPDOC optou por conferir prioridade à história oral, destinando a essa atividade o total dos recursos recebidos na segunda parcela da Fundação Ford. Estavam assim criadas as condições para o funcionamento do Programa de História Oral.

Além desse apoio da Ford, que representou a principal fonte para a sua constituição e seus primeiros trabalhos, o Programa de História Oral contou com o aporte de outros recursos, de origem federal. Inicialmente, contou com parte do pequeno repasse feito pela Fundação Getúlio Vargas ao CPDOC, retirado do orçamento da FGV. A partir de 1975, contou também com uma parcela dos recursos resultantes de convênios entre o CPDOC e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência constituída em meio ao conjunto de organismos e programas criados pelo governo federal a partir de 1969 com vistas ao financiamento científico e tecnológico no país.

Em 1975, a Finep começou a financiar os primeiros projetos na área das ciências humanas, beneficiando algumas instituições, entre as quais o CPDOC.<sup>11</sup> Com os recursos da Finep, o CPDOC pôde reforçar extraordinariamente suas pesquisas, programas e atividades relacionadas ao acervo, e implementar novos projetos. Até 1987, a Finep foi a mais importante fonte de recursos do CPDOC e, por conseguinte, também do Programa de História Oral, após o aporte inicial da Fundação Ford. Depois de 1987, especialmente durante a década de 1990, a situação dos financiamentos do CPDOC mudou radicalmente, o que ocasionou transformações profundas no seu Programa

de História Oral, assunto ao qual retornaremos.

### **O primeiro curso internacional de história oral no Brasil**

Entre as atividades previstas no convênio com a Fundação Ford, estava o oferecimento de um curso de história oral ministrado por professores estrangeiros e organizado pelo CPDOC, mas destinado também a pesquisadores de outras instituições brasileiras interessadas no assunto. O Seminário Interuniversitário de História Oral, como foi denominado, recebeu, além dos já citados recursos da Ford, CR\$ 55 mil provenientes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes – que então começava a apoiar de forma mais sistemática também a área de ciências humanas –, destinados a despesas de custeio.<sup>12</sup>

A organização de um curso era uma necessidade já fortemente sentida pelos pesquisadores do Programa de História Oral do CPDOC. A própria prática de realização de entrevistas demonstrara a conveniência de buscar um conhecimento atualizado, abrangente e sistemático sobre a história oral, capaz de responder às dúvidas do grupo, que abarcavam desde assuntos muito concretos, como as possíveis formas de organização e conservação de acervos orais, ou as formas legais de doação e utilização das entrevistas, até inquietações de fundo teórico-metodológico, passando por questões técnicas, referentes, por exemplo, à gravação e à realização das entrevistas. Essas dúvidas justificavam-se, pois, se em 1977 a história oral ainda lutava por reconhecimento acadêmico na maioria dos países, no Brasil era uma atividade incipiente, praticada institucionalmente apenas no próprio CPDOC e na Universidade Federal de Santa Catarina.

O Seminário Interuniversitário de História Oral foi divulgado amplamente entre instituições latino-americanas e brasileiras. Realizou-se durante o mês de julho de 1975, com aulas diárias, pelas manhãs e às tardes, das segundas às quintas-feiras. Contou com um total de 38 alunos, entre os quais dois peruanos, além de pesquisadores brasileiros, sete dos quais com bolsas da Capes, oriundos de diversos estados e instituições destinadas a ajudar no custo do deslocamento até o Rio de Janeiro e na estadia na cidade.<sup>13</sup>

O seminário foi ministrado pelos professores George Philip Browne, da Universidade de Columbia – também coordenador acadêmico do curso –,

James W. Wilkie, da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), e Eugênia Meyer, da Universidade Autônoma do México (UNAM).<sup>14</sup> O programa do curso, constando de aulas expositivas e da realização de entrevistas pelos alunos, voltou-se para a prática da história oral, principalmente para as técnicas de realização, transcrição e cessão de entrevistas, assim como para a organização dos acervos orais, havendo pouco espaço para discussões de caráter teórico-metodológico.<sup>15</sup> É possível assim notar a influência do coordenador acadêmico, professor George Browne, que transmitiu o caráter eminentemente técnico e prático do pioneiro (esta-belecido ainda na década de 1950, quando apareceram os primeiros gravadores de rolo) *Oral History Program*, da Universidade de Columbia. De qualquer forma, o curso, também ele uma atividade pioneira no Brasil, foi extremamente importante para consolidar determinadas técnicas de história oral no CPDOC (como o modelo de cessão de entrevistas), e para aproximar sua equipe de outros pesquisadores, estrangeiros e brasileiros, interessados em história oral, aumentando o intercâmbio científico.

### **O trabalho nos anos 1980: realizações e metodologias**

No final da década de 1970 e durante a década de 1980, o Programa de História Oral do CPDOC consolidou-se, firmando-se como o mais importante do país. Seu acervo oral enriqueceu-se muito, com a realização e a transcrição de numerosas entrevistas, a maioria com políticos brasileiros que atuaram a partir de 1930.

Uma parte dessas entrevistas realizadas pelos pesquisadores do Programa de História Oral, provavelmente a maioria, tinha como principal meta a reconstituição da história de vida do entrevistado, de forma a pôr em relevo não apenas sua participação em determinado evento histórico, mas todo o percurso de sua vida, aí incluídas as relações familiares, a formação educacional, a vivência profissional, a atuação política nos diversos níveis, as transformações do pensamento, as relações com partidários e adversários etc. Essas entrevistas minuciosas costumavam durar muitas horas, divididas em várias sessões, seu conteúdo tanto complementando informações do acervo escrito e dos livros publicados sobre os assuntos em foco, como oferecendo novos dados e perspectivas inovadoras – aquelas dos entrevistados – sobre fatos históricos conhecidos.<sup>16</sup>

Esse tipo de entrevista estava perfeitamente consoante com a preocupação principal da equipe, à época: a formação de um *acervo* de história oral sobre a vida pública brasileira pós-1930; ou seja, a constituição de uma série organizada de registros orais sobre o período, suficientemente ampla e profunda para poder, quando mais tarde consultada por pesquisadores – inclusive em futuro distante –, oferecer o maior número possível de informações e, sobretudo, uma *visão de conjunto* da existência do entrevistado e dos eventos da vida nacional dos quais este participou. Essa perspectiva, consolidada já no final da década de 1970, foi assim expressa por Aspásia Camargo:

“[...] em países como o Brasil, em áreas do conhecimento mais carentes, em que o registro histórico é precário ou nulo, [...] cabe à história oral exercer uma função globalizadora de coleta de informações verbalmente transmitidas pelos participantes e testemunhas dos acontecimentos a que se reporta. [...] Em países como o nosso, onde inexistia uma tradição historiográfica consolidada, a importância estratégica da história oral transcende, portanto, as funções mais clássicas de complementaridade [...] e se enquadra mais, a nosso ver, nessa perspectiva totalizante.”<sup>17</sup>

Note-se, portanto, que existia uma estreita relação entre a concepção de história oral “globalizadora”, adotada à época pelo Programa de História Oral, e a preocupação do Programa em constituir um acervo histórico, capaz de gerar informações as mais completas possíveis, de preferência ainda inexistentes nos livros de história ou nos acervos escritos, e dessa forma contribuir para o aperfeiçoamento do conhecimento da história política recente do país.

Parte do acervo oral formado durante a década de 1980, contudo, não tinha essa preocupação totalizante, ou pelo menos não a expressava de forma tão nítida. Era a parte composta por entrevistas realizadas por pesquisadores do CPDOC ligados a outros projetos, que não o do Programa de História Oral. Para desenvolver seu trabalho, esses profissionais às vezes necessitavam realizar entrevistas, muitas das quais eram mais tarde incorporadas ao acervo oral do CPDOC. Essas entrevistas, contudo, em geral não tinham a preocupação de esmiuçar toda a história de vida do

informante, e sim a de esclarecer alguns eventos ou algumas dúvidas do pesquisador. Não haviam sido, portanto, originalmente geradas com a perspectiva de compor um acervo, mas de complementar uma determinada pesquisa em que o entrevistador estava engajado. Muitas vezes, nessas pesquisas, as fontes orais foram utilizadas junto com fontes escritas ou iconográficas.<sup>18</sup>

Por falar em pesquisa, ressalte-se aqui a íntima e rica ligação entre o Programa de História Oral e as atividades de pesquisa. Essa relação se deu de diversas formas, como: no caso citado há pouco, das entrevistas realizadas por pesquisadores da instituição que não pertenciam ao Programa de História Oral (as entrevistas, aí, eram *conseqüências* de uma necessidade de pesquisa); no caso das entrevistas realizadas por pesquisadores do Programa de História Oral, que, por sua extensão e minúcia, demandavam uma grande pesquisa prévia por parte dos entrevistadores (as entrevistas, aí, eram *geradoras* de pesquisa); no caso dos pesquisadores externos ao CPDOC, que faziam uso do acervo de entrevistas como material para suas pesquisas pessoais (as entrevistas eram *fontes* de pesquisa); no caso, apontado no início deste texto, de entrevistas realizadas pela equipe do Programa de História Oral com o objetivo de completar as informações fornecidas pelas pesquisas realizadas nos arquivos escritos do CPDOC (as entrevistas eram *complementos* de pesquisas); e, finalmente, no caso, ainda não mencionado aqui, de pesquisadores da instituição, alguns do próprio Programa de História Oral, que retiraram dos arquivos orais e das entrevistas os temas e as informações necessárias para seus trabalhos individuais, suas teses de mestrado, de doutorado etc. (as entrevistas eram *inspiraões* para pesquisas). Percebe-se, assim, que o trabalho desenvolvido pelo Programa de História Oral diversificou-se ao longo da década de 1980, tanto em relação às perspectivas acerca da própria história oral – embora tenha predominado a vinculação ao acervo – e dos seus usos, quanto em relação aos vários tipos de vínculos entre acervo oral e pesquisa.

As atividades relacionadas ao campo da história oral no CPDOC geraram diversas publicações, iniciadas ainda na década de 1970 e intensificadas na de 1980. Até 1990, foram lançadas 27 publicações relacionadas à história oral, de autoria de membros do CPDOC, das quais 14 foram

livros ou capítulos de livros, 4 foram catálogos de entrevistas, e 9, artigos. Entre os livros e capítulos de livros, 7, a metade, foram entrevistas, editadas, comentadas e, em geral, precedidas de textos explicativos.<sup>19</sup> Como se verá, na década seguinte o número de publicações crescerá muito, e seu perfil se modificará. Em 1990, uma pesquisadora do Programa publicou um manual de história oral, resumindo a experiência do CPDOC no assunto; o objetivo era o de atender à crescente demanda de interessados em praticar história oral, oriundos de todo o país, que procuravam o CPDOC em busca de algum tipo de orientação.<sup>20</sup> Na década de 1980 o Programa de História Oral do CPDOC iniciou uma importante atividade de consultoria, que continua até hoje, oferecendo sua experiência aos grupos, acadêmicos ou não, interessados em desenvolver atividades de história oral, e dessa forma multiplicando a sua experiência pelo país.

Esse crescimento do interesse pela história oral nos anos 1980 acompanhou o retorno do Brasil à democracia. À medida que se consolidavam as instituições democráticas, um maior número de pessoas se interessava por conhecer melhor, de um lado, a história dos governos militares e, de outro, a história dos grupos reprimidos por esses mesmos governos, como os camponeses, os operários e os estudantes e professores. Além disso, as minorias (mulheres, negros, homossexuais etc.) começaram a organizar-se, interessando-se em deixar registrada, via história oral, a sua própria trajetória ou a sua visão da história. Fenômeno semelhante aconteceu com pequenas associações – de bairro, de imigrantes, de religiões minoritárias etc. –, as quais também buscavam a história oral como meio de expressão. Paralelamente, aumentava no país o número de programas de pós-graduação em história, vários deles com linhas e/ou centros de pesquisa que contemplavam a história oral.

Esse conjunto de atividades deu grande impulso ao interesse e à prática da história oral no Brasil, contribuindo para diminuir a resistência que a metodologia encontrara nos primeiros anos, quando era vista com bastante desconfiança, especialmente no meio acadêmico, por utilizar fontes, técnicas e tempos históricos pouco usuais na tradição historiográfica. A consistente produção dos historiadores oralistas internacionais, por outro lado, promovendo um debate sério e uma investigação profunda e inquieta acerca de aspectos epistemológicos e teóricos da metodologia



– indagando, por exemplo, suas relações com a memória e com a tradição –, ajudou a legitimar a história oral no país e no mundo.

### **O CPDOC e o *boom* da história oral dos anos 1990 a 2003**

Como resultado das transformações apontadas, às quais se somou também a mudança dos padrões historiográficos – que passaram a valorizar mais o sujeito, a subjetividade, as histórias de vida, a história local, as perspectivas singulares, a diversidade de olhares etc. –, a história oral conheceu êxito extraordinário, em vários países ocidentais, a partir da década de 1980 e, no Brasil, a partir da década de 1990. Aumentou muito o número de teses, dissertações e publicações na área; organizaram-se encontros acadêmicos sobre o assunto; surgiram associações, para congregar os interessados e promover o intercâmbio entre eles; formalizaram-se novos organismos dedicados à história oral; principalmente, formou-se um ótimo público para a história oral no país, interessado em comprar livros, em participar de encontros, em ouvir palestras, enfim, em aprender mais sobre o assunto.

O Programa de História Oral do CPDOC encontrava-se bem no centro desse conjunto de transformações, pois se dedicava à história oral desde 1975, desenvolvera vários projetos, tinha um grande acervo de entrevistas, produzira várias publicações, possuindo, enfim, grande experiência na área e uma equipe treinada. Em 1994, com o apoio de outras instituições cariocas, o CPDOC organizou o II Encontro de História Oral do país – o primeiro ocorrera na USP, em 1992, sob a coordenação do professor José Carlos Sebe Bom Meihy –, no qual se inscreveram 250 pessoas, 60 delas apresentando trabalhos; houve conferências de Aspásia Camargo e de dois especialistas internacionais em história oral, Mercedes Vilanova, da Universidade de Barcelona, e Michel Trebitsch, do CNRS.<sup>21</sup>

Durante o II Encontro, foi fundada a Associação Brasileira de História Oral, tendo sido Marieta de Moraes Ferreira, então diretora do Programa de História Oral do CPDOC, eleita sua primeira presidente, por um período de dois anos. Todas as diretorias que se seguiram da Associação Brasileira de História Oral tiveram, na presidência ou entre seus integrantes, pesquisadores do Programa de História Oral do CPDOC.<sup>22</sup>

A fundação da Associação deu impulso à organização de vários cen-

tros de história oral no país, aglomerados nos diversos núcleos regionais da Associação, e favoreceu o intercâmbio, não apenas entre os pesquisadores oralistas brasileiros, mas entre estes e os estrangeiros, que passaram a ser convidados para palestras e cursos no país, e assim passaram a conhecer a produção brasileira.

Como exemplo da pujança das atividades no campo da história oral, citam-se a realização dos seguintes encontros acadêmicos, num intervalo de apenas dois anos, com grande afluência de público e a presença de especialistas estrangeiros: I Encontro Regional de História Oral/Sudeste-Sul, USP, em 1995, do qual resultou um livro, organizado pelo coordenador do encontro; simpósio Ética e História Oral, na PUC-SP, em 1996, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História, com apoio da Fundação Cultural Banco do Brasil, do qual resultou um número especial da revista *Projeto História*; e III Encontro Nacional de História Oral, Unicamp, 1996, do qual também resultou um livro, organizado pela coordenadora do encontro.<sup>23</sup> Em 1994, foi também aprovado e apoiado, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, a Anpocs, um grupo de trabalho sobre história oral, que se reuniu por dois anos consecutivos. Note-se que os encontros da Associação Nacional continuaram (e continuam) a ser realizados regularmente, cada vez em uma cidade diferente, sempre com a apresentação de um número expressivo de trabalhos. Em todos esses encontros, o Programa de História Oral do CPDOC se fez representar.

Com tantos simpósios, publicações (a Associação Brasileira de História Oral criou inicialmente um boletim e, mais tarde, a revista *História Oral*) e intercâmbios, os pesquisadores brasileiros em história oral tornaram-se freqüentadores dos congressos internacionais, passando a ser mais conhecidos pelos seus pares do exterior. Não existia ainda formalizada nenhuma associação que congregasse os pesquisadores de história oral espalhados por vários países, existindo apenas organizações locais, regionais e nacionais, além de um grupo de pesquisadores que se reuniam entre si informalmente, mas com regularidade, para trocar idéias sobre seus trabalhos e projetos, intitulando seus encontros de *International Oral History Conference*, Conferência Internacional de História Oral.<sup>24</sup> Entretanto, a idéia da criação de uma associação internacional amadurecia.

Durante a IX *International Oral History Conference*, realizada em 1996, em Gotemburgo, Suécia, foi fundada a Associação Internacional de História Oral, cuja primeira presidente eleita, a espanhola Mercedes Vilanova, teve a candidatura proposta pelo grupo de pesquisadores brasileiros presente ao encontro. A eleição de Vilanova representou uma formidável virada de expectativas, pois havia já uma chapa montada para dirigir a nova Associação, presidida pelo inglês Paul Thompson e apoiada pelo norte-americano Richard Grele. A eleição de Vilanova, proposta e apoiada pelos brasileiros, significou a abertura da nova Associação para pesquisadores de língua não inglesa e de países do Terceiro Mundo. Tanto isso efetivamente aconteceu que Marieta de Moraes Ferreira, do CPDOC (que fizera a palestra de abertura do encontro de Gotemburgo), escolhida vice-presidente da nova Associação, foi encarregada de organizar o encontro seguinte, na cidade do Rio de Janeiro.<sup>25</sup>

O encontro no Rio, em 1998, o décimo da *International Oral History Conference*, porém o primeiro da Associação Internacional de História Oral, foi preparado pela equipe do Programa de História Oral do CPDOC, com o apoio de diversas entidades cariocas e da diretoria da AIHO. Contou com a presença de mais de 300 congressistas, provenientes de 25 países, que apresentaram trabalhos sobre os mais diversos temas relacionados à história oral, constituindo-se, portanto, em um evento com pleno êxito. A diretoria da AIHO foi reconduzida por um período de mais dois anos, e ficou acertado que o local do novo encontro seria Istambul, novamente fora dos grandes centros europeus e norte-americanos.<sup>26</sup> Este encontro, realizado em 2000, também contou com um número muito expressivo de participantes, e nele Marieta de Moraes Ferreira foi eleita presidente da Associação Internacional de História Oral para o biênio 2000-2002, até o próximo encontro, que se realizou na África do Sul. Como se comprovou pelos fatos aqui apresentados, o Programa de História Oral do CPDOC desempenhou papel extremamente importante, central mesmo, no novo momento vivido pela história oral durante a década de 1990, caracterizado pela criação e aglutinação dos pesquisadores em associações.

Tantas novas pesquisas e reflexões fizeram a história oral mudar também suas preocupações, incluindo em seu raio de interesse novos temas e objetos, e passando a desenvolver uma profunda reflexão teórica, que

pôs em cheque os estatutos da metodologia e inquiriu sobre suas relações com as outras metodologias históricas e com questões fundamentais para a história, como a memória, a identidade etc. O Programa de História Oral do CPDOC participou desse movimento a partir do final da década de 1980, quando promoveu uma série de conferências e debates e organizou publicações sobre as questões citadas;<sup>27</sup> além disso, os pesquisadores do Programa publicaram diversos livros e artigos sobre questões de cunho teórico e metodológico, como se comprovará adiante.

Uma outra mudança ocorrida no Programa de História Oral, iniciada ainda no final da década de 1980 e efetivada ao longo da década de 1990, disse respeito às entrevistas. Embora as longas e minuciosas entrevistas, cujos eixos são as histórias de vida dos entrevistados, continuem a ser realizadas, a partir da década de 1990 uma boa parte das entrevistas do Programa se tornou mais curta e objetiva, focada em assuntos predefinidos, em geral relacionados aos temas de projetos de pesquisa.

Essa mudança parece ter sido provocada não por uma opção teórico-metodológica do Programa, mas por alterações na política federal de financiamentos. A partir de 1987, o CPDOC, como outras instituições do país dedicadas à pesquisa, deixou de receber recursos do seu principal financiador, a Finep e, desde então, teve dificuldades para obter recursos governamentais diretos. Em decorrência, a instituição – então dirigida por Alzira Abreu –, e com ela o Programa de História Oral, voltou-se para a organização de projetos de pesquisa específicos, cujos interessados e financiadores foram grupos empresariais, empresas estatais, fundações, personalidades etc., desejosos de ter a sua história, ou parte dela, pesquisada, reconstituída, organizada e narrada. “Esta modalidade de trabalho se caracteriza pela relação que se estabelece entre os participantes do projeto, que é objeto de um contrato: de um lado está o contratante, ou seja, o cliente, que irá pagar por um produto — livro de depoimentos ou vídeo — destinado a divulgar o papel de sua empresa no mercado, e de outro está o pesquisador contratado, que irá realizar o trabalho e receber pelos serviços prestados”, explicou Marieta de Moraes Ferreira.<sup>28</sup> Conforme esclareceu Verena Alberti, atual diretora do Setor de História Oral do CPDOC: “Até o momento, nossos ‘clientes’ têm sido sobretudo empresas ou instituições estatais: Eletrobrás, Petrobrás, Banco Central do Brasil, BNDES, Ministério

das Relações Exteriores, Centro Cultural Banco do Brasil, IBGE, Senado Federal, entre outras. Mas também trabalhamos com empresas ou instituições privadas, como é o caso da Golden Cross e da Klabin.”<sup>29</sup>

Nesses contratos, o CPDOC garante a independência e o controle sobre o material produzido sob sua responsabilidade, para não ser obrigado, por exemplo, a “contornar fatos” que não agradem ao financiador. Contudo, como bem lembra Verena Alberti, “mais delicado do que contornar fatos talvez seja a necessidade de contornar *expectativas*”, para concluir que nova experiência tem sido válida e trazido inclusive benefícios para o trabalho histórico.<sup>30</sup> Ainda falta fazer uma avaliação aprofundada sobre todas as consequências dessa mudança para a história oral praticada pela instituição.

Paralelamente, os integrantes do CPDOC continuaram a realizar ou-tros tipos de pesquisas, às vezes dando prosseguimento a investigações iniciadas na década anterior. É o caso, por exemplo, das pesquisas sistemáticas sobre temas difíceis de serem bem explorados nos anos 1980, como os das elites militares, do movimento estudantil e do comunismo, para as quais se fez extenso uso da história oral.<sup>31</sup> Para essas pesquisas, as entrevistas são às vezes extensas, do tipo história de vida, e às vezes curtas e pontuais, para esclarecer aspectos precisos da investigação.

No final dos anos 1990, o CPDOC voltou a receber uma verba vultosa do governo federal, ao ser reconhecido como núcleo de excelência pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia, criado em 1996, depois de concorrida disputa com diversas outras instituições da área de ciências humanas. Essa verba foi destinada à implementação do projeto “Brasil em transição: um balanço do final do século XX”, coordenado pela pesquisadora doutora Alzira Alves de Abreu e desdobrado em vários subprojetos que envolveram todo o Centro e muitas vezes utilizaram a história oral: por exemplo, “História política carioca e fluminense”, “Democracia e Forças Armadas”, “Cultura e política no Brasil no final do século: a mídia”.

Outros financiamentos, públicos e privados, bem menos vultosos, têm sido buscados para completar as necessidades da instituição e do seu Programa de História Oral: “Ao mesmo tempo, como em nenhum país no mundo a pesquisa científica – mesmo a de ciências exatas – sobre-

vive sem a subvenção estatal, continuamos a recorrer assiduamente a agências de financiamento como a Finep, a Fundação Ford, o CNPq, a Capes, a Faperj e a Fundação Vitae, para o apoio a projetos de pesquisa, bolsistas, equipamentos, passagens e diárias e a publicação da revista *Estudos Históricos*”, esclarece a atual coordenadora do Setor de História Oral do CPDOC.<sup>32</sup>

Finalmente, constata-se um aumento significativo das publicações envolvendo história oral, de autoria de integrantes do CPDOC, entre os anos de 1991 a 2002. Nesse período, houve um total de 118 publicações que utilizaram entrevistas (contra um total de 27, no período 1976-1990), das quais a expressiva maioria constituiu-se de livros e de capítulos de livros (51 livros, 20 capítulos de livros). Note-se também um número crescente de publicações relacionadas à teoria e metodologia – 26 publicações, contra 9, no período anterior.

### **Concluindo**

Aos quase 30 anos de existência, o Programa de História Oral do CPDOC tem uma trajetória consolidada, nas áreas de acervo, pesquisa, publicações e consultorias, além de presença intensa nas associações de historiadores oralistas, no Brasil e no exterior.

O êxito dessa trajetória pode ser explicado por um conjunto de fatores relacionados entre si, entre os quais a capacidade de somar capital intelectual com capital político, para a criação de uma extraordinária rede de sociabilidades, que abarca universidades, empresas, setores governamentais, imprensa, partidos políticos, associações científicas etc., e que se tem revelado crucial para o alcance de objetivos tão ambiciosos e diversos quanto os estabelecidos ao longo do tempo pelo Programa de História Oral.

Outro fator importante tem sido a capacidade do Programa, e do CPDOC como um todo, de adaptar-se a novas situações, enfrentando com agilidade os desafios surgidos ao longo do caminho, como aconteceu na época em que minguaram os recursos governamentais diretos até então responsáveis pela manutenção do Programa, e este se refez cortando gastos e buscando novos patrocinadores para seus projetos; essa postura contrasta bastante com a da maioria das instituições de pesquisa

públicas, em geral mais lentas na tomada de decisões, até por força da sua condição pública, o que, no Brasil, implica sempre a presença de gigantesca burocracia. Da mesma forma, o Programa soube acompanhar transformações teóricas, metodológicas e técnicas ocorridas no campo da história oral, adaptando-se a elas, conforme visto.

Chama também a atenção a capacidade, precoce e duradoura, do Programa (e também do CPDOC) de procurar internacionalizar-se: criado por uma das primeiras pesquisadoras brasileiras da área de ciências humanas a obter um doutorado no exterior, o Programa de História Oral, conforme aqui demonstrado, buscou sempre o diálogo com pesquisadores, instituições e associações estrangeiras, recebendo, em troca, reconhecimento, incentivo e espaço por parte destes, mesmo quando isso era ainda incomum no Brasil. A essa atitude soma-se uma grande atenção à divulgação das próprias pesquisas e realizações, tanto nos meios acadêmicos tradicionais – por exemplo, a publicação de artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais de importância reconhecida, ou a participação dos pesquisadores em encontros acadêmicos, no Brasil e no exterior –, como em meios recentes, de grande alcance de circulação, como a internet, onde quase metade do acervo de entrevistas está à disposição dos interessados. O Programa também se preocupou com publicações destinadas a um público mais amplo, como o seu manual de história oral, algumas entrevistas de políticos e militares, de grande apelo popular, e a confecção de textos mais simples de história contemporânea brasileira, destinados a estudantes e ao público não especializado, veiculados no *síte* do CPDOC.

Finalmente, nenhuma organização privada de pesquisa sobrevive no Brasil tão bem, durante tanto tempo, sem aliar competência intelectual a visão de médio e longo prazo. O Programa de História Oral vem aliando à sua competência intelectual – demonstrada nas suas muitas realizações e publicações – a capacidade de inovar, de arriscar-se, sempre com um olho no futuro. O Programa surgiu em meados da década de 1970 numa aparente contramão de tudo o que, na época, se fazia e se pensava na área de história, no Brasil: abrigado numa fundação, dedicava-se à história oral, entrevistando personalidades da história política brasileira recente e criando um acervo com base nessas entrevistas; isso, numa

época em que, no Brasil, valorizavam-se as instituições públicas, poucos se dedicavam à história recente e praticamente ninguém, à história oral, e os jovens intelectuais desvalorizavam a história política, identificada com a produção histórica tradicional. Uma década e meia de muito trabalho depois, quando os parâmetros e a prática historiográficos mudaram no Brasil, o Programa de História Oral não só estava afinado com as novas tendências, como acumulava uma grande experiência a respeito.

Neste início de um novo século, quando o CPDOC se prepara para outra experiência inovadora – o funcionamento do primeiro mestrado profissionalizante em história no país –, pergunta-se quais serão as decorrências disso para o seu Programa de História Oral, e que caminhos serão trilhados no futuro. Mas isso, visto da perspectiva de agora, pertence à ordem do imponderável, e o imponderável, como nos lembra Luigi Pirandello, faz parte já do reino da poesia.

Janaína Amado é historiadora e professora titular aposentada da Universidade de Brasília (UnB).

## Notas

1) A respeito da criação e das primeiras atividades do CPDOC, é interessante consultar, entre outros: Alzira Abreu, CPDOC 20 Anos, *Estudos Históricos*, Rio, FGV/CPDOC, n. 13, 1994, p. 1-6.; Verena Alberti, O acervo de história oral do CPDOC: trajetória da sua constituição (Rio de Janeiro, CPDOC, 1998); as entrevistas de Celina Vargas do Amaral Peixoto, Aspásia Camargo, Alzira Abreu e Lúcia Lippi Oliveira in Maria Celina D'Araujo (org.), *Fundação Getúlio Vargas – Concretização de um ideal* (Rio, FGV, 1999); e Como a história oral chegou ao Brasil, entrevista de Aspásia Camargo a Maria Celina D'Araujo, *História Oral*, revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 2, junho de 1999, p. 167-179.

2) Entrevista de Celina Vargas do Amaral Peixoto in Maria Celina D'Araujo (org.), *Fundação Getúlio Vargas...*, p. 229-230. Nessa entrevista, Celina refere-se também aos interlocutores que consultou (entre os quais Fernando Henrique Cardoso, que à época dirigia o Cebrap), e às alternativas de que cogitou para a estruturação e a alocação do CPDOC. A carta referida de Alzira Vargas, de 14 de julho, integra o



acervo do CPDOC: Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

3) Cf. Regina da Luz Moreira, *Brasileiristas, historiografia e centros de documentação*, *Estudos Históricos*, Rio, FGV/CPDOC, n. 5, 1990.

4) Entrevista com Aspásia Camargo, in Maria Celina D'Araujo (org.), *Fundação Getúlio Vargas...*, p. 244.

5) Como a história oral chegou..., p. 170-171. Eis a relação das diretoras do Programa de História Oral do CPDOC: Aspásia Camargo (de 1975 a 1982 e em 1988); Valentina da Rocha Lima (de 1983 a 1987); Angela de Castro Gomes (de 1989 a fevereiro de 1992); Marieta de Moraes Ferreira (de março de 1992 a fevereiro de 1996); Verena Alberti (de março de 1996 a fevereiro de 1998 e a partir de maio de 1999); Marly Silva da Motta (de março de 1998 a abril de 1999).

6) CPDOC, Ford Foundation, *Summary Proposal for a Delegated-Authority Project in the Social Sciences*, julho de 1975, p. 1. Tradução minha.

7) Ford Foundation, *Summary Proposal...*, p. 1-2. Tradução minha.

8) Idem, *ibidem*.

9) As outras instituições foram a Biblioteca Nacional (através da qual o dinheiro era repassado), o Arquivo Nacional e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. A mudança de nome do grupo, de Comissão Brasileira de Documentação em Ciências Sociais, para Grupo de Documentação em Ciências Sociais – considerado um nome “menos pretensioso” – foi uma “sugestão de Celina Moreira Franco” (sobrenome de casada de Celina Vargas do Amaral Peixoto). O consultor do GDCS era o brasilianista Michael L. Conniff, que, na mesma ocasião, informou que faria uma viagem aos Estados Unidos, com vistas a estabelecer uma série de contatos de interesse para o grupo. Cf. CPDOC, *Documentação em Ciências Sociais*, Ata da 1ª Reunião, 13 de dezembro de 1974. Além desta ata, o acervo do CPDOC possui outras, referentes às reuniões do Grupo de Documentação em Ciências Sociais.

10) CPDOC, Grupo de Documentação em Ciências Sociais, Ata da 3ª Reunião, 26 maio de 1975.

11) Outras instituições que receberam esses primeiros financiamentos da Finep para a área de ciências humanas foram o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Departamento de História da UFMG, a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Fundação João Pinheiro, o IUPERJ e o Museu Nacional. Cf. Regina da Luz Moreira, *op. cit.*

12) CPDOC, Capes, Ofício da chefe de Assessoria de Programas, 16 de junho de 1975, e Termo de convênio nº PR - 18/75, 10 de julho de 1975.

13) Os alunos do curso estiveram assim distribuídos, por instituição: Universidade Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Peru, 1 pesquisador; Pontifícia Universidade Católica Del Perú, Lima, 1 pesquisador; UFF, PUC-RJ e CPDOC, 4 pesquisadores por instituição; UFPA, 3 pesquisadores; UnB, FCM (Faculdade Cândido Mendes) e CUP (Centro Unificado Profissional), 2 pesquisadores por instituição; UFCE, UFPE, UFMG, USP, PUC-SP, UFPR, UFSC, UFRJ, UERJ, Itamarati, Colégio Pedro II, SUESC/Faculdade Brasileira de Ciência Jurídica, FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) e CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), 1 pesquisador por instituição; sem vínculo institucional, 1 pesquisador. Cf. CPDOC, Registro dos candidatos ao curso de História Oral e Curso de História Oral.

14) CPDOC, Ofício de George P. Browne à diretora do CPDOC, 3 de julho de 1975.

15) CPDOC, Programa do Seminário Interuniversitário de História Oral, documento dirigido à Capes pela diretora do CPDOC, s.d. O material sobre o seminário, arquivado no CPDOC, confirma as tendências descritas.

16) A respeito do assunto, consultar: Verena Alberti, A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC, in International Oral History Conference, *Oral history challenges for the 21st. century: proceedings [of the] International Oral History Conference* (Rio de Janeiro, CPDOC/ FGV/FIOCRUZ, 1998), v. 1. p. 509-515; e entrevista de Aspásia Camargo a Maria Celina D'Araujo, Como a história oral chegou....

17) Aspásia Camargo, Balanço metodológico: história oral e história de vida, documento interno de trabalho do CPDOC, 1979, apud Verena Alberti, A vocação totalizante da história oral...

18) São exemplos publicados desse tipo de realização e de uso de entrevistas, no período: Dulce Chaves Pandolfi, *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política* (Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984); Lucia Hippolito, *De raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985); Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo* (Rio de Janeiro, Iuperj; São Paulo, Vértice, 1988). A lista completa de publicações do CPDOC que envolvem a história oral pode ser obtida na instituição e, parcialmente, no site do CPDOC.

19) Citam-se, como exemplos desse tipo de publicação no período, os seguintes livros: *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias* (org. Aspásia Camargo e Walder de Góes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981); Juracy Magalhães, *Minhas*

*memórias provisórias; depoimento prestado ao CPDOC* (org. Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo e Paulo Cesar Farah. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982); *Getúlio: uma história oral* (coord. Valentina da Rocha Lima. Rio de Janeiro, Record, 1986).

20) Cf. Verena Alberti, *História oral: a experiência do CPDOC* (Rio de Janeiro, Editora FGV, 1990).

21) Desse encontro resultou um livro, com os textos das principais conferências, a relação dos grupos e o resumo dos trabalhos, e uma introdução da organizadora, com informações sobre o simpósio e o estado da história oral no Brasil: Marieta de Moraes Ferreira (org.), *História oral* (Rio de Janeiro, Diadorim/Finep, 1994).

22) Foram as seguintes as participações de integrantes do Programa de História Oral do CPDOC nas diretorias da Associação Brasileira de História Oral: Marieta de Moraes Ferreira – presidente (1994-1996), membro do Comitê Editorial e do Conselho Científico (1996-1998), membro do Conselho Científico (1998-2000) e membro do Conselho Editorial (2000-2004); Angela de Castro Gomes – membro do Comitê Editorial (1996-1998), vice-presidente e editora (1998-2000), membro do Comitê Editorial (2000-2002) e membro do Conselho Científico (2002-2004); Verena Alberti – tesoureira (1996-1998), membro do Comitê Editorial (1998-2000), membro do Conselho Científico (2000-2002) e presidente (2002-2004).

23) As publicações resultantes dos encontros citados foram, respectivamente: José Carlos Sebe Bom Meihy (org.), *(Re)introduzindo a história oral no Brasil* (São Paulo, USP, 1996); *Projeto História*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 15 (Ética e História Oral), 1997; e Olga Rodrigues de Moraes von Simson (org.), *Os desafios contemporâneos da história oral* (Campinas, Centro de Memória-Unicamp, 1997).

24) Segundo Mercedes Vilanova, o grupo de oralistas que então se reunia era composto basicamente por Paul Thompson, Luisa Passerini, Alessandro Portelli, Lutz Niethammer, François Bedarida, Philippe Joutard, a própria Mercedes Vilanova e alguns pesquisadores suecos. Cf. Entrevista com Mercedes Vilanova, in *História Oral*, Associação Brasileira de História Oral, n. 4, junho de 2001, p. 155.

25) Cf. Entrevista com Mercedes..., p. 156-157, e Entrevista com Marieta M. Ferreira, *História Oral*, Associação Brasileira de História Oral, n. 4, jun. 2001, p. 170-171.

26) O material do encontro está reunido em duas publicações. Os anais, com os resumos dos trabalhos apresentados, foram publicados em *Oral History: challenges for the 21st century*. Xth International Oral History Conference Proceedings (Rio

de Janeiro, CPDOC-FGV e FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1998, 3 volumes). As palestras e mesas-redondas estão em Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti (orgs.), *História oral: desafios para o século XXI* (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV e FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 2000). O encontro seguinte ao de Istambul foi realizado em 2002, na África do Sul.

27) Citam-se, como exemplos, o terceiro número (1989) da revista do CPDOC, *Estudo Históricos*, totalmente dedicado ao tema da memória; e a publicação do seguinte volume, contendo apenas textos teóricos e metodológicos, concernentes à história oral: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, *Usos e abusos da história oral* (Rio de Janeiro, FGV, 1996).

28) Cf. Marieta de Moraes Ferreira, Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil, *História Oral*, São Paulo, n. 1, p. 19-30, jun. 1998.

29) Verena Alberti, Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias (Rio, CPDOC, 1996). Exemplos de publicações que se caracterizam por conter o tipo de pesquisa e de entrevistas referido no texto: *Memória da Petrobras: acervo de depoimentos* (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/Petrobras, 1988); *Programa de história oral da Memória da Eletricidade: catálogo de depoimentos* (Prefácio de Ignez Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1990); Lucas Lopes, *Memórias do desenvolvimento* (coord. Maria Antonieta Leopoldi. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991); *Octavio Gouvêa de Bulhões, depoimento* (coord. Ignez Cordeiro de Farias. Brasília, Memória do Banco Central; Rio de Janeiro, Programa de História Oral do CPDOC/FGV, 1990); José Luciano de Mattos Dias, *O BNDE e o Plano de Metas - 1956-61* (Rio de Janeiro, BNDES/CPDOC, 1996); *CSN – um sonho feito de aço e ousadia* (coord. e texto Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro, Iarte, 2000); *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV* (org. Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira. Brasília, Capes, 2002).

30) Verena Alberti, Vender história? ..., p. 4, 5 e 6.

31) Exemplos de publicações relativas ao período militar que contêm entrevistas, ou para as quais as entrevistas contribuíram: Alzira Abreu, Os anos de chumbo: memória da guerrilha, in Marieta de Moraes Ferreira (org.), *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral* (Rio de Janeiro, FGV, 1994), p. 14-32; Dulce Pandolfi, *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995); *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura* (introd. e org. Maria Celina D'Araujo; Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995); *Ernesto Geisel* (org. Maria Celina D'Araujo e Celso Castro.

Rio de Janeiro, FGV, 1997); *Militares e políticos na Nova República* (org. Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro, FGV, 2001). Algumas dessas e de outras publicações sobre o período militar tornaram-se grande sucesso de público, evidenciando a curiosidade dos brasileiros em conhecer melhor essa fase recente da nossa história

32) Verena Alberti, *Vender história?...*, p. 4.



## O DHBB e os brasilianistas

Como veterano brasilianista, que participou das primeiras iniciativas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – inicialmente quando trabalhava na Fundação Ford e, mais tarde, na condição de pesquisador –, é um grande prazer escrever sobre o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (DHBB).<sup>1</sup> Ao longo dos anos, recorri com extrema frequência ao DHBB, assim como o fizeram todos os meus alunos de doutorado e de mestrado. A segunda edição da obra, lançada pela Editora FGV em 2001, nos traz informações atualizadas (muitas delas até o ano 2000), renovando e multiplicando sua utilidade para a comunidade de pesquisadores e professores. Muitos especialistas em Brasil, espalhados pelos Estados Unidos, concordam com a minha avaliação, como poderá ser constatado mais à frente.

### Uma visão geral

Para colocar este conjunto de referências em perspectiva, devemos salientar, desde já, que o CPDOC é um centro de pesquisa de nível mundial, que oferece àqueles que a ele recorrem uma ampla variedade de serviços profissionais. Na verdade, nenhum outro centro de pesquisa de história e ciências sociais na América Latina pode se comparar ao CPDOC quanto à qualidade e à profundidade dos trabalhos desenvolvidos. Sob diversos aspectos, o Centro contribuiu para o desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil contemporâneo no último quartel do século XX.

Literalmente, centenas de teses de doutorado e dissertações de mestrado foram redigidas apoiando-se amplamente em suas publicações.

Durante muitos anos, meus colegas e eu dependemos do DHBB para preparar nossas palestras e aulas sobre o Brasil do século XX. Seus verbetes são bem escritos e claros. Como são bastante isentos, contendo poucos prejulgamentos de natureza ideológica ou pessoal, seus conteúdos são extremamente confiáveis. Os editores realizaram, na medida do possível, um excelente trabalho de padronização dos diferentes tipos de informação incluídos na obra.

Os verbetes mais longos vão além de simples relatos das carreiras dos biografados. Descrevem as vidas e as realizações das mais preeminentes figuras do Brasil, analisando seus relacionamentos com outras personalidades, seus estilos de liderança, seus pontos fortes e fracos e seus legados. Para tanto, os autores dos verbetes recorrem, muitas vezes, à literatura acadêmica disponível sobre seus personagens. Outro aspecto a ser salientado é que o DHBB não hesita em lançar mão das contribuições de especialistas neste ou naquele campo específico. Muitos dos verbetes temáticos que tratam de questões mais amplas da história brasileira, como coronelismo e tenentismo, são assinados por conhecidos profissionais em suas respectivas áreas de estudo.

O DHBB não é apenas um fim em si mesmo, uma obra de referência a ser consultada para informações factuais, mas sim, e principalmente, uma fonte para novas pesquisas e análises sobre a história e a política no Brasil contemporâneo. Como muitos leitores já observaram, o DHBB possibilitou aos pesquisadores localizar importantes mudanças nas classes sociais, nas origens regionais, nas raízes urbanas e nos recursos econômicos da elite nacional. Hoje em dia, os líderes provêm de um leque muito mais amplo no que concerne às origens sociais, abrangendo mesmo pessoas oriundas de estratos situados na base da pirâmide, e incluindo setores pouco representados nas gerações anteriores da elite política. Um número significativo de mulheres, negros, líderes sindicais e outros ocupa, atualmente, cargos no Executivo e no Legislativo. Essa constatação é uma das mais importantes que podemos fazer hoje a respeito do Brasil contemporâneo.

A segunda edição do DHBB apresenta mudanças importantes com relação à primeira edição, sob diversos aspectos. Entre eles, podemos des-



tacar o aumento no número de verbetes em cerca de 50%, a redução do espaço conferido aos militares, reflexo da era democrática na qual a obra foi atualizada, e em contrapartida a inclusão de uma quantidade muito maior de personalidades ligadas à mídia, um reconhecimento tácito da sua importância na política contemporânea. Outra novidade foi a versão em CD-Rom, disponível desde o final de 2002, alternativa certamente muito bem recebida.

### **Uma amostragem do DHBB: traçando o perfil geral dos políticos**

Importante instrumento de análise das mudanças registradas no tempo, o DHBB permite efetuar uma análise prosopográfica com um elevado número de políticos. No final da década de 1980, por exemplo, supervisionei um projeto de pesquisa que investigou as carreiras de diversos políticos brasileiros e desenhou o perfil típico do político que atuava em nível nacional.<sup>2</sup> A análise dos dados foi feita por Sonny Davis, que posteriormente concluiria sua dissertação trabalhando sob minha orientação e de Frank McCann.<sup>3</sup> Baseado numa amostragem de 7% dos verbetes do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*<sup>4</sup> – que contém dados sobre aproximadamente 4.500 pessoas consideradas membros da elite política do período –, montei um perfil geral dessa elite, limitando-me, contudo, àqueles indivíduos que ocuparam cargos no Executivo.<sup>5</sup>

As constatações mais imediatas sobre a elite política brasileira dizem respeito ao sexo e à idade avançada: a maioria eram homens de meia idade ou mais velhos. Na média, eles ingressaram na vida política quando tinham quarenta e poucos anos, o que nos leva à conclusão de que a política foi virtualmente uma segunda carreira. Uma vez nela, permaneceram por quatro anos num determinado cargo, só então se deslocando para um outro. Quase a metade ocupou quatro cargos, e três ocuparam 12! A maioria começou suas trajetórias em cargos federais (55%), e não em cargos estaduais ou locais. Além disso, quanto mais tempo permaneciam na política, maior era a propensão de estarem presentes na folha de pagamentos da União: 88% daqueles que chegaram a exercer dez cargos estavam no governo federal. Assim, essa elite era, sobretudo, de meia-idade e mais velha, e estava concentrada no *establishment* federal.

Contudo, com o passar do tempo, os aspirantes à elite política passaram a ingressar mais jovens na carreira. Para avaliar esse dado, dividimos a amostragem em três gerações: a daqueles nascidos antes de 1900 ( $n=93$ ), a daqueles nascidos entre 1900 e 1919 ( $n=136$ ), e a daqueles nascidos em 1920 e depois ( $n=21$ ). A média de idade dos representantes da primeira geração quando ocuparam seu primeiro posto foi de 55 anos, a da segunda geração de 37 anos, e a da terceira de 32.

Uma ligeira maioria da elite política proveio dos estados do Sudeste – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O Nordeste contribuiu com 25% e o Sul com 19%. Essa realidade mudou significativamente com o passar do tempo, e assim, na terceira geração, o Sudeste comparava com apenas 30% e o Nordeste com 35%. Esse novo perfil pode ser explicado pelo surgimento de melhores carreiras alternativas no Sudeste e pelo fato de os governos militares do pós-1964 terem dado tratamento preferencial aos estados nordestinos, predominantemente rurais.

Em contrapartida, diversas características não variaram muito entre as gerações. Virtualmente todos (93%) nasceram em áreas urbanas (conforme definição do censo de 1950), e a maioria (56%) estabeleceu-se profissionalmente em estados diferentes daqueles onde nasceu. Essa mobilidade geográfica corre em paralelo à experiência da população como um todo, que parece se deslocar espacialmente a cada geração.<sup>6</sup> Além disso, os membros da elite detinham algum nível de escolaridade que ia além do secundário. Praticamente todos (94%) eram oriundos de famílias convencionais, dado importante a ser levado em conta, uma vez que o parentesco desempenha papel crucial na política. Finalmente, a maioria tinha pais brasileiros e exibia sobrenomes portugueses. Todavia, a entrada de filhos de imigrantes na elite política pôde ser observada a partir da ocorrência de pais estrangeiros (5%) e de sobrenomes não portugueses (18%).

Em relação à educação, os diplomas universitários obtidos em maior número pelos membros da elite foram em direito (44%), 1/4 dos quais em faculdades localizadas fora do estado natal. Surpreendentemente, o segundo diploma de nível superior mais recorrente foi aquele alcançado em estabelecimentos de ensino militares (32%). Os diplomas em engenharia e medicina situaram-se em terceiro e quarto lugares (12% e 5%, respectivamente). O ano médio e modal de graduação foi 1930, o que parece ser

uma notável coincidência com a revolução ocorrida naquele ano.

O treinamento para a elite política mudou com o passar do tempo. A transformação mais sentida foi o declínio na formação militar da primeira para a terceira geração, de 37% para 10%. Isso reflete parcialmente o fato de que os políticos da primeira geração com formação militar tiveram mais oportunidades de sobreviver na década de 1930 e estavam sobre-representados. Essa constatação é particularmente verdadeira para os tenentes dos anos 1920, aqueles jovens oficiais radicais do Exército que ajudaram Getúlio Vargas a chegar ao poder em 1930. Eles representaram 6% de toda a amostragem e 11% da primeira geração. A segunda geração também contou com uma elevada participação de indivíduos com formação militar (34%). Isso se deve em parte à ascensão experimentada pelos oficiais que apoiaram Vargas em 1937 ou que lutaram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, conhecidos como “febianos”.<sup>7</sup> Esses oficiais, que desempenharam um importante papel nos governos militares pós-1964, se mostraram igualmente mais propensos do que os seus antecessores a fazer cursos avançados na carreira militar. Assim, a menor incidência de políticos com formação militar na terceira geração sugere que o treinamento civil estava substituindo o militar enquanto caminho mais adequado para atingir os cargos políticos mais importantes.

Um último traço a ser acrescentado à elite política parece ter sido algum tipo de experiência de vida fora do Brasil. Com efeito, a maioria dos seus membros estabeleceu contatos no exterior, chegando mesmo a residir durante algum tempo em outros países, para estudar ou para trabalhar.

Muitos membros da elite política ingressaram nas profissões para as quais foram treinados, especialmente aqueles com diplomas em direito, em medicina, na área militar e em engenharia. Além disso, um número expressivo exercia atividades em outras frentes de trabalho; de acordo com os nossos dados, os políticos exerciam, em média, 2,4 profissões. As áreas de atuação adicionais mais comuns eram, em ordem decrescente de ocorrência, o ensino, o jornalismo, os bancos e a indústria.

A tendência mais marcante no que concerne às profissões da elite política era o declínio das profissões tradicionais, tais como as de advogado e de militar, e a ascensão de novas, especialmente as ligadas ao ensino, à engenharia, às atividades empresariais etc. Os anos 1950 presenciaram

um sensível aumento no número de engenheiros e industriais, muitos dos quais viriam a ocupar postos importantes no regime militar-tecnocrático instalado no país em 1964. Talvez a constatação mais significativa seja a de que mais da metade da terceira geração exercia profissões diferentes daquelas mencionadas acima.<sup>8</sup>

O pertencimento a associações e a sociedades profissionais parece ser essencial para a elite política. Todos os seus membros faziam parte de um grupo profissional e, além disso, 95% pertenciam a clubes sociais e 86% a associações comerciais (especialmente importantes após 1950). Muitos também atuavam como dirigentes dessas entidades. Um percentual surpreendentemente pequeno (17%) pertencia a associações de magistrados, o que sugere que muitos advogados provavelmente não exerciam mais a profissão. Apenas 11% eram membros de uma academia de letras, tradicional bastião da elite cultural.

Finalmente, pudemos reunir alguns dados sobre a elite política examinando como seus membros se comportaram em momentos críticos da vida política nacional. Cerca de 87% apoiaram a Revolução de 1930, o que era de se esperar, uma vez que nossos dados foram retirados daqueles que estavam em atividade após aquela data. Dois anos depois, com o aprofundamento da depressão econômica e o país envolvido em tumultos, os líderes paulistas declararam guerra contra Vargas e seu governo no Rio. Desta feita, apenas 26% da amostragem apoiaram a revolta, sobretudo aqueles da primeira geração. Eles conseguiram permanecer na vida política porque Vargas adotou uma postura conciliatória após a derrota do movimento.

De 1937 a 1950, Vargas polarizou a elite política. Em termos gerais, a geração mais velha (aquela à qual Vargas pertencia) agora o apoiava mais que os políticos mais jovens. A elite se dividiu meio a meio no que tange ao golpe do Estado Novo em 1937: enquanto os políticos da primeira geração o apoiaram, a maioria dos da segunda geração se opôs a ele. Esses últimos podem ter sentido que suas oportunidades de mobilidade vertical estavam sendo podadas. Seu tempo chegou em 1945, quando apoiaram o golpe militar contra Vargas num percentual mais elevado do que aquele registrado entre os membros da primeira geração. Em 1950, todos os políticos da primeira geração em relação aos quais dispomos de

dados foram partidários da eleição de Vargas, ao passo que a segunda geração mostrou-se cindida. Em 1954, a diferença entre os políticos das duas gerações reduziu-se, e ambos os grupos dividiram-se em relação ao movimento que exigia a saída de Vargas da presidência.

O golpe de 1964 não provocou nenhuma cisão séria na elite: 82% deram o seu apoio, ainda que os políticos da segunda e da terceira geração se tenham mostrado mais favoráveis do que os da primeira. Conseqüentemente, estes foram alvo de uma incidência maior de retaliação (prisão, exílio, perda dos direitos políticos) por parte dos líderes do golpe do que os demais (18% contra 12%). Pode-se afirmar, por conseguinte, que, a exemplo do que ocorrera em 1930, 1964 marcou uma passagem de gerações. E, uma vez que a maior parte da elite se posicionou favoravelmente ao golpe, ela também veio a ocupar as fileiras do partido oficial, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), após 1966.

### **Comentários de pesquisadores norte-americanos**

Enviei pela internet um pequeno questionário a ser respondido por professores universitários dos Estados Unidos, com o intuito de saber que uso eles fizeram do DHBB e quais as suas opiniões a respeito da obra.

Frank McCann – professor da Universidade de New Hampshire e autor, entre outros, de *The Brazilian-American alliance, 1937-1945* [A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945] – informou que a pesquisa desenvolvida para o seu próximo livro, cujo tema é o Exército brasileiro entre os anos de 1889 a 1940, baseou-se extensamente nos dados biográficos constantes dos verbetes dos generais “políticos” apresentados no DHBB. Embora os nomes tenham sido identificados originalmente no *Almanaque Militar*, as informações suplementares provieram em sua imensa maioria do *Dicionário*.

Ken Serbin – professor da Universidade de San Diego e autor, entre outros trabalhos, de *Secret dialogues: church-state relations, torture, and social justice in authoritarian Brazil* (publicado em português com o título *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*) – declarou que o DHBB constitui uma fonte excelente, à qual recorre com frequência. Adquiriu o CD-Rom tão logo foi lançado, visto que a obra representa “uma ferramenta indispensável para o estudo da

elite brasileira, incluindo aí a liderança da Igreja Católica e a militar”. Mais adiante, afirmou que o DHBB constitui “um manual de grande utilidade, não apenas para historiadores como também para cientistas políticos. Eu o recomendei a Tony Pereira, que comprou o CD-Rom e o achou extremamente útil. Todo cientista político deveria ter um exemplar”.

Matt Childs, da Universidade Estadual da Florida, cujas pesquisas se concentram em escravidão, usa o DHBB a fim de se familiarizar com a história brasileira.

O DHBB foi de grande valia para Cliff Welch, professor da Universidade Estadual de Grand Valley, em Allendale, Michigan, enquanto desenvolvia seus estudos sobre o movimento sindical rural no Brasil, consubstanciados no livro *The seed was planted: the Sao Paulo roots of Brazil's rural labor movement, 1924-1964* [A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento dos trabalhadores rurais do Brasil, 1924-1964]. Como seus esforços foram centrados em história social e em fontes populares, incluindo um grande número de depoimentos orais, foi no *Dicionário* que ele encontrou as biografias de membros da classe dominante e de políticos de que necessitava. Em outras palavras, a obra permitiu-lhe focalizar sua atenção na negligenciada história das experiências dos trabalhadores rurais.

O DHBB também ajudou muito Todd Diacon, professor da Universidade do Tennessee, e autor de *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916*. Durante a pesquisa sobre Cândido Rondon e, em seguida, enquanto escrevia o livro, ele se deparou inúmeras vezes com nomes de pessoas que não conhecia. Quase sempre encontrou verbetes para esses personagens nas páginas do *Dicionário*, e esses verbetes o ajudaram a resolver vários quebra-cabeças históricos.

Jeffrey Lesser – professor na Universidade de Emory, em Atlanta, Georgia, e autor, entre outros títulos, de *Negotiating national identity: immigrants, minorities, and the struggle for ethnicity in Brazil* [Negociando a identidade nacional: imigrantes, minorias, e a luta pela etnicidade no Brasil] e *Welcoming the undesirables: Brazil and the Jewish Question* [Recebendo os indesejados: o Brasil e a questão judia] – informou que recorre ao DHBB com muita frequência e que o *Dicionário* foi exatamente a primeira obra de fôlego que comprou quando era aluno de pós-graduação. Classifica a obra como extremamente válida, tanto é que

solicitou à biblioteca da sua Universidade para encomendar exemplares do *Dicionário*.

Sonny Davis, professor na Texas A & M – Kingman e autor de *A Brotherhood of arms: Brazil-United States military relations, 1945-1977* [*Uma irmandade de armas: as relações militares Brasil-Estados Unidos, 1945-1977*], deu o seguinte depoimento: “Em pesquisa, o DHBB oferece uma rápida referência sobre personalidades, bem como sobre determinadas conjunturas da história brasileira. No ensino, mostra-se particularmente válido para que os alunos possam comparar e estabelecer diferenças entre elites e massas. Eu também uso o *Dicionário* para orientar os alunos a identificar continuidade e mudança entre as principais personalidades históricas brasileiras. Meus alunos também o utilizam muito para escrever os seus relatórios de pesquisa.”

Para Bert Barrickman, da Universidade do Arizona, e autor de *A Bahian counterpoint: sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 1780-1860* [*Um contraponto baiano: açúcar, tabaco, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*], o DHBB é uma fonte de referência de grande utilidade. “Usei o *Dicionário* diversas vezes para checar informações e para esclarecer dúvidas a respeito de indivíduos específicos, tanto para minhas pesquisas quanto com objetivos didáticos.”

Mark Grover, professor da Universidade Brigham Young, em Provo, Utah, e responsável pela seção de estudos latino-americanos da biblioteca da universidade, é um entusiasta do DHBB. Co-autor da obra *The Catholic Left in Latin America: a comprehensive bibliography* [*A esquerda católica na América Latina: uma bibliografia completa*], Grover informa que, como bibliotecário e professor, recorre ao *Dicionário* o tempo todo. “Como nós temos um programa de língua portuguesa e história brasileira, ao nível de graduação, muito abrangente, costumamos solicitar dos nossos alunos de terceiro ano um grande número de pequenos relatórios de pesquisa, tanto orais quanto escritos. O DHBB é perfeito para essas turmas, em virtude da qualidade e do tamanho dos seus verbetes, bem como da amplitude da cobertura. Uma boa parte dos nossos alunos morou em regiões do Brasil fora do eixo Rio-São Paulo, tendo entrado em contato com eventos e personalidades da história regional.<sup>9</sup> A utilidade do *Dicionário* fica então patente, visto que dá conta, em seus verbetes, de biografias e aconteci-

mentos que muitas vezes não são encontrados nas fontes tradicionais. Na minha opinião, as bibliotecas que atendem a estudantes de graduação não podem prescindir do DHBB, a melhor fonte para história do Brasil para esses fins.”

Em seu depoimento, Oliver Dinius, que está concluindo o seu doutorado na Universidade de Harvard, considera que “para os eventos mais importantes, o DHBB fornece relatos de qualidade, vindo a representar um primeiro acesso, fácil e acima de tudo confiável, à informação”. Uma outra qualidade reconhecida por ele é que “o DHBB permite ao pesquisador estabelecer relações de diferentes personalidades com episódios específicos e com outras figuras públicas, constituindo, portanto, um instrumento importante para que se tenha uma visão dos agrupamentos políticos e alianças estabelecidas durante todo o século XX”. Em seguida, Dinius passa a apontar algumas limitações na obra. Em primeiro lugar, diz ele, “acredito que o DHBB pudesse usar referências cruzadas de uma forma mais efetiva para evitar a repetição de informações em um grande número de verbetes. Uma outra limitação para o pesquisador de história empresarial ou do desenvolvimento é o fato de o *Dicionário* se ter limitado ao mundo político. No período Vargas, muitas vezes pessoas que nunca ocuparam cargos políticos, como empresários ou economistas, eram mais importantes do que aqueles que os exerceram”.

Finalizando, ele afirma que “o maior mérito do DHBB deriva em grande parte de sua cobertura abrangente no domínio da história política e do fato de constituir o único instrumento de referência do seu gênero. Para se tornar um instrumento ainda melhor, i.e., a referência-padrão sobre o Brasil do século XX, o CPDOC deveria, provavelmente, ampliar a cobertura para personalidades e eventos não relacionados com os cargos políticos formais, bem como, paralelamente, incluir mais pesquisadores de fora e ampliar as fontes consultadas”.

## **Conclusão**

Este artigo levou em consideração a utilidade geral do DHBB para os acadêmicos norte-americanos e o seu impacto desde a primeira edição,



ocorrida em meados dos anos 1980. Em linhas gerais, o *Dicionário* foi avaliado como uma obra de alto padrão de qualidade em termos da pesquisa, apresentação visual, autoridade, documentação e edição (copi-desque, texto com poucos erros). Na minha avaliação, é o melhor do seu gênero na América Latina. O artigo também reproduziu um estudo prosopográfico que supervisionei no final da década de 1980, baseado numa amostragem de 7% dos verbetes do DHBB e desenvolvido pelo historiador Sonny Davis. O estudo foi um exercício em análise estatística e pode ser facilmente aplicado a outros grupos de lideranças políticas. Para finalizar, o artigo apresenta alguns comentários feitos por acadêmicos norte-americanos que trabalham com o Brasil, todos eles extremamente elogiosos em relação à obra.

Michael L. Conniff é diretor do Global Studies e professor de história latino-americana da San José State University, Califórnia (EUA).

A tradução deste texto é de Sérgio Lamarão.

## Notas

1) A primeira edição do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*, coordenada por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu, foi lançada em 1983 em quatro volumes pela Editora Forense-Universitária/CPDOC/FINEP. A segunda, com o título *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, coordenada por Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão, saiu em 2001, pela Editora FGV, em cinco volumes.

2) Conniff e McCann (1991: 24-27).

3) Davis (1996).

4) A amostragem consistiu em 250 verbetes escolhidos de maneira sistemática. A cada cinco verbetes, um era destacado e então aproveitado ou descartado, de acordo com os seguintes critérios: o verbete tinha de ter pelo menos uma coluna de comprimento e dizer respeito a um político que tivesse exercido algum cargo executivo em algum momento de sua trajetória. Se esses critérios não fossem atendidos, passávamos para o verbete seguinte e assim sucessivamente até encontrar um que

obedecesse a esses requisitos. Os dados foram codificados, arquivados e analisados, usando o Statistical Package for the Social Sciences. Sonny Davis deu uma valiosa contribuição nessa parte do estudo, enquanto Joseph Love nos facultou generosamente o uso de parte da codificação de seu trabalho, no capítulo 2 de Conniff e McCann (1991).

5) Vale notar que os políticos locais que não atuaram na política em nível federal encontram-se sub-representados e que excluí alguns poucos que não exerceram funções executivas pelo menos uma vez em suas carreiras. Além disso, a base de dados é limitada àqueles que se destacaram após a Revolução de 1930, de modo que as informações sobre aqueles que também atuaram antes são necessariamente incompletas. Apenas uma minoria dos políticos de 1930 que se opuseram à revolução continuou na vida pública.

6) Merrick e Graham (1979).

7) Adjetivo derivado de Força Expedicionária Brasileira (FEB), nome dado à divisão de infantaria enviada à Itália em 1944 para lutar contra os alemães. A designação FEB passou a englobar o conjunto das forças brasileiras de terra, mar e ar que lutaram na Segunda Guerra Mundial (N. do T).

8) Fleischer (1976: 21-25).

9) Vale aqui salientar que a Universidade Brigham Young é mantida pelos mórmons e que muitos dos seus alunos são missionários que viajam para o exterior, incluindo é claro o Brasil, divulgando seu ideário religioso (N. do T.).

## Referências bibliográficas

CONNIFF, Michael L. e MCCANN, Frank. 1991. *Modern Brazil: Elites and Masses in Historical Perspective*. 2<sup>nd</sup> ed. Lincoln, University of Nebraska Press.

DAVIS, Sonny. 1996. *A Brotherhood of arms: Brazil-United States military relations, 1945-1977*. Niwot, University Press of Colorado.

FLEISCHER, David. 1976. Thirty Years of Legislative Recruitment in Brazil. Johns Hopkins University, Center of Brazilian Studies, paper series n. 5.

MERRICK, Thomas W. e GRAHAM, Douglas H. 1979. *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the Present*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.

## **O CPDOC e o pensamento social brasileiro**

Quando examinamos a produção dos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) sobre o pensamento social brasileiro,<sup>1</sup> nos deparamos logo de início com a dupla origem da tarefa que empreendem e que fundamenta sua reflexão: de um lado, o esforço voltado para a organização documental; de outro, a discussão sobre o pensamento social que informa os documentos. Apesar dos desafios impostos pelo duplo objetivo, lograram alcançar uma solução plenamente satisfatória, pois puderam operar as duas dimensões de modo simultâneo, não dissociando ordenação e pesquisa.

Refiro-me brevemente à primeira tarefa, que diz respeito à solução de problemas práticos – de organização de uma massa de documentos que pudesse servir de base para a compreensão de um período, definido prioritariamente em torno dos anos 1920, 30 e 40, e de sua colocação ordenada para a consulta de pesquisadores. As palavras presentes em trabalho desenvolvido ao final dos anos 1970 exemplificam a intenção, e o próprio texto demonstra como se processa seu cumprimento: “Enquanto não houver uma infra-estrutura documental forte no Brasil, cada pesquisador, ao desenvolver seu trabalho, forçosamente continuará a realizar levantamentos de informação que já poderia encontrar organizados.”<sup>2</sup>

Os objetivos foram plenamente alcançados, basta lembrar a quantidade de dissertações, teses, artigos e livros, de estudiosos de várias partes do país e também do exterior, que se utilizaram dos dados contidos não

apenas nos documentos catalogados, mas nos relatórios, livros e artigos do conjunto de pesquisadores do CPDOC. Mas a constatação disso, embora o fato sozinho justifique tanto a existência do Centro quanto o trabalho desses investigadores e ainda legitime o produto resultante de suas pesquisas, não explica o porquê de os componentes do grupo se terem inscrito de forma tão significativa na área de estudos sobre o pensamento social brasileiro e terem trazido uma contribuição fundamental para o desenvolvimento das ciências sociais entre nós. Talvez, se refletirmos um pouco sobre o sentido que ganhou o trabalho, possamos responder à questão.

Conversando com uma das pesquisadoras do CPDOC sobre as intenções teóricas e metodológicas que orientaram os projetos de pesquisa e a escolha dos temas que marcaram os trabalhos ao longo dos anos, disse-me ela que, quando fez o balanço desses estudos, percebeu que várias das questões neles presentes não estavam claras desde o início da pesquisa. Em outros termos, declarou que só mais tarde teve consciência do âmbito dessas questões e de seu desdobramento. Pergunto primeiramente: não seria esta uma característica marcante dos trabalhos na área das ciências sociais? E ainda, não é esta a principal marca dos trabalhos do grupo, que tem como ponto de partida a recusa de um processo linear e empobrecedor, que só se ativesse a um aspecto da história – dados conjunturais, traços estruturais, ou o discurso dos atores?

Para responder à primeira indagação vale lembrar a sugestão de Nisbet ao definir a sociologia moderna, marcada fortemente por um traço intuitivo ou artístico. Diz ele:

“É importante ter presente, ainda que seja como profilaxia contra um cientificismo vulgar, que nenhuma das idéias que nos interessam – idéias que continuam sendo centrais no pensamento sociológico contemporâneo – surgiu como consequência do que se compraz chamar ‘racionalização para a solução de problemas’. Cada uma delas é, sem exceção, resultado de processos de pensamento – imaginação, visão, intuição – que têm tanta relação com o artista como com o investigador científico.”<sup>3</sup>

Considerando correta a afirmação do autor, vale pensar a respeito do

fato de os trabalhos mais antigos dos pesquisadores já conterem implícitos pontos que mais tarde se tornaram eixos das discussões e ganharam aprofundamento, colocando esses mesmos trabalhos como importantes interlocutores nos estudos que buscam explicar a articulação do campo intelectual com o político no Brasil. Nessa direção desenvolvo esta reflexão, utilizando-me de textos escritos em vários momentos e buscando em estudos recentes a explicação da linha de investigação que desde meados dos anos 1970 marca o desenvolvimento da área de pensamento social no Brasil entre esses investigadores.<sup>4</sup>

Quanto à segunda pergunta, penso que a resposta é bem mais complexa, pois envolve a indicação do modo pelo qual a investigação se define, desde a circunscrição do período a ser analisado, passando pela escolha metodológica e pela utilização das categorias analíticas, para indicar apenas alguns pontos.

### **Vários tempos num só tempo**

A delimitação de um período que envolve três décadas da história brasileira – 1920, 30 e 40 –, e que tem nos acontecimentos de 30 seu eixo principal, não é escolha arbitrária, nem repetição de recortes fornecidos pela bibliografia, menos ainda uma acomodação aos documentos existentes ou a datas consideradas marcos de mudanças. A apresentação, por Helena Bomeny, do texto resultante do seminário comemorativo dos cem anos de Capanema lembra que se trata de um outro compromisso.

“Este livro, a publicação do inventário e *O ministro e seu ministério*, livro organizado por Angela de Castro Gomes (...), cumprem o objetivo do CPDOC de fazer dessas datas não apenas marcos cronológicos arbitrados de acordo com conveniências formais, mas um pretexto para deixar fluir com liberdade e densidade acadêmicas o que delas os pesquisadores e iniciantes possam fazer florescer.”<sup>5</sup>

O que está em questão é a eleição de um fundamento analítico que permita dar conta da dinâmica dos acontecimentos. Assim, a idéia de *processo* coloca-se como central, uma vez que se considera, na análise, terem sido as transformações visíveis na sociedade, na cultura e na política não ocorrências abruptas, mas mudanças que se estendem ao longo do tempo. Não

se trata de apontar fatos que simplesmente se sucedem numa construção linear, mas sim de ver cada elemento como um novo patamar a partir do qual se rearranjam as novas formas. Ilustração disso é o modo pelo qual se aborda, em vários momentos, a construção da figura de Getúlio Vargas como grande líder nacional. Exemplifico com estudo recente que trata da política de propaganda desenvolvida no período.

“Somente após o ano de 1933 (...), estabeleceu-se um clima político que permitiu uma atenção mais sistemática com a promoção da figura de Vargas e de seu governo. Um Vargas que, em 1934, era candidato às eleições indiretas ao cargo de presidente constitucional do país e se apresentava como o grande líder nacional que chefiara a Revolução de 1930, desde essa época o evento inaugural de um novo tempo que rompia com a República ‘Velha’.”<sup>6</sup>

A autora mostra, ao longo do texto, como a cada conjunto de mudanças políticas criam-se novas estratégias de consolidação do mito, como por exemplo nos projetos associados à comemoração dos dez anos de governo Vargas: o livro de Azevedo Amaral *Getúlio Vargas: estadista*, ou o Calendário de 1940, onde o chefe de governo é o centro das atenções. A idéia presente é a da existência de muitos tempos na década de 1930, tempos diversos que atravessam o ritmo do tempo, induzindo a novas direções da propaganda política e conferindo novo sentido a essas formas. As transformações decorrentes do desenvolvimento econômico, da centralização política, o novo processo urbano, industrial, tecnológico, mudam o perfil da população, e a propaganda precisa ajustar-se de modo a atingir um público mais amplo que passa a se constituir como ator político acompanhando tais modificações. É um processo não apenas interno, mas internacional, para o qual concorrem fatores políticos e uma nova visão sobre o desenho da sociedade.<sup>7</sup>

“O chefe do Estado Novo, presidente Getúlio Vargas, não se ocupou de questões referentes a uma efetiva política de propaganda governamental apenas a partir do golpe de 1937. Ele e vários dos mais importantes políticos e intelectuais que participavam da máquina administrativa entre 1930 e 1937 já se preocupavam e estavam absolutamente conscientes da importância dos meios

de comunicação de massa e da necessidade de o Estado se dedicar à ‘formação’ do povo, num sentido amplo – organizacional e educacional –, como se gostava de dizer na época. Contudo, o período que vai de 1930 a 1937 é muito diferenciado internamente, embora a literatura que se dedica a ele insista em caracterizá-lo como um todo, e mais precisamente como uma antecâmara do que viria a acontecer em 1937. Aliás, uma versão que deriva diretamente das interpretações realizadas pelos ideólogos do Estado Novo desde o ano de 1938, quando é nítida a intenção de se produzir tanto um passado quanto um futuro para o novo Estado Nacional.”<sup>8</sup>

Mas além do tempo nacional e internacional, a tese do tempo atravessa a própria análise das idéias feita pelo grupo do CPDOC. A pergunta sobre como se articulam presente, passado e futuro nas reflexões e propostas dos autores do período é central na análise.<sup>9</sup> De modo mais específico, sobre como se apresentam as discussões a respeito do tradicional e do moderno nos escritores da época. Mais ainda, sobre como as diferentes correntes de pensamento político – liberal, católico, conservador, integralista – se apóiam em temporalidades diversas para interpretar o país.

Porém, são os problemas que se colocam em outro tempo, 1970 e 1980, que permitem a retomada da temática que atravessa o período estudado e lhe conferem nova luz: a questão do autoritarismo, a relação dos intelectuais com a política.

### **Intelectuais e política: um velho dilema**

A linha de pesquisa sobre pensamento social brasileiro no CPDOC iniciou-se em 1973 com sua integração ao projeto Brasiliana e teve como objetivo realizar o levantamento e a análise da bibliografia referente à Revolução de 1930.<sup>10</sup> A continuidade da investigação deu-se através do projeto Ideologia do Estado Novo e desdobrou-se em vários trabalhos sobre autores e correntes de idéias, agora não mais restritos à década de 1930.<sup>11</sup> Desde os primeiros estudos se explicita a preocupação com a articulação pensamento/política.

“O projeto Brasiliana, responsável pela elaboração do presente trabalho, repre-

sentou, juntamente com o projeto de Pesquisa, um dos primeiros passos no sentido de evitar que se dissociassem no Centro os trabalhos de pesquisa e documentação. A nós, coube, especificamente, o estudo do campo intelectual e suas relações com o político nos anos 30. No presente trabalho, o nosso objetivo é localizar os principais textos de época referentes à Revolução de 30, bem como seus autores, para apontar a natureza de sua contribuição para as mudanças que se processaram a partir daquele momento.”<sup>12</sup>

Essa linha se desdobra em trabalhos dos pesquisadores empenhados nesse projeto abordando autores, movimentos de idéias, política cultural, publicações, os grandes temas do período, mas mantendo como centro a mesma preocupação. Assim, sem citarmos todos, temos textos sobre Cassiano Ricardo, Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Capanema, Guerreiro Ramos, Estado Novo, Integralismo, Movimento Modernista, Tradicionalismo Católico, Patrimônio Histórico, Legislação Trabalhista, Revista *Cultura Política*, Revista *A Ordem*, Questão Nacional, Modernismo, Tradições Populares, Propaganda Política, parte deles veiculados através da revista *Estudos Históricos*, publicada pelo CPDOC desde 1988.

Mas se o tema da relação intelectuais e política não é novo, em que os estudos apontados diferem dos que até então tinham sido desenvolvidos pelos analistas do pensamento social brasileiro que se dedicaram à questão? Creio que a resposta está na forma pela qual o grupo aborda a questão metodológica ou, melhor dizendo, pela perspectiva analítica que se desenvolveu no CPDOC. Sem hierarquizar os procedimentos e nem mesmo dando conta da ordem cronológica de sua definição e emprego ao longo dos anos de pesquisa, ousou listar alguns pontos que caracterizam esse método.

Primeiramente, trata-se de uma abordagem plural que se apóia na interdisciplinaridade, buscando articular procedimentos da história, da sociologia e da antropologia. Isso leva os pesquisadores a cruzar instrumentos que permitem levantar dados sobre o conteúdo das obras, o contexto social, político, intelectual do momento estudado, bem como argüir sobre os efeitos políticos das idéias e dar conta das diferentes práticas que ancoram a constituição de uma nova cultura política. Mais ainda, apreen-



der o complexo das relações sociais, a configuração dos grupos e a ação das gerações intelectuais em confronto. Creio que essa troca de perspectivas foi possível graças à formação dos pesquisadores, que procedem de vários cursos da área de ciências humanas.

Outra dimensão importante dessa perspectiva analítica é dada pela avaliação sobre o alcance e os limites das matrizes de análise do pensamento social brasileiro disponíveis na década de 1970, quando se inicia a pesquisa. Feita essa avaliação, o grupo evitou prender-se a uma única forma de abordagem do objeto – ideológica, institucional, contextualista, textualista, ou qualquer denominação que assuma. Isso significou, num primeiro momento, uma espécie de teste do material a ser analisado. Por esse motivo, os primeiros estudos caracterizam-se como balanços críticos da bibliografia sobre os diferentes temas, sobre as tipologias analíticas e, como consequência, se constituem em um vasto conhecimento sobre a produção intelectual do período. É evidente que o procedimento resultou num espaço privilegiado de formação de estudiosos na área, que se amplia largamente em relação ao grupo nuclear do Centro. O processo de elaboração do trabalho, o procedimento, o cuidado com o teor dos documentos indicam não só a busca de resultados precisos, mas, também, o objetivo implícito de formação de pesquisadores.

Um terceiro ponto a relacionar é aquele sobre o qual repousa a própria interpretação do grupo: a possibilidade de abordar o conjunto de autores, publicações, medidas políticas, comportamentos sociais, instituições, como uma unidade dotada de certa organicidade. A partir de que elementos os pesquisadores constroem essa unidade que torna possível a análise do ambiente intelectual a partir das idéias, do conjunto de publicações, dos atores políticos, do público receptor?

Aqui também, creio ser possível arriscar uma explicação sobre um fundamento que possivelmente está além das intenções dos pesquisadores. Antonio Candido, ao estudar a literatura brasileira, aponta como critério para definir os momentos decisivos de sua formação a existência de

“denominadores comuns que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. (...) Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu

papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros.”<sup>13</sup>

Creio ser possível afirmar que o grupo do CPDOC, sem recurso imediato ao texto de Antonio Candido mas absorvendo seu espírito, vai na mesma direção, mostrando que o período compreendido entre 1920 e 1940 constitui-se em momento decisivo para a formação do pensamento social brasileiro. Indica-se, assim, que nessa fase da história da sociedade brasileira é possível: reconhecer a existência de um conjunto de produtores de idéias conscientes de sua missão de reconstrução do país, debatendo temas comuns; constatar a presença de um novo público resultante de transformações econômicas e sociais; perceber a emergência de uma nova linguagem capaz de explicitar um diagnóstico sobre os problemas do país – no caso, a linguagem sociológica. A partir dessa ótica, passa-se a definir o estilo de pensamento que se desenvolve nesse tempo: trata-se de um pensamento conservador. Eis a nota dominante. Aponto algumas frases em um dos primeiros trabalhos da equipe para ilustrar esses pontos.

“O objetivo [deste trabalho] é descrever, o mais coerentemente possível, a problemática que afeta os intelectuais deste período, para assim delinear um estilo de análise. Tal estilo, por sua vez, define a presença ou ausência de determinados temas no debate intelectual e fornece as balizas para a interpretação da Revolução de 30 e de outros movimentos político-sociais. (...) A criação intelectual não só é livre como parece passar a ser uma *tarefa* à qual a elite não se deveria furtar. Os autores conclamam os demais membros da elite a se tornarem também autores, a se debruçarem sobre a realidade nacional.. (...) A possibilidade de êxito desta tarefa, isto é, a capacidade de o intelectual influir na formação de uma elite nos remete diretamente ao tamanho do público leitor. Isto depende, entre outros fatores, da dinâmica do movimento editorial, grandemente afetada pela transformação por que passa a indústria editorial brasileira depois de 30. (...) O estilo de pensamento e suas intenções básicas instruídas a partir dos temas veiculados, está relacionado à posição do intelectual na sociedade em que vive e às possibilidades de influência de seu trabalho

junto ao público.”<sup>14</sup>

A tese dos estilos de pensamento e da presença de intenções básicas no período, tributária de Mannheim,<sup>15</sup> induz à exploração de várias dimensões interpretativas. Uma das mais importantes é a da análise das categorias presentes no discurso dos autores vistas como instrumentos analíticos – o que Mannheim denomina nomenclatura do pensamento – quando colocadas em relação com o contexto em que foram produzidas. O trabalho de Ricardo Benzaquen de Araújo sobre o integralismo se desenvolve a partir dessa ótica, o que o diferencia dos trabalhos existentes sobre o tema. O autor busca apreender a lógica do pensamento de Plínio Salgado<sup>16</sup> a partir de uma visão articulada das categorias usadas. Em outros termos, são as concepções básicas utilizadas pelo fundador da Ação Integralista Brasileira que conferem sentido às expressões empregadas. Estas não podem ser analisadas de forma independente, pois, apesar de coincidirem com outras empregadas por autores nacionais ou internacionais, apresentam-se com significado diverso, porque originárias de outro contexto léxico.

“A análise de caráter sistemático torna extremamente difícil a compreensão do sentido específico das categorias, o qual só pode ser captado através do entendimento das relações internas do pensamento integralista. É esta, exatamente, a proposta específica do trabalho: perceber a lógica própria do pensamento de Plínio, realizando uma análise mais articulada, mais integrada, das suas categorias. Deve-se esclarecer, entretanto, que o estudo das categorias não pretende esgotar a compreensão da ‘ideologia’ integralista. Outros autores, do mesmo movimento, irão privilegiar e desenvolver pontos diferentes, mantendo, contudo, uma concordância básica com a visão de mundo proposta por Plínio.”<sup>17</sup>

Outro ponto para se refletir é o fato de estar compreendida no enfoque que busca definir os estilos de pensamento a importância do reconhecimento dos diferentes grupos intelectuais que atuam no período. São esses grupos que expressam as intenções básicas presentes naquele momento. Uma das estratégias para esse reconhecimento é a do estudo dos períodos da época, pois a partir deles pode-se conhecer a ideologia daquele

conjunto de pensadores e de sua base social. As pesquisas sobre a revista católica *A Ordem* e sobre *Cultura Política*, órgão do Estado Novo, explicitam o enfoque. Ilustro com o estudo realizado sobre *A Ordem*. A autora, estudando o periódico entre 1921 e 1937, através da recuperação dos principais temas discutidos e das categorias mais significativas presentes nos artigos, mostra a ênfase conferida pelos colaboradores aos acontecimentos políticos e as diferentes direções de sua ação nesse quadro. A partir disso, define os contornos do grupo católico, cuja atuação é importante na organização da sociedade civil.

“A análise de revistas da época pareceu-nos um dos caminhos viáveis. Este tipo de material apresenta-se como importante fonte de análise do pensamento político, permitindo conhecer a ideologia dos vários grupos intelectuais e estabelecer a rede de relações entre eles. Com este objetivo, o presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, a ser desenvolvido posteriormente, que pretende utilizar a análise de revistas como referencial para a delimitação de grupos e idéias.

O estudo do grupo católico tornou-se significativo, pois se constitui em um núcleo organizador da sociedade civil, produtor de uma ideologia própria, que lhe permite apresentar alternativas políticas, sejam elas estruturadas ou não.”<sup>18</sup>

A tese que está por trás do procedimento é muito próxima da de Goldman em *Le Dieu caché*,<sup>19</sup> pois considera que a partir da recuperação das categorias mais significativas do discurso dos autores pode-se perceber a organização da consciência empírica do grupo católico. Através da análise dos artigos da revista ao longo dos anos, a autora mostra como, a partir das transformações do discurso, se constrói uma consciência conservadora que recusa o rumo tomado pela sociedade e que funda a conclamação dos católicos à ação política.

Voltando à questão do estilo de pensamento e das intenções básicas presentes no período, os pesquisadores do CPDOC indicam como tema que centraliza a preocupação dos autores na década de 1930 a formulação da necessidade de reestruturação do Estado apresentada como interesse geral da sociedade, isto é, como uma intenção básica. Em texto de

1980, Lúcia Lippi Oliveira mostra que o estilo de pensamento que marca o período é uma concepção organicista e elitista sobre o Estado, que leva a que os temas mais importantes da época sejam: geração e elite, diagnóstico e crise, liberalismo e democracia. De certo modo, tal literatura representa basicamente a visão que a elite intelectual tem de si própria e do movimento de 30.

“Uma concepção organicista (o todo não é a soma das partes; cada parte pode ser analisada como contendo elementos do todo) e elitista (o Estado representa a nação e se compõe dos mais ‘sábios’ e ‘capazes’ que podem arbitrar o que é melhor para a nação como um todo) marca o estilo de pensamento da época, embora se possam encontrar autores que escapam a esta tentativa de delimitação de uma matriz geral.”<sup>20</sup>

Assinale-se que a discussão de Mannheim sobre os grupos intelectuais que propõe medidas definidas como interesses gerais – capazes de realizar a síntese dos interesses – está ancorada na concepção de *intelligentsia*, isto é, de um estrato social situado relativamente acima das classes.<sup>21</sup> Trata-se, é evidente, de um tema complexo e polêmico, que não cabe abordar aqui. Mas cabe notar que o grupo de pesquisadores do CPDOC aponta para a idéia de missão, que atravessa a maior parte dos textos dos autores de 30, além de marcar o anseio presente nos escritores da época de elaboração de uma teoria que ancore a ação política, dois elementos fundamentais para a constituição da *intelligentsia*.

Afinal, esse debate está sumarizado no tema intelectuais e política, questão que atravessa os textos do grupo da área de pensamento social brasileiro desde o início de suas atividades de pesquisa. Helena Bomeny, em texto recente, retoma o problema.<sup>22</sup> Enfrentando seu duplo aspecto – o mais geral sobre o papel dos intelectuais e o concreto sobre sua ação no Estado Novo –, a autora aponta para a relação tensa que atravessa a vida intelectual: manter uma distância crítica ou envolver-se com a sociedade. O ensaio enfrenta com coragem o dilema colocado pelo livro de Benda *A traição dos clérigos*, que não só provoca um debate importante no momento de sua publicação, 1927, como define os contornos dos debates posteriores. Mostra o sentido que a colocação do autor tem no

momento em que a barbárie da Primeira Guerra ainda não está esquecida e se prenuncia uma nova onda que desconhece os direitos universais.<sup>23</sup> As transformações profundas da sociedade moderna, embora atenuem o tom dicotômico colocado pelo escritor francês, não apagam a tensão intrínseca à situação.

Assim, ao analisar a participação de intelectuais no ministério Capanema, a constelação Capanema, a autora retoma o tema do desconforto presente nessa composição. Embora considere necessária a resposta às incômodas perguntas – qual teria sido a aquiescência desses intelectuais na montagem do autoritarismo? quanto aceitaram da experiência de fechamento político e da restrição da liberdade? –, dirige seu olhar àquilo que se construía no momento. O desenho de um Estado do bem-estar, o rompimento com o voluntarismo das elites, a construção de uma política de cultura, o resgate da ciência em benefício de todos podem ter-se constituído na ambiência que “justificou” para cada um deles a aproximação da burocracia estatal. Afinal, dada a situação anterior a 30, onde o mecenato, o apoio às atividades intelectuais e artísticas se confundia com o mandonismo, o coronelismo e o personalismo, a transferência do mecenato para o Estado parece um progresso.

“Se voltarmos à década de 1920, entenderemos a pronta resposta de tantos intelectuais ao aceno da burocracia estatal do pós-1930. (...) O Brasil era refém da voluptuosidade e do voluntarismo das elites locais. (...) Nos países da América Latina, o mecenato encontrou no Estado seu maior e mais confiável e legítimo fiador. (...) O mandonismo, o coronelismo, a ganância e o personalismo de que se impregnaram as políticas oligárquicas tradicionais nas mãos de caciques voluntariosos, voluptuosos e desprovidos de sentido público, e de um Estado enfraquecido por se constituir nessa forma de negociação (...) deixaram suas marcas na tradição intelectual brasileira.”<sup>24</sup>

Apesar de alinhar as várias razões explicativas, a autora mostra o dilema entre a política e a liberdade de espírito. A aceitação de um papel a desempenhar num Estado reconstrutor, embora prioritariamente colocada, misturou-se com comportamentos conflituosos.

"A participação dos intelectuais no ministério Capanema combinou dois tipos de movimento. De um lado, o movimento de resposta ao chamado do Estado para a construção de políticas nas mais distintas áreas da vida social, reação positiva que pode ser compreendida no marco de construção do Estado do bem-estar. De outro, o movimento de adesão/afastamento, de entusiasmo/recusa, provocado pela tensão que tem na tese de Julien Benda um bom ponto de interrogação."<sup>25</sup>

É certo que a indicação da tensão, válida para os anos 1930, impulsiona a autora a pensar também o presente, quando se refere à desconfiança dos intelectuais em relação a uma reforma do Estado que busca um menor protecionismo. Um pouco a repetição, *mutatis mutandis*, das razões que levaram os mesmos pesquisadores a centralizar seu questionamento sobre o autoritarismo daquela década em plenos anos 1970. Aqui colocam-se algumas questões: por que estudar o pensamento social brasileiro? estudar as interpretações do país elaboradas no passado é apenas fazer arqueologia das idéias? que contribuição essa reflexão pode dar para a solução dos problemas do presente?

Não pretendo responder a essas questões. Quero apenas lembrar que, no Brasil, os intelectuais têm um protagonismo político que precisa ser explicado, assim como precisa ser explicada a ambivalência que atravessa, na maior parte dos casos, seu pensamento e sua ação. O grupo de pensamento social brasileiro do CPDOC tem contribuído largamente para que o conjunto de pesquisadores da área avance na direção dessa compreensão. Considerando que o estudo dos intelectuais e sua interpretação do país é elemento constitutivo da reflexão das ciências sociais no Brasil, esse grupo se insere de modo pleno nos mais expressivos debates sobre a questão.

Elide Rugai Bastos é professora do Departamento de Sociologia do IFCH-Unicamp.

A autora agradece a André Pereira Botelho, interlocutor indispensável no tema pensamento social brasileiro, pela ajuda na pesquisa.

## Notas

- 1) O grupo de pesquisadores do CPDOC dedicado ao estudo do pensamento social brasileiro é formado nuclearmente por Angela de Castro Gomes, Helena Bomeny e Lúcia Lippi Oliveira. Ricardo Benzaquen de Araújo e Mônica Pimenta Velloso integraram a equipe, respectivamente, até 1987 e 1999. Para a produção do grupo dentro do CPDOC, ver Anexo, ao final deste artigo.
- 2) Lúcia Lippi Oliveira (coord.), Eduardo Rodrigues Gomes, Maria Celina Whately (1980: 26).
- 3) Robert Nisbet (1977: 34).
- 4) Assinalo a escolha, entre a quantidade enorme de publicações, de apenas algumas para ilustrar o caminho da investigação empreendida pelo grupo de pensamento social do CPDOC, naturalmente por considerar a existência de uma elogiável unidade de objetivos e opções metodológicas entre esses estudos.
- 5) Helena Bomeny (org.) (2001: 8).
- 6) Angela de Castro Gomes (2003: 116).
- 7) São inúmeros os trabalhos que enfocam a questão das rápidas transformações da sociedade ocorridas após o término da Primeira Guerra Mundial, dos quais o mais emblemático é o de Ortega y Gasset, *La rebelión de las masas*, cuja primeira edição em forma de livro é de 1929, embora tenha sido iniciado em artigos publicados no periódico *El Sol*, de Madrid, em 1926, como desdobramento de um curso dado em 1922, depois publicado em livro sob o título *El tema de nuestro tiempo*.
- 8) Angela de Castro Gomes (2003: 115-116).
- 9) Não se pode esquecer que a tese do tempo trípico, proposta por Ortega y Gasset, é assimilada, se não diretamente, pelo menos indiretamente, pelos autores do período.
- 10) Para maiores informações, ver Lúcia Lippi Oliveira (coord.) (1980).
- 11) Para maiores esclarecimentos, ver Lúcia Lippi Oliveira (1999: 147-181, principalmente nota 1).
- 12) Lúcia Lippi Oliveira (coord.) (1980: 25).
- 13) Antonio Candido (1981: 23).
- 14) Lúcia Lippi Oliveira (coord.) (1980: 33-35).
- 15) Karl Mannheim (1953: 74-164).
- 16) Ricardo Benzaquen de Araújo (1987) e (1978).
- 17) Ricardo Benzaquen de Araújo (1978: 162).
- 18) Mônica Pimenta Velloso (1978: 117-118).
- 19) Lucien Goldman (1959).



- 20) Lúcia Lippi Oliveira (coord.) (1980: 42-43).
- 21) Karl Mannheim (1972: 178-189).
- 22) Helena Bomeny (2001: 11-35).
- 23) Tomo a liberdade de citar, a propósito do livro de Benda, um texto que escrevi em colaboração com Walquiria Leão Rêgo: "É necessário assinalar que, em Benda, o verdadeiro conteúdo da oposição clérigo/leigo reside na diferença de orientação da ação. Os primeiros orientam suas reflexões movidos por um pathos universalista, derivando disto uma atitude intelectual plenamente voltada para valores universais. Nesse sentido, o autor celebra a 'inteligência desinteressada', aquela que 'persegue os fins universais, as coisas eternas'. Estas são as verdadeiras funções do intelectual-clérigo. (...) Com isto, Benda constrói uma abordagem normativa da questão do intelectual.. (...) A identidade do intelectual se define por uma 'vocação para o universal' . (...) [Portanto] é no âmbito da moral que define o papel e a legitimidade do intelectual como ator social." Elide Rugai Bastos e Walquiria Leão Rêgo (1999: 25-26).
- 24) Helena Bomeny (2001: 18-19).
- 25) Helena Bomeny (2001: 26).

### Referências bibliográficas

- ARAÚJO Ricardo Benzaquen de. 1978. As classificações de Plínio: uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. *Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 3. p.161-180.
- \_\_\_\_\_. 1987. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BASTOS, Elide Rugai, e RÊGO, Walquiria Leão. 1999. *Intelectuais e política. A moralidade do compromisso*. São Paulo, Olho d'Água.
- BOMENY, Helena. 2001. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro, FGV.
- \_\_\_\_\_. (org.). 2001. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro, FGV.
- CANDIDO, Antonio. 1981. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia.
- GOLDMAN, Lucien. 1959. *Le Dieu caché: étude sur la vision tragique des les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris, Gallimard.
- GOMES, Angela de Castro. 2003. Propaganda política, construção do tempo e

do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, RIDENTI e ROLLAND (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo, Cortez.

MANNHEIM, Karl. 1953. Conservative thought. In: *Essays on sociology and social psychology*. Londres, Routledge & Kegan Paul.

\_\_\_\_\_. 1972. *Ideologia e utopia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar .

NISBET, Robert. 1977. *La formación del pensamiento sociológico*. Buenos Aires, Amorrortu.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1999. Interpretações do Brasil. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, vol. 2: *Sociologia*. São Paulo, Sumaré; Brasília, Capes.

\_\_\_\_\_. (coord.), GOMES, Eduardo Rodrigues, e WHATELY, Maria Celina. 1980. *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, FGV/INL.

## **Anexo**

### **Produção dos pesquisadores do CPDOC sobre pensamento social brasileiro**

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. 1978. As classificações de Plínio: uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. *Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 3, jul-set. p.161-180.

\_\_\_\_\_. 1986. O dono da casa: notas sobre a imagem do poder no “mito Vargas”. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2. p.102-122.

\_\_\_\_\_. 1987. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BOMENY, Helena. 1984. *Tempos de Capanema*. Em co-autoria com SCHWARTZMAN, Simon, e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, Edusp.

\_\_\_\_\_. 1991. Utopias de cidade: as capitais do modernismo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, FGV.

\_\_\_\_\_. 1994. *Guardiões da razão. Modernistas mineiros*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/ Tempo Brasileiro.

\_\_\_\_\_. 1995. O patrimônio de Mário de Andrade. In: *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro, IPHAN.

- \_\_\_\_\_. 1995. Duas poéticas sobre o Brasil. *Luso-Brazilian Review*. Wisconsin.
- \_\_\_\_\_. 1995. Morse, um historiador literato. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo. p. 149-160.
- \_\_\_\_\_. 1999. Fernando de Azevedo, sociologia, educação e a ciência brasileira. In: *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Darcy Ribeiro. Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Intelectuais da educação*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. 2001. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro, FGV; co-edição Editora da Universidade de São Francisco.
- \_\_\_\_\_. (org.). 2001. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro, FGV; co-edição Editora da Universidade de São Francisco.
- GOMES, Angela de Castro. 1982. O redescobrimento do Brasil. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. 1982. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1982. *Estado Novo: ideologia e poder*. Com OLIVEIRA, Lúcia Lippi, e VELLOSO, Mônica Pimenta. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. 1989. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 4.
- \_\_\_\_\_. 1990. A dialética da tradição. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 5, n. 12.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1991. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, FGV.
- \_\_\_\_\_. 1993. A praxis corporativa de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide, e MORAES, João Quartin (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Editora da Unicamp. p. 43-61.
- \_\_\_\_\_. 1993. Essa gente do Rio. O modernismo e os intelectuais cariocas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 11. p. 62-77.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1994. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1994. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, FGV.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Essa gente do Rio. Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro, FGV.

- \_\_\_\_\_. 1996. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV. 2a ed. 1999.
- \_\_\_\_\_. 1996. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17. p. 59-84.
- \_\_\_\_\_. 1997. Temas clássicos, temas novos, perspectivas renovadoras. In: *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo, Scritta. p. 141-146.
- \_\_\_\_\_. 1997. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón. *Revista de História* (UNESP). São Paulo, v. 16. p. 109-130.
- \_\_\_\_\_. 1997. Estado Novo: ambigüidades e heranças de um regime autoritário. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 133. p. 38-45.
- \_\_\_\_\_. 1997. L'histoire du Brésil écrite par l'Estado Novo. *Lusotopie*. Paris. p. 267-274.
- \_\_\_\_\_. 1997. Temas clássicos, temas novos, perspectivas renovadoras. In: *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo, Scritta. P. 141-146.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1997. *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo, Scritta.
- \_\_\_\_\_. 1998. O Estado Novo e os intelectuais da educação brasileira. In: FREITAS, Marcos César de (org.). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista, Edusf. p. 9-16.
- \_\_\_\_\_. 1998. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAES, Fernando (coord.), e SCHWACZ, Lília (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo, Companhia das Letras. p. 489-558.
- \_\_\_\_\_. 1998. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127.
- \_\_\_\_\_. 1998. Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas. Com CASTRO, Hebe. *História Oral*, n. 1. p. 121-144.
- \_\_\_\_\_. 1999. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV. p. 53-72.
- \_\_\_\_\_. 1999. A cultura histórica do Estado Novo. *Luso-Brazilian Review*. Wisconsin, v. 36, n. 2. p. 103-109.
- \_\_\_\_\_. 2000. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar nossa história. In: GUAZELLI, C., PETERSEN, S., SCHMIDT, B., XAVIER, R. (orgs). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre,

Editora da UFRGS. p. 19-26.

\_\_\_\_\_. 2000. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, FGV.

\_\_\_\_\_. (org.). 2000. *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, FGV.

\_\_\_\_\_. 2001. Populismo e ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p. 17-57.

\_\_\_\_\_. 2001. The USA and Brazil: capitalism and pre-capitalism according to Oliveira Vianna. In: ROCHA, João César de Castro (org.). *Brazil 2001: a revisionary history of brazilian literature and culture*. Dartmouth, University of Massachusets. p. 351-358.

\_\_\_\_\_. 2001. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. *Remate de Males*. Campinas, n. 20. p. 47-57.

\_\_\_\_\_. 2002. O 15 de novembro. In: *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. 2002. Através do Brasil: o território e seu povo. In: *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. 2002. Economia e trabalho no Brasil Republicano. In: *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. 2002. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. (org.). 2002. *A República no Brasil*. Co-organizadoras: PANDOLFI, Dulce, e ALBERTI, Verena. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. 2002. Essa gente séria... intelectuais, catolicidade e modernismo no Rio de Janeiro. *História e religião*. Rio de Janeiro. p. 237-255.

\_\_\_\_\_. 2002. Sociabilité intellectuelle dans la correspondance de Gustavo Capanema. *Cahiers du Brésil Contemporain*. França, v. 47/48. p. 133-155.

\_\_\_\_\_. 2002. Com a história no bolso: a moeda e a República no Brasil. Com KOR-NIS, Mônica. In: *O outro lado da moeda*. Rio de Janeiro. p. 121-148.

\_\_\_\_\_. 2003. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, RIDENTI e ROLLAND. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo, Cortez.

\_\_\_\_\_. 2003. Venturas e desventuras de uma República de cidadãos. In: ABREU, M., e SOIHET, R. *Ensino da história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, p. 152-167.

\_\_\_\_\_. 2003. O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional In: MAGALDI, A., ALVES, C., GONDRA, J. (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista, Edusf. p. 445-462.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). 1980. *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Com GOMES, Eduardo Rodrigues, e WHATELY, Maria Celina. Rio de Janeiro, FGV/INL.

\_\_\_\_\_. 1982. Apresentação e Introdução. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.

\_\_\_\_\_. 1982. Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.

\_\_\_\_\_. 1982. Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.

\_\_\_\_\_. (org.). 1982. *Estado Novo: ideologia e poder*. Com VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Angela de Castro. Rio de Janeiro, Zahar.

\_\_\_\_\_. 1983. As idéias fora do tempo. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, ERUS.

\_\_\_\_\_. 1983. As raízes da ordem. In: *A Revolução de 30; seminário internacional*. Brasília, UnB.

\_\_\_\_\_. 1983. Contribuição de Guerreiro Ramos para a sociologia brasileira. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, v. 17, n. 2. p. 10-20.

\_\_\_\_\_. 1986. Policarpo Quaresma como modelo de nacionalismo ufanista. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Cortez.

\_\_\_\_\_. 1987. Donald Pierson e a sociologia no Brasil. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 23. p. 35-48.

\_\_\_\_\_. 1987. Repensando a tradição. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, n. 38. p. 58-65.

\_\_\_\_\_. 1988. A inteligência brasileira à luz da sociologia de Guerreiro Ramos. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 3. p. 357-370.

\_\_\_\_\_. 1989. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4. p. 172-189.

\_\_\_\_\_. 1990. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense.

\_\_\_\_\_. 1990. Modernidade e questão nacional. *Lua Nova*. São Paulo, n. 20. p. 41-68.

\_\_\_\_\_. 1991. Anotações sobre um debate. *Presença. Revista de Política e Cultura*. Rio de Janeiro, n. 16. p. 26-41.

- \_\_\_\_\_. 1992. Caminhos cruzados: trajetória individual e geração. *Ciência & Trópico*. Recife, v. 20, n. 2. p. 367-386.
- \_\_\_\_\_. 1992. Os intelectuais e o nacionalismo. In: *Seminário Folclore e cultura popular*. Rio de Janeiro, IBAC.
- \_\_\_\_\_. 1993. Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna. In: MORAES, João Quartim de, e BASTOS, Elide Rugai (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. 1993. Bandeirantes e pioneiros. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 37. p. 214-224.
- \_\_\_\_\_. 1995. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- \_\_\_\_\_. 1995. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré.
- \_\_\_\_\_. 1995. Bandeirantes y pioneiros: las fronteras en Brasil y en EUA. In: WEISS, Victor, e ARGUELLO, Ana Rosa Suárez (org.). *Estados Unidos desde América Latina*. Cidade de México, CIDE/Instituto Mora.
- \_\_\_\_\_. 1996. Os intelectuais e o poder. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 50, n. 7. p. 5-6.
- \_\_\_\_\_. 1997. Questão nacional na Primeira República. In: LOURENÇO, Helena Carvalho de, e COSTA, Wilma Peres da (org.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo, Editora da Unesp.
- \_\_\_\_\_. 1997. O ensaio e suas fronteiras. In: AGUIAR, Flávio, MEIHY, José Carlos Sebe Bom, VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (org.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo, Xamã. p. 63-87.
- \_\_\_\_\_. 1998. Representações geográficas da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques, e PESAVENTO, Sandra (org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. 1998. Vargas, los intelectuales y las raíces del orden. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *La Era de Vargas*. Cidade de México, Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_. 1998. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5. p. 195-215.
- \_\_\_\_\_. 1999. Eduardo Prado. A ilusão americana. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico*. São Paulo, Editora Senac.
- \_\_\_\_\_. 1999. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo, Sumaré.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos*

EUA. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

\_\_\_\_\_. 2000. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 16. p. 183-202.

\_\_\_\_\_. 2000. Cultura urbana no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, FGV.

\_\_\_\_\_. 2001. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. 2001. Ordem e Progresso. In: SANTOS, Boaventura de Souza, COHN, Amélia, e CAMARGO, Aspásia (org.). *Brasil-Portugal. Entre o passado e o futuro: o diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro, EMC. p. 191-214.

\_\_\_\_\_. 2001. A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, Angélica, e VELOSO, Marisa (org.). *Descobertas do Brasil*. Brasília, Editora da UnB.

\_\_\_\_\_. 2001. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro, FGV; co-edição Editora da Universidade de São Francisco.

\_\_\_\_\_. 2001. Cultura brasileira nesse fim de século. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *O Brasil não é mais aquele; mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo, Cortez.

\_\_\_\_\_. 2002. Tempos de JK: a construção do futuro e a preservação do passado. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo, Imprensa Oficial.

\_\_\_\_\_. 2002. Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX. In: GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce, e ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. 2002. Memórias do Rio de Janeiro. In: *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, FGV/CNPq.

\_\_\_\_\_. (org.). 2002. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, FGV/CNPq.

VELLOSO, Mônica Pimenta. 1978. *A Ordem*: uma revista de doutrina política e cultural católica. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21. p. 117-159.

\_\_\_\_\_. 1982. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.

\_\_\_\_\_. (org.). 1982. *Estado Novo: ideologia e poder*. Com OLIVEIRA, Lúcia Lippi Oliveira, e GOMES, Angela de Castro. Rio de Janeiro, Zahar.

\_\_\_\_\_. 1988. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro,



v. 1, n. 2. p. 239-263.

\_\_\_\_\_. 1993. A brasilidade verde amarela. Nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11. p. 89-112.

\_\_\_\_\_. 1995. A modernidade carioca na sua vertente humorística. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16. p. 269-277.

\_\_\_\_\_. 1996. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro, FGV.

\_\_\_\_\_. 1997. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia Política*. Paraná, n. 9.

\_\_\_\_\_. 1999. As raízes ibéricas do modernismo brasileiro. *Ipotesi*. Juiz de Fora, v. 3. p. 59-72.



## **Do autoritarismo à democracia: mapeando a longa evolução dos militares brasileiros**

Intervenções militares na política constituem um dos temas dominantes da história do Brasil moderno, começando pela deposição do imperador D. Pedro II em 1889 e continuando, ao longo dos anos, com sucessivas revoltas, massacres, golpes, manifestos e conspirações. A despeito da imagem do Brasil como uma nação cordial e pacífica, a ação de seus militares revela um lado sombrio e não democrático da vida política. O regime autoritário de 1964-1985, em especial, levou os militares a controlar não apenas a política, mas muitos outros aspectos da vida brasileira. O regime militar procurou, com empenho e habilidade, construir uma fachada de democracia e progresso social, mas acabou deixando um legado de repressão, desigualdade econômica e mudanças culturais que o país ainda luta para assimilar. Apenas com o retorno a um governo civil em 1985 o Brasil experimentou uma democracia processual funcionando plenamente, com os militares pela primeira vez recuando discretamente para o fundo do cenário político. Qualquer trabalho acadêmico, jornalístico ou literário precisa levar essa história em conta se espera fornecer um retrato acurado e completo das tendências sociais brasileiras.

O CPDOC é uma fonte excelente para compreendermos a longa trajetória política dos militares brasileiros. O estudo das várias facetas da instituição militar, em particular do Exército, foi um foco de interesse do Centro já em seu começo, em 1973. Desde então, o CPDOC vem continuamente construindo um amplo acervo de arquivos pessoais, entrevistas

de história oral e material de referência sobre as Forças Armadas e temas afins. Sua equipe de pesquisadores, bem como pesquisadores visitantes e outras pessoas que consultaram essa documentação, têm produzido uma importante literatura sobre os militares e a política. Uma ferramenta-chave, por exemplo, tem sido o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, agora em sua segunda edição revista. O *Dicionário* é rico em entradas sobre líderes militares e eventos históricos e políticos relevantes.

Dirigido há mais de uma década por Celso Castro e Maria Celina D'Araujo, o núcleo de estudos sobre militares do CPDOC tem contribuído com uma perspectiva interdisciplinar sobre as Forças Armadas que inclui uma leitura profunda e o uso de métodos próprios dos campos da ciência política, história, sociologia e antropologia. Castro, em particular, tem se aventurado através de diferentes campos, tópicos e períodos para produzir um importante conjunto de publicações sobre o Exército brasileiro, começando com *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990), um trabalho de campo sobre a formação dos cadetes do Exército que combina observação participante com pesquisa histórica. Em seguida, Castro publicou *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995), uma penetrante análise da instituição militar e de sua atividade política no final do período monárquico, que acabou por levar ao estabelecimento da República no Brasil. Mais recentemente, Castro publicou *A invenção do Exército brasileiro* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002), um estudo sobre rituais, memória e identidade do Exército.

Essas numerosas realizações ajudaram a tornar o CPDOC um ponto de referência obrigatório para todos os interessados no estudo da moderna vida brasileira. Elas também atestam a dedicação do CPDOC a um esforço acadêmico socialmente responsável, refletido na escolha de projetos de pesquisa politicamente relevantes.

Para o pesquisador interessado em fontes primárias, o CPDOC oferece provavelmente o melhor acervo de seu tipo no Brasil e mesmo na América Latina. Quase 10% do total do acervo arquivístico do CPDOC – 32 entre cerca de 400 arquivos – são de líderes militares. Estão incluídos nesse conjunto militares preeminentes como Júlio Caetano Horta Barbosa, Odílio

Denys, Eurico Gaspar Dutra, Artur da Costa e Silva, Oswaldo Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel, Filinto Müller, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Nero Moura, Antônio Carlos da Silva Muricy, Augusto do Amaral Peixoto, Edmundo de Macedo Soares, Juarez Távora e Henrique Teixeira Lott. Dos documentos desses arquivos emergem dados importantes sobre eventos cruciais da vida nacional, como por exemplo as consequências do tenentismo, a instauração do Estado Novo, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a criação da Petrobras e os vários fatores que levaram ao início e ao fim do regime militar de 1964.

Arquivos relacionados a este último tema incluem os documentos da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e de políticos ligados ao regime, como Roberto Campos. Também a respeito do regime militar, o CPDOC é um ponto de referência. Atores importantes de diferentes colorações políticas confiaram seus arquivos e sua memória ao CPDOC porque a instituição tem se esforçado para manter uma postura profissional e desapaixonada, qualidades indispensáveis diante de um campo muitas vezes marcado ideologicamente pelos sentimentos pessoais dos pesquisadores.

Aspásia Camargo e Walder de Góes foram pioneiros do “modelo CPDOC” de estudar os militares com a publicação de *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias* em 1981 (Rio de Janeiro, Nova Fronteira). Neste e nos projetos de história oral subsequentes, a disponibilidade de material arquivístico, associada a uma metódica pesquisa para a elaboração dos roteiros de entrevistas, enriqueceu a reconstrução detalhada de histórias de vida, de eventos políticos, e também de histórias de instituições e de empresas. Foi, por exemplo, com base na entrevista com Edmundo de Macedo Soares e em seu arquivo que, mais recentemente, foram produzidos os livros *Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC* e *CSN: um sonho feito de aço e ousadia*,<sup>1</sup> uma descrição esplendidamente ilustrada do desenvolvimento da empresa.

Outros importantes estudos pioneiros realizados no CPDOC incluem os de José Murilo de Carvalho, “Forças Armadas e política, 1930-1945” (in *A Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília, UnB, 1982) e Vanda Maria Ribeiro Costa, “Com rancor e com afeto. Rebeliões na década de 30” (Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1984).

O Arquivo Antônio Carlos Muricy (ACM) e sua fascinante entrevista

de 58 horas (ainda não publicada) exemplificam a riqueza histórica e social dos arquivos de militares depositados no CPDOC. Os documentos do general Muricy cobrem sua carreira militar e política entre as décadas de 1920 e 1970, proporcionando uma esclarecedora visão dos bastidores de vários eventos-chave do Brasil do século XX, desde as revoltas militares da década de 1920, passando pelo planejamento e a execução do golpe de 1964 – no qual Muricy foi um conspirador-chave, o único general a realmente comandar tropas em ação – e indo até as disputas internas entre os militares no final da década de 1960. Os documentos de Muricy, no entanto, falam de muito mais coisas além de política. Eles apresentam um indivíduo e uma instituição (o Exército) imersos em sua cultura e em seu tempo. Ficamos assim habilitados a seguir a evolução de Muricy como um soldado brasileiro aprendendo os valores e a disciplina da vida militar e reagindo como um soldado a eventos políticos, mudanças sociais e tendências religiosas. Ao revelar as preocupações de Muricy com os rumos da nação, essa documentação esclarece ainda mais sobre a auto-imagem dos militares como protetores da estabilidade política e superintendentes do desenvolvimento econômico. A documentação também personifica a profunda ambivalência, entre os líderes militares, com relação à democracia.

Utilizando-se da entrevista com Muricy, Ignez Cordeiro de Farias escreveu um artigo perceptivo intitulado “Um *troupier* na política: entrevista com o general Antônio Carlos Muricy” (in *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*, org. Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro, FGV, 1994, p. 124-146), no qual explora o impacto da cultura militar sobre a ação política de seu personagem.

Eu mesmo fiz uma extensa pesquisa na outrora secreta documentação do Arquivo ACM para produzir um relato inédito das profundas tensões entre Estado e Igreja no final dos anos 1960 e na década de 1970, tensões estas que Muricy tentou diminuir através de uma longa série de negociações secretas conhecidas como Comissão Bipartite: *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* (São Paulo, Companhia das Letras, 2001).<sup>2</sup> O êxito do livro só foi possível devido à habilidade do CPDOC em atrair um arquivo do calibre do de Muricy e à impecável organização dada por sua equipe ao material.

A mais significativa contribuição do CPDOC aos estudos militares veio,

porém, com a publicação de uma série de entrevistas de história oral com atores-chave do regime militar. Essas entrevistas formaram o núcleo de um substancial projeto sobre a memória militar referente ao período autoritário. Castro e D'Araujo, contando com a colaboração de Gláucio Soares, produziram as primeiras grandes entrevistas realizadas com oficiais militares, publicadas na trilogia *Visões do golpe, Os anos de chumbo e A volta aos quartéis* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994-1995). *Os anos de chumbo* caiu como uma bomba nos círculos jornalísticos e acadêmicos. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, dedicou um longo artigo de primeira página ao livro. Pela primeira vez, importantes líderes militares respondiam a questões sobre a repressão durante o período autoritário. Embora os generais e coronéis entrevistados não fossem sempre tão loquazes quanto os pesquisadores gostariam, o próprio fato da sua participação num projeto de história oral dessa natureza reforçava a importância do terror como um aspecto central do regime. Cada volume da trilogia incluiu uma introdução acadêmica detalhada e incisiva. Essas introduções estão entre os melhores textos escritos sobre o desenvolvimento e a estrutura do aparato militar após 1964. Relacionado ao tema, D'Araujo e Soares editaram um livro menos conhecido, porém não menos importante, intitulado *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas* (Rio de Janeiro, FGV, 1994), que cobre aspectos políticos, econômicos e sociais do período autoritário.

Finalmente, em 1997 Castro e D'Araujo publicaram a longamente aguardada entrevista do presidente Ernesto Geisel (*Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV), que cobre toda a vida de Geisel e, como a de Muricy, vai além da política. Nessa entrevista, Geisel fez o importante reconhecimento da existência da tortura e de que ela teria sido, na sua visão, necessária em certos casos para a obtenção de informações. Nenhuma voz mais autorizada poderia ter-se pronunciado a respeito desse tema. *Ernesto Geisel* tornou-se imediatamente um *best-seller*, uma raridade no mundo acadêmico, alcançada, nesse caso, pelo amplo apelo do tema, pela sede de novas contribuições a respeito do regime militar e pela reputação de Geisel como o mais forte dos presidentes militares e iniciador do processo de abertura. Atualmente em sua 5ª edição, o livro vendeu mais de 25 mil cópias.

Em 2002 Castro e D'Araujo complementaram esse trabalho com a publicação de *Dossiê Geisel* (Rio de Janeiro, FGV), uma amostra compacta

da natureza da documentação disponível no recentemente aberto Arquivo Ernesto Geisel. Outro importante resultado do projeto sobre a memória militar foi o livro de Priscila Carlos Brandão Antunes, *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX* (Rio de Janeiro, FGV, 2002).

O Arquivo Geisel atrairá a atenção de pesquisadores pelos anos vindouros. A maioria dos quatro mil documentos do arquivo concentra-se nos despachos de Geisel com seus ministros e, portanto, oferece uma possibilidade única de termos acesso ao processo de tomada de decisões presidencial e aos bastidores de muitas das principais questões políticas do período. O Arquivo Geisel é um ponto obrigatório de obtenção e cruzamento de informações pelos pesquisadores que estiverem investigando outros arquivos do período, tais como o da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, depositado no Arquivo Nacional, ou a documentação do antigo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), localizada nos arquivos públicos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e outros lugares.

À medida que a democracia brasileira alcançava estabilidade nos anos 1990, a equipe do CPDOC paulatinamente desviou sua atenção do período autoritário em direção ao papel contemporâneo dos militares. Em *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul* (Rio de Janeiro, FGV, 2000) Castro e D'Araujo reuniram uma série de artigos que comparam as experiências dos militares do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai no período de transição e de consolidação democrática. O livro analisa os caminhos pelos quais os militares enfrentaram os desafios da anistia (tanto para prisioneiros políticos quanto para praticantes do terrorismo patrocinado pelo Estado), reparações por violações dos direitos humanos, fricções internas entre os militares na nova arena política controlada pelos civis e o papel das Forças Armadas *vis-à-vis* o poder militar dos Estados Unidos.

A história oral continuou a exercer um papel preeminente com a publicação, por Castro e D'Araujo, de um livro que pode ser considerado continuação da trilogia anterior sobre o regime militar: *Militares e política na Nova República* (Rio de Janeiro, FGV, 2001). Neste livro, os principais líderes militares do período pós-1985 expressam suas opiniões sobre o



processo democrático e o papel das Forças Armadas nesse novo contexto. O livro também proporciona informações interessantes sobre os bastidores do processo de transição para a democracia.

Será que essa imensa e excelente produção sobre as lideranças militares corre o risco de tornar-se outra “história oficial” do período? Sem dúvida o general Muricy e vários dos outros doadores de arquivos para o CPDOC viam a si próprios como figuras-chave dessa história e, de fato, ajudaram a dar forma à percepção histórica ao administrar seus arquivos, talvez mesmo omitindo alguns documentos quando da doação. Interesses pessoais e políticos fizeram parte da construção dessa documentação. Esses militares podem também ter filtrado cuidadosamente suas entrevistas. Isso ocorreu, por exemplo, no caso da trilogia, quando se combinou com cada entrevistado o direito de rever o texto final de seu depoimento. Nesse sentido, os pesquisadores precisam examinar as entrevistas e os arquivos com o mesmo cuidado extremo requerido para o estudo de qualquer outra documentação primária.

Mesmo assim, a resposta final à pergunta feita acima é: não. Em primeiro lugar, a qualidade extremamente profissional dos trabalhos mantém os autores e editores a uma certa distância de seu objeto. Em segundo lugar, os textos introdutórios mantêm-se independentes dos comentários dos entrevistados e guardam um tom crítico. Em terceiro lugar, trabalhos como *21 anos de regime militar* fornecem um contexto crítico adicional. Desse modo, não se deve interpretar individualmente os diferentes projetos sobre militares desenvolvidos no CPDOC, e sim vê-los como um *corpus* em construção.

Do mesmo modo que virtualmente toda a documentação depositada no CPDOC, as fontes e estudos sobre militares concentram-se na elite brasileira. Cadetes, generais e presidentes fazem história aqui, e não o grosso das tropas nas casernas. Trata-se também de um mundo decididamente masculino, e raramente pesquisadores do CPDOC tocam, por exemplo, em questões de gênero – as quais, nas duas últimas décadas, ganharam muito crédito em várias áreas da academia. De fato, muito poucos arquivos do acervo do CPDOC provêm de mulheres (embora o próprio CPDOC tenha tido, desde sempre, mulheres como diretoras e uma equipe composta em sua maioria por mulheres). Essa caracterização reflete a realidade

da política brasileira no século XX – não democrática como foi até 1989, quando os analfabetos pela primeira vez puderam votar para presidente. Isso foi também resultado do perfil politicamente orientado dos pesquisadores: estudiosos de gênero têm feito poucas incursões na ciência política. Mas nada disso deve diminuir a valiosa luz que a equipe do CPDOC tem lançado sobre os militares como uma instituição central na vida brasileira. As entrevistas de história oral, por exemplo, representam uma verdadeira abertura no campo dos estudos militares. E o foco mais tradicional na política nos lembra da importância de manter uma abordagem pluralista, e não orientada para modismos, na compreensão da sociedade, uma abordagem na qual as elites continuarão a desempenhar um papel substancial, mesmo com o desenvolvimento do potencial democrático brasileiro.

Ao traçar a evolução política, social e cultural dos militares, o CPDOC tem prestado um enorme serviço à comunidade intelectual nacional e internacional e, mais importante, ao debate político brasileiro. Seu valioso acervo de arquivos e entrevistas representa não apenas uma útil fonte de informações, mas também cria um espaço institucional que tem dado legitimidade à análise crítica da história e da cultura militares. Essa realização reflete a atenuação da tendência das Forças Armadas em obstruir o processo político e contribui para o vibrante crescimento da democracia brasileira.

Kenneth P. Serbin é professor associado de história na Universidade de San Diego, Califórnia (EUA).

A tradução deste texto é de Karina Kuschnir.

## Notas

1) Edmundo de Macedo Soares e Silva, *Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC* (org. Lucia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias; entrevistadoras: Ignez Cordeiro de Farias e Maria Ana Quaglino. Rio de Janeiro, Iarte, 1998); *CSN: um sonho feito de aço e ousadia* (coord. e texto Regina da Luz Moreira; entrevistadores: Ignez Cordeiro de Farias, Mário Grynszpan, Verena Alberti. Rio de Janeiro, Iarte, 2000).

2) O livro é uma edição aumentada e revista de *Secret Dialogues* (Pittsburgh, University

of Pittsburgh Press, 2000). *Diálogos na sombra* recebeu ampla cobertura da mídia brasileira e foi premiado pela Brazil Section da Latin American Studies Association.

3) Edmundo de Macedo Soares e Silva, *Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC* (org. Lucia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias; entrevistadoras: Ignez Cordeiro de Farias e Maria Ana Quaglino. Rio de Janeiro, Iarte, 1998); *CSN: um sonho feito de aço e ousadia* (coord. e texto Regina da Luz Moreira; entrevistadores: Ignez Cordeiro de Farias, Mário Grynszpan, Verena Alberti. Rio de Janeiro, Iarte, 2000).

4) O livro é uma edição aumentada e revista de *Secret Dialogues* (Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2000). *Diálogos na sombra* recebeu ampla cobertura da mídia brasileira e foi premiado pela Brazil Section da Latin American Studies Association.



## Os estudos de política no Rio de Janeiro e a criação de um campo de pesquisa

### Apresentação

O núcleo de estudos e pesquisas do Rio de Janeiro do CPDOC<sup>1</sup> surge, no início dos anos 1980, em um contexto bastante peculiar da historiografia praticada no Brasil. Desde o final da década anterior, os historiadores brasileiros vinham dedicando maior atenção ao que se convencionou chamar de história regional. Curiosamente, esse campo de análise, até então negligenciado em favor de grandes recortes e da ênfase nos estudos da política nacional, começou a despertar mais interesse a partir do trabalho realizado conjuntamente por três brasilianistas – Joseph Love, Robert Levine e John Wirth – sobre as políticas regionais, em perspectiva comparada, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.

No interior do CPDOC, essa tendência é originalmente incorporada em projeto de pesquisa liderado por Aspásia Camargo, em 1976, sobre os sistemas políticos estaduais e sua influência na estrutura política brasileira no período posterior à Revolução de 1930. Ainda que incorporasse o novo recorte, a ambição desse projeto, de entender a Revolução de 1930 a partir das dinâmicas regionais, se inscrevia no plano mais geral das análises do período Vargas, o que não o distinguia tanto da perspectiva então vigente. Posteriormente, sob a coordenação de Angela de Castro Gomes, um outro grupo de pesquisa de história regional desenvolveu investigação que resultou no livro *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Esse trabalho reúne estudos sobre Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco.

É somente na virada dos anos 1980 que essa tendência começa a suscitar mais sistematicamente o interesse dos historiadores pela história política do estado e da cidade do Rio de Janeiro. Em 1983, através de convênio com a Finep, é criado no CPDOC, por iniciativa de Alzira Abreu e sob a coordenação de Marieta de Moraes Ferreira, um grupo de pesquisa sobre história política fluminense. Desde então, a despeito das várias mudanças ocorridas em seus quadros e das reorientações teóricas e metodológicas, esse núcleo inscreveu o CPDOC entre as instituições mais relevantes de pesquisa nesse campo. Lado a lado com profissionais de outros importantes centros de ensino e pesquisa, como a Fundação Casa de Rui Barbosa, os departamentos de história de universidades como a PUC, a UFF e a UFRJ, os pesquisadores do CPDOC contribuíram para que, no período de duas décadas, se acumulasse uma massa crítica extraordinária, dotada de inegável interesse para historiadores e intelectuais de áreas afins. Rigorosamente, reconstituir a formação e a evolução desse grupo em suas diferentes etapas equivale a estabelecer uma parcela expressiva da gênese de um novo campo historiográfico no Brasil.

*Grosso modo*, há duas dimensões cruciais da atuação do NEPRJ no processo de construção do campo de estudos em questão. À primeira delas darei o nome de dimensão institucional, e à segunda, dimensão substantiva. Destaco como dimensão institucional o lugar que o núcleo ocupou como pólo agregador, difusor e orientador dos debates sobre a política carioca e fluminense. É evidente que esse não foi um papel exclusivo do CPDOC. A densidade de sua atuação foi diretamente proporcional à consolidação de núcleos similares, articulados em outras instituições. De qualquer modo, iniciativas ali originadas foram fundamentais para o alargamento dos canais de interlocução através da organização de seminários, da promoção de cursos, da participação ativa de seus pesquisadores nos principais fóruns especializados que, pouco a pouco, incorporaram às suas agendas as questões ali trabalhadas.

A segunda dimensão a destacar diz respeito às produções propriamente ditas dos pesquisadores que, ao longo dessas duas décadas, estiveram vinculados ao NEPRJ. Sem prejuízo da primeira dimensão indicada, creio que está aí o atestado mais eloqüente da natureza da intervenção desse grupo na conformação de seu campo de atuação. Nos muitos livros e nas

dezenas de artigos ali produzidos, pode-se perceber o trabalho criterioso e sistemático praticado pela melhor historiografia.

Nas próximas páginas, dedicarei uma seção a cada uma das dimensões mencionadas, buscando evidenciar a relevância do NEPRJ–CPDOC para a construção de um campo específico de estudos historiográficos. Por razões que julgo óbvias, dedicarei mais espaço e atenção à dimensão substantiva. Tendo em vista as limitações impostas pelo espaço de um artigo, procurarei, a partir da análise de uma parcela pequena da vasta obra produzida, evidenciar aspectos que considero de maior relevância entre as muitas contribuições proporcionadas por esse grupo de pesquisadores.

### **O NEPRJ como articulador de um novo campo de diálogos**

A consulta aos documentos, projetos e relatórios do CPDOC revela aspectos interessantes da estratégia institucional que orienta o início das atividades na área em questão. Boa parte dos estudos de história regional que então se realizavam concentravam-se nas unidades federativas mais importantes da política e da economia nacionais, a saber, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Alguns trabalhos, como o de John Wirth ou, posteriormente, o de Dulce Pandolfi, que escapavam desse circuito, dedicavam-se a Pernambuco, por sua inegável e histórica ascendência no Nordeste. A proposta do grupo liderado por Marieta de Moraes Ferreira, por outro lado, se voltou para o estudo de uma unidade federativa marginal, secundária na história republicana brasileira: o antigo estado do Rio de Janeiro.

A despeito de sua subalternidade, o estado do Rio de Janeiro apresenta características instigantes para a investigação historiográfica. Foi, durante o Império, um importante pólo econômico e um celeiro de lideranças políticas. Já nos estertores do regime, foi um dos mais conturbados centros da agitação republicana, o que se acentuou após a abolição, com a adesão dos antigos proprietários à pregação antimonárquica. Sua proximidade do centro do poder nacional também conferiu alguns traços particulares aos padrões de relação entre o poder central e o poder local, foco clássico das discussões políticas no Brasil. Para além dessas características substantivas, ao definir o antigo estado do Rio de Janeiro (excluindo explicitamente a cidade do Rio de Janeiro de suas preocupações iniciais), o grupo do CPDOC inseria-se no campo reforçando uma espécie de divisão

intelectual do trabalho com outros centros de pesquisa. A Fundação Casa de Rui Barbosa vinha, naquele mesmo momento, desenvolvendo estudos sobre as duas primeiras décadas republicanas na cidade do Rio de Janeiro. O Departamento de História da PUC também desenvolvia pesquisas sobre o Distrito Federal na República Velha. O Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, por sua vez, dedicava-se a estudos dos processos de estagnação econômica na província, posteriormente estado, do Rio de Janeiro entre 1850 e 1950.

Pode-se dizer, portanto, que a criação do grupo de pesquisa no interior do CPDOC obedeceu a uma estratégia que o inseria em uma tendência importante da historiografia brasileira e promovia tal inserção com uma aberta proposta de complementaridade com relação aos demais projetos desenvolvidos em outras instituições de pesquisa. Tal proposta ganha maior densidade em 1984, quando, com financiamento da Fundação Ford, o CPDOC promove um seminário sobre Rio de Janeiro, reunindo todas as instituições de pesquisa que se dedicavam a esse campo de trabalho. Realizado em maio de 1984, pouco mais de um ano após o início das atividades do grupo no CPDOC, o seminário foi crucial para o fortalecimento dos canais de interlocução entre os diversos grupos que atuavam nesse campo. Um dos resultados desse encontro foi a criação, no ano seguinte, da revista *Rio de Janeiro*, que, a despeito de sua curta duração, pode ser encarada como uma das mais importantes iniciativas editoriais empreendidas no campo da historiografia no estado.<sup>2</sup>

A proposta original de pesquisa do grupo do CPDOC cobria o período entre a proclamação da República e o golpe militar de 1964. Posteriormente, esse período é estendido até a fusão com o antigo estado da Guanabara, ocorrida em 1975. A primeira etapa desse projeto, porém, cobre exclusivamente a República Velha. Inicialmente, o grupo coordenado por Marieta de Moraes Ferreira tinha como membros os(as) pesquisadores(as) Mônica Almeida Kornis, Sílvia Regina Pantoja S. de Castro, Renato Luís do Couto Neto e Lemos, Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão, Paulo Brandi e Vera Lúcia Feijó. Verena Alberti, na condição de estagiária, completava a equipe.

Além da organização do seminário que originaria a revista *Rio de Janeiro*, da participação efetiva nas diretrizes editoriais desse periódico,



da publicação de artigos esparsos nesta e em outras revistas especializadas e, finalmente, da produção de relatórios provisórios, os trabalhos realizados nessa primeira etapa resultaram em um livro coletivo sobre a política fluminense na República Velha: *A República na Velha Província*, (1989), organizado por Marieta de Moraes Ferreira com a colaboração de Dora Flaksman, primeira publicação mais extensa e de maior fôlego do que viria a ser o NEPRJ. Dissertações de mestrado e doutorado dos próprios pesquisadores do grupo, como Renato Luís do Couto Neto e Lemos (mestrado, 1985) e Marieta de Moraes Ferreira (doutorado, 1991), orientaram-se para estudos conectados ao trabalho ali realizado.<sup>3</sup> Embora com interesses diversos, pesquisadores do CPDOC ligados a outros grupos de trabalho também abordaram o estado do Rio de Janeiro em suas dissertações de mestrado, como Israel Beloch (1984) e Mario Grynspan (1987). Paralelamente, o Programa de História Oral editava em livro um depoimento que se tornaria fonte importante para o estudo da política fluminense: *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*, coordenado por Aspásia Camargo (1986).

Com a saída de alguns de seus membros e o deslocamento de outros para diferentes iniciativas do próprio CPDOC, no final dos anos 1980 e início da década seguinte, o grupo original “do Estado do Rio” se dissolveu. No entanto, a linha de pesquisa sobre Rio de Janeiro permaneceu. E foi justamente a década de 1990 que se tornou decisiva para a consolidação do CPDOC como espaço privilegiado de reflexão e produção historiográfica sobre a política fluminense e carioca. Note-se que, cada vez com maior ênfase, os interesses convergiram para a segunda, em detrimento da primeira, que pautou os trabalhos iniciais.

Na fase de transição que se seguiu à dissolução do grupo original e antecedeu a consolidação do NEPERJ, as pesquisas realizadas resultaram em artigos publicados em periódicos acadêmicos. Mas o período caracterizou-se principalmente pelo investimento do Programa de História Oral do CPDOC, na época coordenado por Marieta de Moraes Ferreira, na ampliação de seu acervo de entrevistas relativas à história fluminense e carioca. Assim, ao longo da década de 1990, muitas entrevistas com lideranças radicadas no Rio de Janeiro foram realizadas ou atualizadas. A atividade compartilhada do Programa de História Oral com o NEPRJ por isso mesmo

seria uma marca importante da trajetória deste último. É verdade que a interlocução e a parceria entre pesquisadores de diferentes núcleos e projetos é uma característica do CPDOC de uma maneira geral. Tal fluidez propicia uma versatilidade extraordinária para o manuseio de fontes e métodos de naturezas diferentes, o que resulta em trabalhos cuja qualidade é fartamente conhecida. No caso em questão, porém, tal padrão de intercâmbio entre equipes e projetos fica muito claramente explicitado.

Os anos 1990 foram também marcados por mudanças significativas nas estratégias de captação de recursos por parte dos centros de pesquisa e documentação. Algumas agências de fomento reduziram bastante suas dotações, enquanto outras, obedecendo a deslocamentos de diretrizes e elegendo novas prioridades, reorientaram suas aplicações. O CPDOC, assim como outras instituições, viu-se obrigado a redefinir sua forma de atuar e buscar novas fontes de recursos. Uma das estratégias adotadas foi ampliar o raio de alcance de suas intervenções para além das fronteiras do mundo acadêmico e dos nichos especializados, através da promoção de cursos e seminários abertos para a discussão de temas concernentes à vida carioca e fluminense. A expectativa era atingir profissionais do ensino, servidores públicos, jornalistas, estudantes, enfim, levar os debates sobre a história política do Rio de Janeiro para espaços mais abrangentes e profissionalmente ecumênicos. Dentre essas iniciativas, destaco duas. A primeira, realizada em 1995, na própria sede da Fundação Getúlio Vargas, foi um curso de história política do Rio de Janeiro. O segundo empreendimento foi um seminário, realizado no ano de 2000, concebido como um balanço dos 25 anos da fusão entre o estado da Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, temática inserida entre as preocupações do grupo desde a sua formação inicial.

De acordo com essa nova filosofia de trabalho, o CPDOC firmou, em 1997, um convênio com a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro para a criação do Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense. Tal iniciativa foi costurada, da parte do CPDOC, por Verena Alberti, então coordenadora do Programa de História Oral, e por Carlos Eduardo Sarmento, ex-estagiário do CPDOC e então membro efetivo de seu quadro de pesquisadores. O acordo, que teve vigência até o ano de 2002, viabilizou uma série de iniciativas. Nesse período o NEPERJ finalmente se consolidou, agora

composto por Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento e Marly Silva da Motta, além de Marieta de Moraes Ferreira.

Coube ao NEPERJ, com Carlos Eduardo Sarmento à frente, a organização de uma exposição permanente na ALERJ sobre a história daquela casa. Essa iniciativa propiciou ao grande público o acesso a informações detalhadas sobre os eventos históricos mais importantes que tiveram como cenário o prédio que abriga, hoje, o Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, foi confeccionado um CD-Rom sobre a história do Palácio Tiradentes e da casa legislativa ali abrigada. Coube, também, à equipe do CPDOC a responsabilidade pela parte substantiva da *home page* da ALERJ, criada no âmbito do convênio firmado.

Um segundo campo de trabalho foi a realização de entrevistas com figuras preeminentes da vida política carioca e fluminense, o que resultou em uma ampliação expressiva do acervo de história oral sobre a história política recente do Rio de Janeiro. Em terceiro lugar, foi adotada uma estratégia de difusão desse material, através da publicação de vários livros com depoimentos de líderes políticos, jornalistas e parlamentares sobre o Rio de Janeiro. Em quarto lugar, foram publicadas algumas análises sobre a história política carioca e fluminense. Computadas as edições de depoimentos, de análises e, ainda, de um belíssimo livro de fotografias de grandes manifestações de massa ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, sob responsabilidade de Américo Freire, foram publicados, durante o período em que o convênio CPDOC-ALERJ vigorou, 16 livros (no momento em que este artigo é escrito, existe mais um no prelo).

Ao longo das duas últimas décadas, portanto, o CPDOC, através do NEPRJ, firmou-se como uma instituição extremamente importante nos debates concernentes a esse campo de estudos especificamente. Aberto e aglutinador, pôde funcionar como referência fundamental para os diálogos travados entre historiadores e demais especialistas dedicados à política carioca e fluminense. Ágil e criativo, enfrentou as crises e as redefinições das condições de pesquisa científica no Brasil, conseguindo extrair das dificuldades soluções adequadas para seu aperfeiçoamento. Transpôs as fronteiras mais estritas do universo de especialistas, abrindo-se para as intervenções de caráter mais abrangente. Finalmente, fez tudo isso respaldado na excelência de seus pesquisadores e, conseqüentemente,

na qualidade dos trabalhos por eles realizados. É nesse último ponto que gostaria, agora, de me deter.

### **Existe uma marca CPDOC nos estudos de política carioca e fluminense?**

Creio que há cinco características que atravessam os trabalhos de rigorosamente todo o período de existência do NEPRJ. Primeiro: uma nítida preocupação em destacar as dinâmicas endógenas das disputas políticas entre grupos e tendências da política local (sendo esta última entendida como fluminense, carioca ou como o resultado da conjugação de ambas). Nesse sentido, o conjunto das obras se inscreve numa perspectiva que valoriza as questões locais, relativizando as leituras consagradas que tenderam a reduzir as dinâmicas políticas na região às ingerências do poder central. Se existe uma tese perseguida pela totalidade dos trabalhos realizados, ela é a de que houve, sim, um campo político local na cidade e no estado do Rio de Janeiro, campo esse cujo entendimento não se esgota nas repetidas alegações da suposta vocação nacional de suas elites. Tal tese é defendida e confirmada pela análise das diversas dinâmicas que configuraram esse(s) campo(s) ao longo da história republicana.

Em segundo lugar, e como corolário do primeiro ponto, a ênfase nas dinâmicas locais não descuidou da estreita e, por vezes, problemática interação que as elites locais estabeleceram com o poder central. O que há de mais relevante nesse aspecto é a preocupação em evidenciar que, longe de serem atores passivos, vítimas indefesas das injunções nacionais ou voltados exclusivamente para os grandes temas nacionais (sobretudo no caso da cidade do Rio de Janeiro), as elites locais estabeleceram com o poder central uma relação de mão dupla; vale dizer que tal relação fez parte, com frequência, de escolhas estratégicas das primeiras em relação ao segundo, com vistas à obtenção de ganhos políticos frente a facções ou grupos rivais localmente e à conquista de um lugar privilegiado frente às elites das demais unidades federativas no plano nacional. Por essas duas características iniciais pode-se entrever que a produção do núcleo inscreve-se criativamente num campo clássico da reflexão política no Brasil: aquela que tematiza o dualismo centralização/descentralização nas relações entre as unidades da federação (todos os trabalhos são dedicados

ao Brasil republicano) e o poder central.

A terceira característica a destacar é a ênfase no estudo das várias operações de engenharia política levadas a cabo no antigo estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro (em seus diversos momentos), no antigo estado da Guanabara, de curta vida, e, finalmente, na criação do atual estado do Rio de Janeiro. Os debates nas casas legislativas, as estratégias dos executivos federais, estaduais e municipais, a ação dos partidos, os projetos de lei encaminhados, cada passo tentado ou efetuado nas diversas direções que o debate político institucional propiciou parecem ser examinados à lupa. Do contato com tal produção, retira-se a impressão, certamente falsa, de que nada ficou perdido, de que se está diante do resultado quase inacreditável de uma espécie de obsessão factual, quarta característica desses trabalhos, que nada deixa escapar.

A ênfase na engenharia política combinada à obsessão factual acaba inscrevendo os trabalhos do NEPRJ no campo de estudos de elites políticas, quinta característica a destacar. Não há muito espaço para o *demos* nesses estudos. Isso representa uma perda. Por outro lado, as elites políticas tomam a cena com suas iniciativas estratégicas, suas articulações e cisões, seus gestos grandiosos ou puramente pragmáticos. Dessa maneira, para além da engenharia política, os trabalhos são, com frequência, verdadeiros estudos de trajetória política. Também aí o cuidado com os detalhes chama a atenção. Desde celebridades como Nilo Peçanha, Pedro Ernesto e Carlos Lacerda, até atores relegados a relativo esquecimento, como Chagas Freitas, ou, ainda, personagens pitorescas, como o Dr. Rapadura, têm suas trajetórias públicas reconstituídas passo a passo. Em cada um desses traços, percebe-se a configuração de um estilo, a marca de uma certa concepção do trabalho historiográfico.

A produção do NEPRJ pode ser dividida em duas fases. A primeira delas, que vai da formação do núcleo até o início dos anos de 1990, deu maior ênfase aos estudos sobre o antigo estado do Rio de Janeiro, com destaque para suas dinâmicas políticas, da proclamação da República até a Revolução de 1930. Desse período, como já foi dito, destaca-se o livro *A República na Velha Província*, de 1989, organizado por Marieta de Moraes Ferreira. A este veio se somar, cinco anos depois, *Em busca da Idade de Ouro*, da mesma autora.

O primeiro livro é um levantamento exaustivo dos conflitos e disputas das elites fluminenses durante a primeira etapa republicana no Brasil. Cada um dos aspectos anteriormente mencionados como marcas dos trabalhos do NEPRJ já estão presentes nessa publicação. Nela acompanhamos desde os primeiros movimentos de resistência à intervenção federal na política local, até os desdobramentos locais da crise que precipitaria o movimento revolucionário de 1930. No primeiro caso, chamam atenção os movimentos de aproximação dos setores da antiga oligarquia com os chamados republicanos históricos, o que redundaria na criação do Partido Republicano Fluminense e num período de relativa estabilidade, nos últimos anos do século XIX. No segundo caso temos a descrição de um momento em que a divisão quanto à política nacional (entre a situação que apoiava a candidatura de Júlio Prestes e a oposição que fechava fileiras com a Aliança Liberal) não comprometia o entendimento e a pacificação internos. Nessa passagem de relativa calma na política local, o estado do Rio de Janeiro, majoritariamente situacionista no plano federal, é pego no contrapé da história, sendo um dos estados em que se organizam legiões de resistência ao movimento revolucionário.

Entre os dois períodos agonísticos, que iniciam e concluem o livro, tem-se um relato detalhado dos conflitos intra-elites (como o que leva à criação do Partido Republicano do Rio de Janeiro, durante o governo de Alberto Torres), das iniciativas voltadas para a preservação da autonomia estadual, das propostas de mudança da capital do estado sob a alegação de que sua proximidade da capital federal seria danosa ao estado, dos dividendos extraídos por segmentos dessas mesmas elites de alianças com o poder central e, sobretudo, das seguidas demonstrações da fragilidade dos partidos como eixos organizacionais de interesses e de disputas pelo poder. Cada processo eleitoral é detalhadamente descrito, as motivações em torno da aprovação de leis são criteriosamente perscrutadas. Destacam-se, também, as trajetórias das mais importantes lideranças locais, como a do ex-monarquista Conselheiro Paulino de Souza e a do mais importante líder fluminense surgido no período, Nilo Peçanha. Em consonância com o que seria uma das mais salientes marcas dos trabalhos desse grupo, a trajetória política de Nilo Peçanha é reconstituída em detalhes, funcionando como uma espécie de síntese das conquistas e agruras

que marcaram a redefinição de um campo político tão problemático.

*A República na Velha Província* é uma descrição detalhada e exaustiva. Não se percebem nela maiores vãos interpretativos, ou mesmo alguma tese que a atravesse. A narrativa, quase linear, termina abrupta, exatamente no momento em que o período estudado expira. Certamente por se tratar de uma coletânea de relatórios, soa, em alguns momentos, repetitivo, mas, ainda assim, é um documento precioso, exploração exaustiva de um campo quase desconhecido pela historiografia até então. Foi bastante útil para a abertura de novos campos de investigação, funcionando, desse modo, como obra de referência importante. Certamente sua organizadora se beneficiou dessa iniciativa original para a elaboração de *Em busca da Idade de Ouro*.

Neste livro, originalmente sua tese de doutorado, Marieta de Moraes Ferreira investiga a expectativa alimentada pelas elites fluminenses de recuperar, na vigência do período republicano, a prosperidade econômica e a centralidade política de que a “antiga província” gozara durante o Império. A estratégia adotada pelo chamado núcleo reformista se pautava na alteração radical da estrutura fundiária e na adoção de um sistema agrícola diversificado, voltado para a produção de alimentos para o mercado interno. Politicamente, ao mesmo tempo que buscava preservar o estado da influência da capital federal e das ingerências do poder central, tratava de tentar estabelecer, com este último, alianças que conferissem maior relevância à elite política fluminense no pacto oligárquico nacional. Um dos fatores determinantes para o fracasso dessa tentativa, alega a autora, esteve na dificuldade de articulação entre a elite política e a elite econômica do estado, o que levou à fragmentação política e às constantes cisões fraticidas entre grupos e lideranças das diversas regiões do estado. Tal padrão é ilustrado, por exemplo, no fracasso da administração de Alberto Torres em suas repetidas tentativas de viabilizar a introdução do imposto territorial, que funcionaria como estratégia-chave para a reestruturação fundiária do estado e a dinamização de sua atividade econômica.

Certamente o livro de Ferreira não foi o único desdobramento bem-sucedido do enorme esforço de exploração de fontes primárias e de ordenação de informações sobre a política fluminense realizado pela equipe original do NEPRJ. Ele é, contudo, um documento bastante eloquente do

que viria a ser a marca dos estudos nessa área realizados no interior do CPDOC. À medida que o grupo ganha corpo e acumula massa crítica, os trabalhos produzidos adquirem maior densidade analítica e avançam para os estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, objeto que concentrará suas atenções ao longo da década de 1990.

Entre o período inicial, dedicado ao antigo estado do Rio de Janeiro, e a segunda fase do núcleo, quando predominam os estudos cariocas, é publicado um artigo extremamente importante, “A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro”, de Marieta de Moraes Ferreira e Mario Grynspan (1994). É curioso que a passagem de uma fase do núcleo para outra seja marcada exatamente por um artigo tratando da fusão. Cabe salientar que a definição desse trabalho como uma ponte obedece a um critério estritamente temporal, relativo ao período em que foi produzido. A coincidência quanto ao deslocamento de objeto operado no interior do NEPRJ não é, porém, mera casualidade. A meu juízo, a fusão é uma passagem que, por tudo o que a envolveu e a envolve, tem despertado atenção inferior à que merecia por parte da literatura especializada. O grupo do CPDOC é uma das poucas exceções quanto a isso. Em seu trabalho de rastreadores de fatos, de intervenções, de projetos de leis e de debates parlamentares, os pesquisadores do NEPRJ recuperam, em vários momentos históricos, argumentos favoráveis e contrários a essa iniciativa, levada finalmente a cabo de forma um tanto abrupta, quase intempestiva, na vigência daquele que possivelmente foi o mais tenebroso período do Brasil republicano. As constantes referências às propostas de fusão, bem como as reações contrárias a ela, deixam entrever que esse foi um tema que esteve sempre presente na pauta do grupo de pesquisa, o que, de resto, é atestado pelo recorte estabelecido no segundo projeto institucional formulado pela equipe original.

Em seu artigo, Ferreira e Grynspan procuram exatamente evidenciar que, a despeito do que a leitura mais apressada pode sugerir, a fusão esteve na agenda política em diversos momentos da história republicana brasileira, sendo encontradas intervenções a seu respeito em rigorosamente todas as Constituintes convocadas durante esse período. O ponto de maior interesse do artigo, contudo, é a reconstituição do debate travado às vésperas da decretação da Lei Complementar que uniu os estados do



Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975. É verdade que a fusão se deu em um contexto autoritário, quando a imprensa estava sob forte censura e os canais de debate político eram bastante restritos. Ainda assim, houve várias intervenções da parte de lideranças políticas, de setores do comércio e da indústria e de representantes de órgãos da sociedade civil. Ao reconstituir esse debate, os autores apontam dois eixos que orientaram as intervenções: um de natureza política e outro de natureza técnica.

Os argumentos políticos concentravam-se principalmente na denúncia de que a iniciativa visava a enfraquecer o MDB, partido de oposição ao regime, nos dois estados, sobretudo na Guanabara. Tal argumento, evidentemente, era sustentado por algumas lideranças desse partido que, contrárias à fusão, antecipavam possíveis problemas no rearranjo das suas forças locais em decorrência da medida. Curiosamente, essa abordagem era veiculada de forma cautelosa, com o intuito de evitar que soasse casuística e voltada simplesmente para a preservação de interesses políticos imediatos. O campo governista, por outro lado, ainda que tivesse evidentes interesses políticos, procurava encaminhar o debate por um viés estritamente técnico. Nessa perspectiva, porém, não havia consenso. Os defensores da fusão, independentemente de colorações partidárias e ideológicas, identificavam-na como iniciativa crucial para a revitalização da atividade econômica nos dois estados. Seus adversários viam a medida como inócua economicamente, quando não como um retrocesso para um ou para os dois estados. Ao fim, como reconhecem Ferreira e Grynszpan, a fusão se deu a despeito da oposição de figuras política e economicamente importantes dos dois lados da baía de Guanabara e com o apoio não muito enfático de outras tantas.

A segunda fase do NEPRJ foi extremamente profícua. Além das iniciativas mencionadas na seção anterior, várias publicações e estudos vieram a público sob a forma de artigos, livros e entrevistas. A análise sumária desses trabalhos não é tarefa das mais fáceis. Em poucos anos, um programa de pesquisa exaustivo foi levado a cabo, cobrindo praticamente toda a história política carioca no período republicano. Dele resultou uma produção que impressiona não somente pelo volume mas também pela qualidade analítica e, mais importante, pelo grau de articulação que os trabalhos guardam entre si.

Uma boa forma de travar contato com a literatura produzida pelo núcleo, nesse período, é a leitura de “Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)”, de Américo Freire e Carlos Eduardo Sarmiento. Nesse artigo de pouco mais de 20 páginas, os autores resumizam três dos principais trabalhos realizados pelo grupo, cada um deles enfocando um processo crucial da história política carioca: a definição do estatuto político do Distrito Federal na fundação da República; a criação do Partido Autonomista, Pedro Ernesto à frente, no período pós-Revolução de 1930; a criação do estado da Guanabara, e a eleição e performance política de seu primeiro governador, Carlos Lacerda. Cada um desses processos foi objeto de estudos criteriosos, transformados em livros de, respectivamente, Freire, Sarmiento e Motta.

Tomando como mote a dificuldade confessada pelo jornalista Marcio Moreira Alves em abordar a cultura que caracterizaria o campo político do Rio de Janeiro, os autores do artigo lançam mão, didática e sucintamente, de sua própria produção para elucidar não propriamente as marcas que o articulista não conseguia distinguir, mas as dinâmicas que conferiram essa singularidade ao Rio de Janeiro em relação às demais unidades da federação. À imagem comum de que as elites políticas cariocas e a parte do *demos* mais abertamente voltada para assuntos políticos cultivaram uma vocação nacional, negligenciando, assim, as questões locais, é contraposta uma narrativa bem informada que torna o quadro muito mais complexo, o que, de certa maneira, explica a dificuldade de compreendê-lo. Tomemos, rapidamente, as teses centrais defendidas em cada um dos trabalhos que o artigo sintetiza.

Em *Uma capital para a República*, Américo Freire procura reconstituir os debates travados, antes e durante a primeira Constituinte republicana, sobre a definição do perfil político e administrativo da nova capital. Confrontam-se, então, aqueles que advogavam a extensão do princípio da autonomia local à cidade que abrigaria o poder federal, sob a alegação de que qualquer iniciativa contrária representaria uma espoliação da cidadania dos cariocas, e os que defendiam a constituição do Distrito Federal como uma região neutra, de caráter puramente nacional. Na percepção desse segundo grupo, a autonomia do Distrito Federal poderia ter graves

consequências para a ordem política como um todo. Desse ponto de vista, parlamentares e membros do Executivo federal não teriam a estabilidade e a tranquilidade necessárias para lidar com as grandes questões de interesse nacional, caso estivessem, simultaneamente, à mercê de pressões e interesses de caráter local. Em apoio a essa tese, aparecia, também, a imagem largamente compartilhada da cidade do Rio de Janeiro, maior centro urbano do país, como um espaço de agitação, com suas massas buliçosas sempre inclinadas a promover rebeliões e perturbações da ordem pública.

A reconstituição histórica e a análise teórica de Freire revelam que a redução dos debates então travados ao mero confronto entre defensores da centralização política e federalistas radicais não dá conta desse caso específico. Do mesmo modo, fica patente que as consequências da decisão sobre a partilha do poder local têm tanta relevância para entendermos as motivações dos contendores quanto o confronto normativo sobre o modelo mais adequado de capital para um regime republicano.

A análise de Freire ganha interesse particular ao lançar mão de um recurso analítico compreensivelmente pouco utilizado por seus colegas: a análise comparada em âmbito internacional. O objeto permite, e mesmo reclama, tal estratégia. A experiência norte-americana, com a definição de Washington como território neutro, e a da Argentina, com adoção do mesmo modelo em Buenos Aires, funcionaram como referência para várias das intervenções que advogavam a neutralidade do Distrito Federal. Na análise de Freire, essas duas experiências são relevantes em função dos processos ocorridos em cada uma delas. No caso norte-americano, a despeito de algumas resistências que levaram, inclusive, a ações extremadas, a solução pela neutralidade acabou sendo adotada com uma boa margem de consenso. Na Argentina, contudo, a mesma solução só se dá após a intervenção armada do poder federal e a subjugação, pela força, daqueles que resistiam à definição de Buenos Aires como cidade neutra. Ao confrontar os dois modelos com o caso brasileiro, Freire nos põe a par das diferentes dinâmicas e da singularidade do processo brasileiro. Ao fim do primeiro ciclo de embates, o Rio de Janeiro teve sua autonomia manietada pela astúcia do legislador. O prefeito era nomeado pelo presidente da República, e a Câmara Municipal ficou fortemente limitada pelas prer-

rogativas do Senado e do Executivo federal.

É a partir dessa solução à brasileira que se configura o campo político na capital federal republicana. A solução inicial não estabiliza as paixões, nem faz desaparecer o ideal autonomista. Pelo contrário, ele é a principal bandeira de uma das maiores lideranças geradas pela política local: Pedro Ernesto. Em tese, o estudo de Sarmiento, *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*, é dedicado ao surgimento do Partido Autonomista do Rio de Janeiro. Não restam dúvidas de que o autor se desincumbe bem dessa tarefa, remontando, passo a passo, os debates travados em torno do ideal autonomista no Rio de Janeiro. Recupera a adesão a esse ideário pelo movimento tenentista e, o que seria mais relevante, sua adoção pela Aliança Liberal. Nos conturbados anos da década de 1920, o estatuto político da capital era, efetivamente, um ponto importante nos debates de âmbito local e nacional. Simultaneamente, Sarmiento acompanha a trajetória daquele que seria seu principal vocalizador no período em pauta.

A análise de Sarmiento evidencia a mistura entre ideais normativos e estratégias políticas que orientavam os atores nas diferentes conjunturas que então se sucediam com relativa rapidez. A ascensão de Pedro Ernesto à cena política local, seus vínculos com o Clube 3 de Outubro, sua simpatia pelo movimento da jovem oficialidade, sua proximidade de Vargas, sua popularidade nos subúrbios cariocas e sua liderança no processo de formação do novo partido, em 1933, parecem eclipsar todo o resto. Justiça seja feita, isso se deve muito mais à densidade do ator do que, propriamente, à escolha do analista. Durante os anos imediatamente posteriores à Revolução de 1930, Pedro Ernesto ocupa lugar central, inclusive nos acontecimentos de dimensões nacionais. Por um lado, procura cooptar os chefes políticos locais para o Partido Autonomista, na expectativa de agregar apoios junto às elites. Por outro, assume uma postura agressiva na incorporação de setores mais pobres para o novo partido, evidenciando a ambição de conferir sólida base popular a sua causa. Reforça, no âmbito partidário, a expectativa de ampliação do *demos*, o que lhe vale o desafeto de não poucos chefes que temiam pelo seu quinhão de poder, ameaçado pelos novos tempos.

A base teórica e o volume de informações manuseadas por Sarmiento livram-no da sedução pelas fórmulas fáceis, como a da associação de

Pedro Ernesto ao populismo ou a da mera celebração do líder popular. Evidencia, por outro lado, o protagonismo do médico pernambucano em um dos períodos mais fascinantes da história do Brasil republicano, tomando o Rio de Janeiro como cenário de embates que levariam a uma redefinição radical do quadro institucional brasileiro. Ao fim, o ideal autonomista é sufocado pelo fechamento de um regime que radicaliza a centralização e desliza para o autoritarismo. Nesse processo, o líder popular é levado à prisão e ao ostracismo político, arrastado pelas intrigas de chefes oligárquicos locais e pelo recrudescimento de um regime de força altamente elitista. Pedro Ernesto morre arruinado politicamente, mas ainda incensado pela população “buliçosa” da capital. O ideal autonomista permaneceu vivo, e incômodo.

O interesse pelas operações de engenharia institucional e sua combinação com a performance de grandes lideranças é, novamente, a marca que sobressai no estudo de Marly Silva da Motta, *Rio de Janeiro: de cidade capital a estado da Guanabara*. Como o próprio título indica, trata-se do estudo de uma outra importante passagem que reconfiguraria o campo político carioca, em uma operação que mobilizaria intensamente, de novo, lideranças nacionais e elites locais. Mais uma vez, trata-se de uma cuidadosa análise sobre as intervenções, os avanços e os recuos dos principais atores políticos na aparentemente interminável obra de engenharia institucional do Rio de Janeiro. Assim como ocorre no livro anteriormente comentado, no estudo de Motta, uma liderança ganha proporções gigantescas: Carlos Lacerda.

A ascensão de Lacerda no cenário carioca – da formação de seu perfil político até sua eleição para primeiro governador do novo estado da Guanabara – é reconstituída de forma criteriosa por Motta. Sua confissão da impaciência para a negociação política e sua vocação de tribuno são realçadas, sobretudo, nas conseqüências daí advindas para o processo político nos anos iniciais do novo estado. O interesse da análise, todavia, extrapola em muito a reconstrução da trajetória de Lacerda. As discussões em torno do encaminhamento a ser dado à criação do novo estado evidenciam o quanto cálculos políticos das elites locais e nacionais orientavam as propostas encaminhadas e os seus desdobramentos. As imbricadas relações entre essas duas esferas do poder, o reconhecimento de que o movi-

mento de um termo do intrincado móbile político fazia com que todas as demais peças igualmente se movimentassem, alterando o cenário geral, revelam o quanto foram complexas as articulações para a formação de um estado que, por fim, teve tão curta duração.

Na descrição de Motta, salta aos olhos o interesse com que o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, acompanha esse processo, procurando, inclusive, interferir no *timing* da definição institucional do novo estado. A própria dinâmica da transição de Distrito Federal para estado da federação se articula ao calendário político nacional, e rigorosamente todas as lideranças locais e nacionais procuram adequar umas às outras segundo seus próprios cálculos e estratégias. Enquanto governador da Guanabara e candidato potencial ao pleito federal previsto para 1965, Carlos Lacerda busca firmar a imagem de político empreendedor, “tocador de obras”, ocupado em administrar adequadamente o novo estado, sem abrir mão de seu perfil tradicional, de tribuno engajado nos grandes temas nacionais.

Em certo sentido, pode-se dizer que o cenário estudado por Motta antecipa aquele a que se dedicaram Ferreira e Grynszpan. O primeiro, por sua vez, pode ser encarado como a reatualização da “era Pedro Ernesto”, que, por seu turno, redimensiona os confrontos travados na criação de uma capital para a República. A julgar pelos capítulos iniciais dos livros de Freire e Sarmento aqui comentados, todo esse movimento de recuo poderia ser operado, retrospectivamente, até os tempos coloniais. Repetição do mesmo que se manifesta sempre diferentemente de si próprio. Não é gratuita, ao que parece, a perplexidade confessada por Marcio Moreira Alves, mote do artigo-síntese de Freire e Sarmento.

Gostaria de concluir esta análise sucinta aludindo, ainda que brevemente, aos estudos reunidos em livro, organizado por Sarmento (1999), sobre aquele que talvez tenha sido a personificação mais acabada e bem-sucedida do líder político local do Rio de Janeiro: Chagas Freitas. Provavelmente não é gratuito o fato de uma obra coletiva, com a participação de todos os membros da equipe, dedicar-se à ascensão e queda do habilidoso condutor da “política da bica d’água”. O relativo desinteresse pela trajetória desse personagem talvez se deva à dificuldade que temos em lidar com um padrão de liderança política que fere de morte nosso

ideal tocquevilleano de democracia liberal. Daí, talvez, a persistência de interpretações que, a despeito de seu valor explicativo, acabam, de tão repetidas, tornando-se meros adjetivos, o que reduz sensivelmente seu poder heurístico. Se não são retomadas criticamente, tais versões acabam servindo quase exclusivamente para qualificar dinâmicas políticas como meras manifestações de um suposto primarismo cívico das massas e/ou da fragilidade de nossas instituições representativas. Creio que as interpretações vigentes sobre o chaguismo se encaixam nesse caso, e os estudos do NEPRJ não avançam muito além dessa perspectiva consagrada, que reduz a ascendência de Chagas Freitas na política carioca a práticas clientelistas. Mesmo o trabalho posterior, e de maior fôlego, de Sarmiento (2002) avança de modo mais tímido do que poderia. Percebo nesses estudos uma qualidade e um problema. A reconstituição histórica revela um líder astuto, capaz de administrar uma máquina política eficaz, revelando invejável talento para se livrar de adversários e para tirar proveito das contingências históricas com que se depara. Por outro lado, o dado óbvio de que o auge do poder de Chagas coincide exatamente com a vigência do regime militar não parece ter merecido a devida atenção.

Temos, em cada obra analisada, a confirmação das cinco características anteriormente mencionadas como marcas dos estudos sobre Rio de Janeiro realizados no âmbito do NEPRJ. É evidente que elas se manifestam de maneiras e com ênfases diferenciadas. Não é perceptível no livro de Freire, por exemplo, a ascendência de qualquer liderança cuja trajetória se confunda com o processo analisado. Freire é, ainda, aquele que mais se dedica a investigações circunscritas à República Velha, enquanto os demais membros do grupo se orientam para períodos mais recentes. À medida que os recortes se aproximam mais do tempo presente, é mais constante o uso de recursos próprios da história oral. Fica evidente, à luz dessas análises, que a formação de um campo político propriamente local não somente foi da maior relevância como também é crucial para a devida compreensão do padrão de inserção das elites cariocas e fluminenses nos embates nacionais. O clássico debate sobre centralização e descentralização política no Brasil tem, no Rio de Janeiro, um campo fértil de investigação, e as pesquisas aqui discutidas souberam discernir adequadamente as implicações dessa singularidade. A obsessão factual tem um

rendimento surpreendente. Não é mera reificação dos “fatos”, mas, pelo contrário, ajuda, a despeito até mesmo do conforto do leitor, a dimensionar os meandros dos embates políticos no plano da rotina institucional. Daí a constatação do volume de variáveis que incidem sobre iniciativas que, vistas na superfície, aparentam relativa e enganosa transparência de propósitos e de valores.

Finalmente, cabe destacar que, embora não seja propriamente uma marca de distinção, a incorporação da dimensão simbólica nos estudos da política atravessa todos os trabalhos, concorrendo para uma interpretação sofisticada das intervenções dos atores políticos, sempre às voltas com as imagens do Rio de Janeiro (o antigo e o novo estado, bem como a cidade) construídas ao longo da história. Desse modo, embora a ênfase seja sempre voltada para os exercícios de engenharia política e institucional, as análises são sensíveis à centralidade das imagens, dos símbolos, das fantasias, enfim, que povoaram o campo político no Rio de Janeiro em suas mais variadas circunstâncias.

## **Conclusão**

Na apresentação de *Em busca da Idade de Ouro*, Marieta de Moraes Ferreira revela que uma das ambições de seu estudo é recuperar, dentro da historiografia, a autonomia do político como um campo privilegiado de estudos históricos. Buscava, assim, inscrever seu trabalho em uma corrente que ganhava corpo na historiografia e que dialogava criticamente com a vertente marxista, por um lado, e com a história social, por outro. Conscientemente ou não, estabelecia ali a inserção do CPDOC em uma tendência mais geral, formalizando, simultaneamente, um plano de trabalho para o futuro. O projeto ainda está em curso, mas creio que a ambição inicial já pode ser considerada bem-sucedida. Tomadas individualmente, as obras produzidas têm virtudes indiscutíveis e são leitura indispensável para pesquisadores e demais interessados no estudo do campo político. Quando tomadas em conjunto, elas revelam o grau de cooperação e de diálogo de uma verdadeira equipe de trabalho.

Atualmente, o NEPRJ faz parte de um projeto amplo que, com financiamento do Pronex, desenvolve uma pesquisa sobre o golpe de 1964 e o regime militar. Cabe ao núcleo a tarefa de analisar os desdobramentos



advindos do golpe no cenário político carioca. Compatível com o projeto original do núcleo, essa iniciativa revela que ainda há o que esperar dessa linha de pesquisa. Já por duas décadas, o NEPRJ tem contribuído, como procurei demonstrar, para a ampliação do debate político sobre o Rio de Janeiro, transbordando para muito além de suas fronteiras institucionais os resultados advindos das pesquisas ali realizadas. Um balanço mais completo do alcance dessa iniciativa, porém, fica por ser feito, em um futuro que talvez ainda esteja longínquo. Bom sinal.

João Trajano Sento-Sé é professor do Departamento de Ciências Sociais da UERJ.

## Notas

- 1) Ao longo do texto, passo a referir-me ao núcleo pela sigla NEPRJ.
- 2) No ano de 2002, a revista *Rio de Janeiro* foi relançada.
- 3) Também a tese de doutorado de Sílvia Pantoja (1995), defendida em momento em que esta não fazia mais parte dos quadros do CPDOC, teve sua origem na mesma pesquisa.

## Referência bibliográficas

- ARTES DA POLÍTICA: diálogo com Amaral Peixoto. Org. por CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D'ARAUJO, Maria Celina, e FLAKSMAN, Dora. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- BELOCH, Israel. 1986. *Capa preta e Lurdinha: Tenório e o povo da Baixada*. Niterói, Record (originalmente apresentado como dissertação de mestrado à UFF em 1984).
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). 1989. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro, Rio Fundo.
- \_\_\_\_\_. 1993. Rio de Janeiro contemporâneo: historiografia e fontes. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 36.
- \_\_\_\_\_. 1994. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro, UFRJ/ Tempo Brasileiro (originalmente apresentado como tese e doutorado à UFF em 1991).

- \_\_\_\_\_. e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. 1985. Fontes para o estudo da história do Rio de Janeiro na Primeira República. *BIB*. Rio de Janeiro, (20): 23-40.
- \_\_\_\_\_. e GRZYNSZPAN, Mario. 1994. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n. 28.
- FREIRE, Américo. 2000. *Uma capital para a República*. Rio de Janeiro, Revan.
- \_\_\_\_\_. e SARMENTO, Carlos Eduardo. 1999. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24.
- GOMES, Angela Maria de Castro (org.). 1980. *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_. e FERREIRA, Marieta de Moraes. 1987. Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro; novas perspectivas de análise. *BIB*. Rio de Janeiro, (24): 11-40.
- \_\_\_\_\_. e \_\_\_\_\_. 1989. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4.
- GONÇALVES, Marcela. 2002. O Rio de Janeiro não é um município qualquer. A fusão e a criação do novo estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, dissertação de mestrado.
- GRZYNSZPAN, Mario. 1987. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, MN-UFRJ, dissertação de mestrado.
- LEMOS, Renato. 1985. A implantação da ordem republicana no Estado do Rio. Niterói, UFF, dissertação de mestrado.
- MOTTA, Marly Silva da. 1999. Frente e verso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Rio de Janeiro: de cidade capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- PANTOJA, Sílvia. 1995. Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto. Niterói, UFF, tese de doutorado.
- SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). 1999. *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro, FGV.
- \_\_\_\_\_. 2001. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro, FGV.
- \_\_\_\_\_. 2002. Espelho partido da metrópole; Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, tese de doutorado.

## **Movimentos sociais e classes populares: uma linha de pesquisa subsidiária estratégica**

Ao perscrutar o excelente *site* do CPCOC na internet, o usuário pode se perguntar se a instituição tem algo de sistemático a oferecer no que diz respeito a acervo documental e pesquisa sobre movimentos sociais e classes populares, já que é informado de que a ênfase temática do Centro está focalizada nas elites políticas, na história institucional e no pensamento social brasileiro.<sup>1</sup>

Criado em 1973 como parte do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, e tendo como capital inicial o arquivo de Getúlio Vargas, o CPDOC logo se desenvolveu e se tornou um centro de documentação e pesquisa inédito no Brasil, pelo volume e a qualidade do acervo reunido e pelo desencadeamento de análises a partir desse imenso *corpus* empírico.<sup>2</sup> Tendo tido, de um lado, a oportunidade de reunir nas mãos de sua organizadora inicial, Celina Vargas do Amaral Peixoto, credibilidade e atratividade para a doação espontânea e prestigiosa de acervos pessoais de homens públicos da elite brasileira (frequentemente arreada à conservação da memória), e contando, de outro lado, com uma equipe proveniente das ciências sociais brasileiras, então em período de crescimento e profissionalização, o centro desde o início direcionou suas pesquisas para a história das elites políticas e as relações de poder a partir dos marcos iniciais da Revolução de 30 e da “implantação do sistema político pós-30”.<sup>3</sup> Além de trabalhar sobre os “arquivos privados de homens públicos”, criou também um Programa de História Oral em uma linha de

continuidade com seu acervo de documentos escritos, com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pelos arquivos e pela historiografia existente e assim complementar as informações através de esclarecimentos trazidos pelos depoimentos de testemunhas da época. Embora os objetivos explicitados do Programa de História Oral pudessem formalmente ou mesmo eventualmente incluir entrevistas com lideranças originárias das classes populares ou seus representantes, a ênfase recaía, aí também, nas elites políticas.<sup>4</sup>

Ao chamar a atenção para essa escolha, não estou querendo diminuir sua importância: a contribuição que o CPDOC trouxe para a história do Brasil contemporâneo centrada nas elites políticas, para a história institucional e para o pensamento social brasileiro já é por si só crucial e inestimável. Com a documentação reunida, com as entrevistas de história oral e com as linhas de pesquisa em diferentes temáticas conexas, o Centro veio preencher de forma sem igual as lacunas anteriores no estudo das elites brasileiras. Por isso mesmo, talvez, mal se possa deduzir a importância de uma parte do trabalho de sua equipe de pesquisadores para a análise dos movimentos sociais e das classes populares no Brasil.

É verdade que existem referências, nas entrelinhas das apresentações institucionais, à possibilidade de pesquisas com essas temáticas. Assim, referências a estudos sobre a implantação da legislação trabalhista, sobre o “movimento católico” e o “corporativismo”, e uma menção genérica à “classe operária”, ao lado do “Estado” e da “burguesia”, como temas importantes da configuração do processo político brasileiro nos estudos dos anos 1970, aparecem no balanço dos primeiros quatro anos do Centro publicado no *BIB* em 1977. Mesmo a apresentação mais recente da instituição no *site* da internet abre uma brecha para o estudo dos que fizeram oposição ao Estado, ou dos efeitos sociais da ação de organizações não-governamentais e governamentais em comunidades de baixa renda (sendo este último estudo parte de projeto que recebe apoio de agências de financiamento).<sup>5</sup> Mas o fato é que tais estudos relacionados a movimentos sociais e classes populares permanecem numa certa penumbra nessas apresentações institucionais, o que chama a atenção se pensarmos no trabalho neles investido desde os anos 1980 por pesquisadores do Centro, com reflexos na variante de entrevistas constantes do acervo de

história oral da instituição, e também com repercussões importantes nesse campo de estudos dentro das ciências sociais brasileiras.

A contribuição dos pesquisadores do CPDOC à temática dos movimentos sociais se dá de forma ampla, abrangendo um leque significativo de situações empíricas diversificadas, localizadas numa escala temporal que tem a ver com o reconhecimento da importância dos processos concretos analisados sob as lentes do campo intelectual das ciências sociais. Ela começa com a análise da implantação da legislação social do trabalho sob o ponto de vista de dois atores fundamentais, a burguesia industrial e comercial e os trabalhadores urbanos, uns diante dos outros e em face de um terceiro ator, o Estado brasileiro, no período entre o início da República e 1945. O estudo referente aos trabalhadores urbanos nesse período é um marco e um ponto de inflexão na literatura de ciências sociais sobre a questão.

A contribuição coletiva dos pesquisadores do Centro continua com o estudo dos debates parlamentares ocorridos entre 1930 e 1964 sobre as possibilidades de regular institucionalmente a questão agrária e em particular a reforma agrária, e avança focalizando os próprios trabalhadores rurais, a mobilização camponesa e a competição política no estado do Rio de Janeiro entre 1950 e 1964. Assim, tanto os trabalhadores urbanos quanto os trabalhadores rurais são estudados como protagonistas da questão social no Brasil. Mas também são pesquisados desde os velhos militantes sindicais atuantes na Primeira República e na Segunda, até a memória e a identidade dos militantes do Partido Comunista Brasileiro. Além do PCB, foi estudado o partido rival no que diz respeito à penetração nos sindicatos e na previdência social dos trabalhadores urbanos no período 1945-1964, a saber, o Partido Trabalhista Brasileiro. E, num período mais recente, uma parte mais atuante da Igreja católica junto aos trabalhadores foi analisada, através do depoimento de Dom Waldyr Calheiros, bispo da cidade industrial de Volta Redonda, assim como foi feita uma pesquisa sobre a repercussão da prática e da ação de organizações governamentais e não-governamentais nas favelas cariocas, e sobre como essa prática é representada e avaliada pelos moradores das próprias comunidades.

## **Dos arquivos das elites à questão social**

Antes de entrar em mais detalhes sobre esse amplo leque de estudos que tem trazido importantes contribuições nas temáticas associadas aos movimentos sociais, deve-se mencionar que a própria história das elites e das instituições traz repercussões da maior importância para o entendimento da vida da população trabalhadora. De fato, a apresentação e análise da documentação de Estado referente a aspectos da história institucional, na medida em que diz respeito diretamente à vida cotidiana e a movimentos sociais das classes populares, é fundamental para o estudo empírico detalhado de tais temáticas.

A compilação crítica do imenso material de arquivo, que consumiu produtivamente os primeiros 10 anos do CPDOC, já apresentava resultados importantes nos capítulos sobre temas ligados ao Ministério do Trabalho incluídos nos dois volumes organizados com base nos arquivos do Centro sobre a Revolução de 30, ou ainda nos capítulos relativos ao trabalho na recuperação do livro não publicado de Gustavo Capanema que fazia um balanço, em 1945, da obra do Estado Novo.<sup>6</sup> Outro exemplo é o livro de Dulce Pandolfi, *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política* (Recife, Massangana, 1984), sobre a construção do poder político de Agamenon Magalhães em Pernambuco e sua forte atuação sobre as condições de vida das classes populares, seja através de uma política de enfrentamento dos poderes políticos locais exercidos de fato por parte importante do patronato industrial sobre a esfera doméstica de seus trabalhadores, seja por seu apoio aos sindicatos formados após a legislação sindical de 1931, seja por sua atuação em programas de combate ao *mocambo*, segundo uma concepção ordenada da cidade.<sup>7</sup>

Posso também falar aqui como usuário do arquivo de Agamenon Magalhães quando da feitura de meu trabalho sobre a trajetória histórica das vilas operárias têxteis em Pernambuco. Fui guiado até ele através da leitura prévia do trabalho de Dulce Pandolfi, ainda sob a forma de dissertação, e pude então contextualizar e entender os enfrentamentos entre Agamenon e o patronato da indústria têxtil local no que diz respeito à aplicação da legislação trabalhista, à aplicação das leis de sindicalização, e ao poder patronal sobrepondo-se à autoridade pública local. Os enfrentamentos entre Agamenon e Frederico Lundgren, o patrão da Companhia

de Tecidos Paulista, maior fábrica têxtil de Pernambuco e uma das maiores do país nos anos 1940, ocupam uma parte importante da memória coletiva dos operários e ex-operários do município de Paulista, que tiveram suas vidas associadas à grandeza, à decadência e aos conflitos sociais ocorridos naquela fábrica.<sup>8</sup> Pude também compreender o período anterior e imediatamente posterior às transformações por que passaram as fábricas têxteis e seus operários no início dos anos 1930 através do Arquivo Público Estadual de Pernambuco com o auxílio do texto de Dulce Pandolfi, “Análise de diversos jornais pernambucanos e suas posições ideológicas” (Relatório interno de pesquisa, CPDOC-FGV, 1980).

Os materiais referentes aos anos 1930 arquivados no CPDOC também foram trabalhados pela pesquisadora Angela de Castro Gomes em sua dissertação de mestrado em ciência política, apresentada ao IUPERJ em 1979 e publicada no mesmo ano sob o título *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937* (Rio de Janeiro, Campus). Foram eles que, ao lado de outras fontes, compuseram sua base empírica no exame da “questão social no Brasil”, em particular do “processo de elaboração e implementação da legislação social” (p. 23). Mas a autora não se restringe à década que se segue à Revolução de 1930, embora esses anos constituam o ponto culminante daquele processo, pois enfatiza que a compreensão de toda a discussão sobre a questão deve referir-se a um período anterior, em que o tema foi levantado e debatido. Já nesse livro, Angela parece iniciar o caminho que será prolongado em sua tese de doutorado relativamente à comparação sistemática entre as décadas de 1920 e 30.<sup>9</sup> Entre essas duas décadas, com efeito, havia sido naturalizada entre historiadores e sociólogos uma barreira ligada tanto a uma superestimação das rupturas em detrimento das continuidades no dimensionamento da natureza empírica da transformação, quanto a especializações dos próprios historiadores em periodizações preestabelecidas. Atravessando a barreira das duas décadas, Angela pôde ver a importância da atuação da burguesia em defesa de seus interesses, embora a forma de sua atuação tivesse mudado de uma década para outra, corrigindo assim a minimização, corrente na literatura anterior, da atuação empresarial diante do Estado pós-30. A quebra analítica da barreira entre as duas décadas por Angela foi prontamente assinalada por Evaristo de Moraes Filho, prefaciador do

livro e observador direto do período, ele próprio um autor pioneiro na desconstrução da visão que privilegia o Estado pós-30 como único produtor das leis sociais e do sindicalismo.<sup>10</sup>

Evaristo é estimulado pelo livro que prefacia a tecer considerações sobre como uma lei instituída em 1923, a Lei Eloi Chaves, vai ter grande importância, de forma não prevista e quase despercebida, em toda a estrutura sindical montada após os anos 1930, chegando a ser incorporada à CLT em 1943. A gênese dessa medida esteve ligada à lei que regia o funcionamento da caixa previdenciária dos ferroviários, onde a estabilidade após os 10 anos de trabalho era um dispositivo de caráter contábil. Tal dispositivo, anterior à leva legislativa dos anos 1930, vai ser retomado tal e qual nas leis que regem as caixas de outras categorias profissionais, como a dos bancários ou a dos marítimos, e vai ser retomado também, nos mesmos termos, na CLT. Ele consagra e faz desse instrumento de estabilidade previdenciária o instrumento de uma estabilidade mais geral, sustentando talvez a implantação de uma organização sindical que os redatores das leis viam como antídoto a uma “falta de solidariedade” e a uma insuficiente propensão à associação que seria, segundo esses juristas e pensadores sociais, intrínseca ao povo brasileiro. Evaristo dá assim uma ilustração de fenômenos históricos para os quais Max Weber e depois Norbert Elias chamavam a atenção, apontando para os desenvolvimentos históricos “cegos”, processos históricos inintencionais. Essa ilustração de uma lei que “fura” a “barreira” entre as duas décadas e vai se instalar, quieta, na CLT, compondo o estatuto da estabilidade adquirida após 10 anos de serviço, vai ter importância para a estrutura de delegados sindicais do movimento operário entre 1945 e 1964, e dali só será desalojada pela introdução do FGTS em 1966. Os testemunhos e contribuições de observações pessoais que recheiam o prefácio são estimulados pela surpresa e encantamento com o trato rigoroso e revelador dado pela autora do livro ao material empírico, manuseio característico de uma nova geração de historiadores e cientistas sociais que o ex-diretor da experiência (interrompida pela repressão pós-64) do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ tem diante dos olhos – esse produto da nova pós-graduação em ciências sociais e da nova investigação histórica incorporada por pesquisadores de uma instituição singular como o CPDOC.



*Burguesia e trabalho* vinha assim, ao mostrar a forte participação de setores da burguesia urbana da indústria e do comércio no processo de regulamentação do mercado de trabalho no Brasil, preencher uma importante lacuna nos estudos até então existentes sobre o tema, mais preocupados com a reconstituição da presença do movimento operário e do papel estratégico do Estado, deixando de fora o terceiro vértice do triângulo que compunha a “questão social”: o empresariado, que tinha na questão enorme interesse e, por conseqüência, poder de influência. Os resultados da pesquisa, inspirados em artigo de Wanderley Guilherme dos Santos, são de extrema relevância para iluminar vários processos históricos sucessivos de tentativas de implantação de leis sociais: a capacidade que tem essa parcela da burguesia de exercer seu “poder de veto”, mais que seu “poder de iniciativa”, freando o ritmo de implantação da política social e reapropriando-se dela, através da adaptação das soluções finais encontradas a parte ponderável de seus interesses.

É através desse “poder de veto” que as frações comercial e industrial (e mesmo a agrária, digo eu) da burguesia, que mantêm entre si algumas divergências de interesses econômicos, unem-se como um bloco diante das ameaças dos trabalhadores associados ou do Estado que se pretende social. Na década de 1920, a burguesia consegue paralisar completamente as iniciativas parlamentares que iam no sentido das demandas dos movimentos de trabalhadores, inviabilizando as políticas sociais esboçadas. Já nos anos 1930, diante de uma política social configurada e implementada pelo Estado, fortalecido por um movimento revolucionário que fornecia um certo ímpeto, investido de recursos de poder de caráter excepcional para a efetivação das medidas propostas, equipado por um novo aparelho de Estado em constituição, e diante também da pressão de um operariado revitalizado nos primeiros anos da década, a burguesia tem seu “poder de veto” enfraquecido. E ela vai então tentar minimizar os custos econômicos da aplicação das leis sociais, assim como reduzir o poder de controle que o Estado tem sobre as empresas. Assim, se a burguesia “perdeu” com a implantação da legislação trabalhista e social, ela, no entanto, soube resistir e reduzir o alcance efetivo desses novos direitos e benefícios. Por outro lado, adaptando-se ao projeto corporativo posto em andamento pela equipe governamental, beneficiou-se da tutela do Estado sobre o movimento

operário, desvincilhando-se “dos custos econômicos e ‘morais’ de um confronto direto com os sindicatos”. A burguesia conseguiu, além disso, um tratamento privilegiado para seu próprio “enquadramento sindical”, fazendo permanecer, ao lado dos sindicatos patronais, outro esquema associativo, do período anterior, aceito e reconhecido pelas autoridades.

Esses resultados, fruto da pesquisa nas instâncias de representação nacionais da indústria e do comércio, se verificam e fornecem mesmo um modelo para a análise de desenvolvimentos históricos setoriais e regionais. Pude verificar esse poder de resistência e de veto analisado em *Burguesia e trabalho* ao estudar a burguesia têxtil em nível nacional relativamente às políticas sociais em implantação, seguindo as pegadas de Stanley Stein e examinando o rico e abandonado acervo do Centro Industrial de Fiação de Tecelagem de Algodão, CIFTA-RJ, uma dessas associações paralelas ao sindicato patronal, que teve tratamento diferenciado do Estado no seu enquadramento sindical e que, sendo a associação patronal do Rio, Distrito Federal, concentrava os interesses e a correspondência dos centros e das indústrias regionais e locais em suas demandas junto ao governo central. Pude acompanhar através de diversos arquivos, e principalmente através da memória coletiva de velhos operários, as formas carismáticas e espetaculares de vários episódios da resistência de alguns patrões, que ocupavam posições extremas no campo das fábricas têxteis em nível nacional no que se refere ao poder autárquico por eles exercido sobre a população local: a ordem para queimar nas caldeiras da fábrica as carteiras de trabalho recém-emitidas e distribuídas através do sindicato, ou a convocação dos operários ao pátio da empresa para ouvirem, perfilados, ameaças de demissão daqueles que se recusassem a assinar uma petição contra a implantação do salário mínimo, que supostamente faria falir a fábrica e acabaria com seu esquema de pagamento do somatório de salários para vários membros da mesma família de empregados. Pude acompanhar também a progressiva, porém tardia aceitação patronal do sindicato operário, mesmo se os direitos trabalhistas e sociais fossem particularmente desrespeitados nesse segmento do campo, como compensação a outros benefícios “não monetários” fornecidos pela tradição patronal local (fornecimento de casas da vila operária, acesso a roçados, preços administrados na feira, auxílio a associações de danças e folgedos

assim como a clubes esportivos etc.).

Se, em *Burguesia e trabalho*, Angela Gomes já prenunciava o desdobramento do horizonte da “questão social”, então examinada pelo lado patronal, para o ponto de vista dos trabalhadores, ela o faz efetivamente oito anos depois em *A invenção do trabalhismo*. Nessa segunda fase de uma obra maior, Angela tem por objetivo, num sentido restrito, estudar a gênese do Partido Trabalhista Brasileiro criado por Getúlio Vargas e sua equipe no fim do Estado Novo (1942-1945). Mas, se relata minuciosamente esse momento de formação, uma conjuntura política específica que condicionará pelo menos os 20 anos seguintes, a autora o faz também em relação a todo o período anterior a 1930, de movimento sindical independente, e ao período crucial entre 1930 e 1941. Nesse sentido, o *trabalhismo* do título do livro deixa de se atrelar à forma PTB e exprime uma relação mais ampla dos trabalhadores com o Estado e sua interpretação dos direitos trabalhistas e sociais (assim como pode abranger os técnicos governamentais do Ministério do Trabalho e da Previdência que são os intermediários nessa relação). Angela aprofunda a historiografia do movimento operário centrado no Rio de Janeiro e traz, pelo viés da história oral, um novo material: as biografias de militantes operários do período anterior aos anos 1940, que são incorporadas em *A invenção do trabalhismo*, e que também são publicadas em *Velhos militantes*, volume por ela organizado.<sup>11</sup>

Além das contribuições analíticas detalhadas relativas ao material historiográfico trabalhado, a originalidade principal de Angela consiste na aproximação feita entre dois períodos históricos tratados como opostos (cuja ruptura é a década de 1930) por toda a literatura anterior: o sucesso mesmo do projeto estatal construído no início dos anos 1940 poderia ser melhor compreendido quando se sabe que ele se apropria de inúmeros aspectos do discurso articulado pelos líderes operários do início do século – elementos importantes da identidade construída por esses trabalhadores, em particular uma ética do trabalho – dando-lhes, no entanto, outros significados num outro contexto discursivo e político. Aqui ela aprofunda e desenvolve um resultado do livro anterior – a passagem pela “barreira” naturalizada interposta entre as décadas de 1920 e de 30, sem a qual o mistério da transformação e da continuidade do comportamento dos tra-

balhadores diante da legislação trabalhista e social permaneceria ainda vigente na literatura.

Esses dois períodos são tomados como momentos de um processo histórico de formação de um ator político, mesmo se cada período produz lógicas práticas diferentes entre os trabalhadores. A uma “lógica da solidariedade”, constituída por lutas contra um patronato rígido e um Estado liberal que exclui os operários, no primeiro período, se opõe, no segundo, uma “lógica da reciprocidade” construída pelo processo de incorporação política dos trabalhadores, controlado pelo Estado. Este último inculca a idéia de uma dívida e exige seu reembolso em contrapartida da outorga de direitos. Mas isto é feito de forma a mascarar o fato de que esses direitos constituíam o objeto de lutas anteriores. Aqui, os implementadores da ação estatal têm a felicidade de se ver como mediadores de recursos diversos entre os trabalhadores – que podem obter direitos em troca de um cerceamento de sua autonomia associativa – e os empresários – que, como se viu no livro anterior, em troca da resignação à implantação de direitos sociais, obtêm a tutela da organização sindical dos trabalhadores – no interior de um sistema que a esse respeito se complementa melhor que a intenção dos formuladores governamentais.

A autora trabalha sobre os discursos heterogêneos e pluralistas das associações autônomas dos trabalhadores no primeiro período, e sobre o discurso oficial do Estado entre 1942 e 1945. Os dois períodos têm em comum um discurso de valorização do trabalho e dos trabalhadores, a constituição de uma ética do trabalho. A aceitação pelos trabalhadores do controle do Estado sobre sua cidadania passa pela apropriação, pelo governo Vargas, do discurso anterior transfigurado. Os dois períodos são assim tratados como duas tradições que contribuíram para a constituição dos trabalhadores como atores políticos.

Não é à toa que a autora inspira-se no historiador social inglês E. P. Thompson ou no historiador cultural norte-americano William Sewell Jr., que enfatizaram as tradições mais heterogêneas e surpreendentes (dos artesãos radicais londrinos autodidatas e iluministas aos trabalhadores metodistas, passando pelos trabalhadores rurais e por artesãos ludditas, na Inglaterra, e das ordens artesanais vistas como de Antigo Regime, em pleno período pós-revolucionário, no caso francês) na formação da cul-

tura e da identidade das classes trabalhadoras da Inglaterra e da França. Por que não poderia a classe trabalhadora brasileira conjugar um período de mobilização autônoma de sindicatos nas grandes cidades no início do século com um período de expansão da sindicalização impulsionada pelo Estado, abarcando novos setores de trabalhadores antes sob a tutela patronal e alcançando todos os domínios de sua vida? Principalmente se alguns desses trabalhadores puderam sobreviver à brusca mudança de gerações, ocasionada por grandes transformações, puderam passar pelos dois períodos e ter uma vivência coerente, lastreada em sua experiência coletiva, como é o caso dos velhos militantes que Angela e equipe puderam e souberam encontrar. Não foi por acaso que Angela inspirou-se também em Marcel Mauss e seu ensaio sobre o dom, assim como em Marshall Sahlins, para o entendimento das trocas simbólicas entre os trabalhadores e o Estado, dada a tradição e a linguagem anterior da ética do trabalho incorporada como denominador comum para as negociações.

Cabe aqui observar a fecundidade heurística que *A invenção do trabalhismo* encerra – pelo domínio de fontes documentais diversificadas, pela incorporação das interpretações e do sentimento vivido pelos informantes trabalhadores, pelo controle da literatura das diferentes disciplinas das ciências sociais e pela priorização analítica de algumas de suas subdisciplinas, nem sempre as mais esperadas. É isso, aliás, o que acontece mais geralmente com o trabalho do conjunto de pesquisadores do CPDOC, que se defrontam com fontes e projetos de pesquisa epistemologicamente diferenciados.<sup>12</sup> A confrontação constante entre a construção de acervos documentais e o uso de entrevistas de história oral é o foco de uma fecundação permanente, que resulta numa multiplicidade de artigos e produtos de alcance metodológico substantivo nos dois pólos de produção empírica da instituição.<sup>13</sup>

Os dois livros de Angela de Castro Gomes alcançaram renome nacional e internacional na produção especializada. Para ficar em apenas alguns, menciono o artigo que fiz sobre a história do sindicalismo brasileiro para um público francês, em que foi dado um lugar estratégico na bibliografia disponível sobre a história do trabalho, pelas razões já expostas aqui, a *Invenção do trabalhismo*.<sup>14</sup> Também não é por acaso que o historiador do trabalho John D. French inicia e encerra seu importante livro *Afogados*

em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros (São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001) com citações, favoráveis à sua argumentação, dos dois livros de Angela.<sup>15</sup> Além disso, esses dois livros estão permanentemente indicados na bibliografia de referência para o acesso de candidatos à pós-graduação de história social do trabalho da Universidade de Campinas (tomada apenas como exemplo entre outros centros universitários, de história e ciências sociais, de graduação e de pós, que eventualmente indicam esses livros), o que aumenta seu conhecimento entre as novas gerações.<sup>16</sup>

### **A questão agrária**

Se a “questão social” foi analisada pelos pesquisadores do CPDOC no que diz respeito à burguesia e aos trabalhadores urbanos, ela também o foi no que diz respeito à área rural, à questão agrária. Tais estudos iniciaram-se com Aspásia Camargo, que antes de sua entrada no CPDOC já havia escrito a tese de doutorado *Brésil nord-est: mouvement paysan et crise populiste* na Universidade de Paris, em 1973. Nesse trabalho, Aspásia, além de lidar com fontes bibliográficas e documentais escritas, teve acesso a entrevistas com ex-dirigentes exilados das Ligas Camponesas no exterior. No CPDOC, Aspásia foi uma das primeiras incentivadoras do Programa de História Oral, tendo participação destacada na produção de depoimentos de homens públicos da elite política brasileira, mas também entrevistou dirigentes camponeses para o acervo do Centro, como foi o caso de Francisco Julião. E no decorrer da segunda metade dos anos 1970 fez, com base em extenso levantamento, importante análise dos debates ocorridos no Congresso Nacional, em instituições governamentais e em entidades representativas sobre os diferentes projetos e discussões acerca da reforma agrária. Esse trabalho resultou na publicação do extenso artigo “A questão agrária: crise de poder e reformas de base”, em *O Brasil republicano*, organizado por Boris Fausto (tomo 3, vol. 3 da *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1981). Entre inúmeras atividades, Aspásia foi orientadora da dissertação de Dulce Pandolfi, defendida no IUPERJ, que resultou no livro *Pernambuco de Agamenon Magalhães*, assim como foi orientadora de estágio, no CPDOC, de Mario Grynszpan, que trabalhou nas suas pesquisas sobre a questão agrária no Brasil.

Mario Grynspan prosseguiu nessa vertente da questão social no mundo rural brasileiro com sua importante dissertação de mestrado realizada na Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ, “Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)”, defendida em 1987, e posteriormente com o artigo “Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República” em livro coletivo do CPDOC fartamente ilustrado, destinado a um círculo de leitores mais amplo que o acadêmico (Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e Verena Alberti orgs. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002).<sup>17</sup>

Em seu trabalho sobre mobilização camponesa no Estado do Rio, Mario continua a desenvolver a qualidade da interdisciplinaridade existente na equipe do CPDOC, ao unir sua formação de historiador com a de antropólogo para desvendar o processo histórico de mobilização camponesa que se dá no Estado do Rio entre 1950 e 1964, noticiado, mas não estudado, ao contrário da mobilização que se passa no mesmo período no Nordeste, particularmente em Pernambuco e na Paraíba.<sup>18</sup> Motivado pelo desafio de pesquisa, lançado por Moacir Palmeira, de fazer a análise da participação do campesinato na grande política – até então geralmente deixada, numa divisão do trabalho intelectual naturalizada e inconsciente, para cientistas políticos e historiadores políticos, que buscavam a possibilidade duvidosa de uma ação de classe do campesinato –, sem deixar de incorporar os aspectos específicos da organização social camponesa estudada na tradição da literatura antropológica, Mario vai se lançar no caso favorável do Rio de Janeiro, onde havia indícios de que a mobilização camponesa vinha acompanhada de uma disputa político-partidária externa intensa. O autor orientava-se assim pelo desvendamento do aparente paradoxo de “como as relações políticas podem moldar a identidade social de uma classe excluída da política, ou de como uma classe excluída da política pode ser objeto de ações e disputas políticas”. O Estado do Rio que presenciou, entre 1950, início do processo de reconhecimento político do campesinato, e as vésperas de 1964, quando se exacerba a competição entre forças políticas atraídas desde o crescimento da presença camponesa na década anterior, parece propício a dialogar com tal paradoxo.

O trabalho foi feito com a utilização de dois tipos principais de fon-

tes, os periódicos de época (*Luta Democrática, Última Hora, Terra Livre, Novos Rumos, Imprensa Popular, O Semanário, Liga, Correio da Manhã, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil*) e entrevistas com líderes camponeses, assessores, ativistas, militantes, técnicos e políticos, expressando as forças em presença na competição política, com todas as dificuldades de achar os entrevistados relevantes muito tempo depois, dispersos e muitas vezes não receptivos a entrevistas diante das repercussões negativas de sua inserção política anterior num período autoritário recente.

A mobilização camponesa só foi possível em decorrência da quebra da dominação tradicional do campesinato da Baixada Fluminense e da área rural situada na hoje área metropolitana do Rio de Janeiro. Com a valorização das terras, os despejos de lavradores e o aparecimento de grileiros, deslegitimando a dominação tradicional, foi sendo desnaturalizada a inevitabilidade da expulsão da terra, vista então como arbitrária. A essa quebra da dominação tradicional juntou-se a palavra herética de militantes comunistas, que chegavam de fora ao campo para intensificar o trabalho de organização política dos camponeses em fins dos anos 1940. A partir da Baixada se irradiaram para outras áreas as associações de lavradores do Estado do Rio, criadas sempre em áreas de luta, por lavradores em luta, os posseiros. Essa constituição de grupos camponeses em função de um conflito e de uma ocupação de terra, com a sua atração de famílias de parentes e assim por diante, na perspectiva da obtenção de um lote, acabou atraindo outros atores políticos interessados em se beneficiar do capital político adquirido por tais grupos camponeses em luta e aumentou sua influência política. A politização da questão agrária acabou por levar políticos de diferentes posições no espectro político-ideológico a assumir posturas tidas até então como de grupos de esquerda, incluindo em sua pauta temas malditos como a reforma agrária. Roberto Silveira (então governador do Estado do Rio), Tenório Cavalcanti, círculos operários católicos, proprietários conservadores, foram alguns dos atores presentes em torno da mobilização camponesa do início dos anos 1960. E assim, Mario demonstra como, no caso das lutas camponesas no Estado do Rio, a explicação da mobilização não pode ser pensada unicamente entre uma organização camponesa e uma base, mas sim deve ser levado em conta um complexo conjunto de relações e tomadas de posições.



### **Militância política e Igreja Católica**

Os militantes ou ativistas comunistas, que apareceram como oposição ao trabalhismo sindical urbano nos trabalhos sobre anos 1920-40 anteriormente examinados, ou os militantes próximos dos camponeses em luta pela terra (no Estado do Rio) ou pela extensão dos direitos trabalhistas (organizadores de sindicatos de trabalhadores rurais no Nordeste), ou ainda aqueles que, procurando organizar sindicatos de trabalhadores urbanos nos anos 1930 e 40 em Pernambuco, freqüentemente fizeram oposição e por vezes alianças com os seguidores operários de Agamenon Magalhães, afinal tiveram a oportunidade de aparecer plenamente no livro *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995) de Dulce Pandolfi, inicialmente tese de doutorado defendida no ano anterior no Programa de História da UFF. Mas durante a realização da pesquisa o PCB entrou numa crise pronunciada, de forma que o livro acabou assumindo o ponto de vista da crise e do desaparecimento do objeto, e tendo que analisar o processo de construção da identidade do PCB, elaborada ao longo do tempo e agora mais ameaçada. Por isso, em vez de fazer um trabalho de história política, a opção da autora foi a de privilegiar as interpretações feitas pelo PCB a respeito de sua própria história, as representações dos comunistas sobre o seu próprio passado.

Inspirada por Halbwachs, Pollak, Nora e Lavabre, a autora optou por trabalhar com as diversas formas de manifestação da memória, fazendo uso tanto da “história oficial” quanto da memória comum, e mesmo da interpretação dos silêncios, daqueles que de alguma maneira vivenciaram juntos partes de uma mesma história.<sup>19</sup> Ela procedeu ouvindo, assim, não só os representantes autorizados e os militantes, mas também aqueles considerados “divergentes” ou “renegados”. A memória coletiva do PCB foi dessa forma percebida como resultante de uma interação de múltiplas formas de produção da memória e das diversas formas de manifestação dessas representações, muitas vezes conflituosas entre si. Dulce percorre, com o cuidado de apreender essa multiplicidade de pontos de vista no interior do amplo leque que compõe a *cultura comunista*, marcos temporais selecionados pelos próprios *nativos* como importantes (mesmo

se alguns são vistos negativamente), como a fundação do partido em 1922, as revoltas de 1935, a entrada de Prestes na secretaria geral do partido nos anos 1940, o manifesto de agosto de 1950, a declaração de março de 1958, a radicalização no pré-64, o VI Congresso de 1967, assim como a agonia do partido nos anos 1980 e 90, coincidindo com o crescimento do PT, e finalmente com a queda do regime soviético. É esse último período de crise que dá o ponto de vista de balanço mais distanciado de uma identidade multifacetada em desaparecimento ou forte transformação, que possui o livro, podendo ao mesmo tempo transmitir os dramas pessoais e coletivos de fortes engajamentos e de não menos fortes contradições e conflitos, com sensibilidade e empatia (às quais não é estranha a própria vivência utópica e dramática de Dulce nos anos 1960 e 70), e ao mesmo tempo fazer a avaliação da distância entre intenções e resultados. Percorrendo de forma não linear, mas por episódios significativos, 70 anos de história do PCB, Dulce aponta os fortes traços de continuidade, mas também os fortes elementos de ruptura.

A mesma autora pôde participar também, com Célia Maria Leite Costa e Kenneth Serbin, da organização do livro *O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros* (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001), resultado de um depoimento oral de 15 horas para o CPDOC, e de uma convivência de oito meses dos pesquisadores com esse bispo que dedicou 30 anos de sua vida religiosa ao serviço das classes populares em uma diocese predominantemente operária. Além de abrir para o CPDOC a oportunidade de trabalhar pela primeira vez com o depoimento de um representante da Igreja Católica em seu acervo de história oral, cobrindo de forma representativa a história da chamada Igreja progressista brasileira nos últimos 40 anos, esse livro é um documento extraordinário para a compreensão do que se passou com uma população trabalhadora de forte presença simbólica na história da indústria brasileira. O livro entremeia o contexto mais geral da constituição histórica da participação da Igreja (e forças ecumênicas) na questão social brasileira e, em particular, na resistência ao regime militar, e a experiência dessa diocese centrada em plena área de segurança nacional e nas cercanias da maior siderúrgica brasileira em número de operários, a CSN. Além do enorme interesse na trajetória de Dom Waldyr, desde sua infância e seus tempos de seminário

em Alagoas, desde sua formação em teologia no Rio de Janeiro e suas primeiras experiências de padre em paróquia da Zona Norte carioca, é na sua experiência de bispo de Volta Redonda que ele vivencia diretamente episódios da maior importância, na relação da Igreja com o regime militar. Pois ao nível local estavam se desenrolando embates de repercussão nacional entre a Igreja, militantes sindicais, cidadãos das Comunidades Eclesiais de Base, de um lado, e as autoridades do regime militar, de outro. Também o depoimento de Dom Waldyr é central na compreensão do processo de democratização conflituoso que se passa entre a fábrica estatal e o sindicato de trabalhadores, o qual, influenciado pelos movimentos de renovação sindical com as greves desencadeadas a partir de 1978, potencializa a associatividade da cidade em torno de conflitos trabalhistas por melhorias de salário e de condições de trabalho. A descrição dos acontecimentos e dos bastidores do drama social de grandes proporções em torno da greve de 1988 na CSN, assim como o processo posterior de esgotamento do ciclo de greves e as pressões do governo e da companhia pela privatização da siderúrgica no início dos anos 1990 são outros episódios significativos de seu depoimento. Ao trabalhar numa pesquisa sobre um processo histórico de “ambientalização” dos conflitos sociais em Volta Redonda desde os anos 1990, eu mesmo pude constatar a centralidade exercida pela diocese na rica vida associativa local.<sup>20</sup>

Por outro lado, a feitura do livro *CSN, um sonho feito de aço e ousadia* (Rio de Janeiro, Iarte, 2000), coordenado por Regina da Luz Moreira, com a participação de pesquisadores do CPDOC nas entrevistas com diretores e ex-funcionários da CSN e na redação de capítulos, oferece aos usuários uma descrição histórica do conjunto da trajetória da siderúrgica que é bastante útil para a contextualização dos dramas sociais que se passaram na fábrica e na cidade de Volta Redonda.<sup>21</sup>

O CPDOC tem trabalhado numa linha de projetos de consultoria para a realização de histórias institucionais, como é o caso do livro acima mencionado sobre a CSN. Apesar de financiados pela instituição a ser documentada e historicizada, esses projetos têm procurado preservar um procedimento de autonomia científica na produção de seus resultados. É o que se pode comprovar na leitura da história da CSN.

## **A fala da favela**

Também tem sido desenvolvida no CPDOC uma linha de pesquisa voltada para o estudo das condições de vida das populações pobres urbanas.<sup>22</sup> Nesse contexto, foi realizado entre 2000 e 2002, por Dulce Pandolfi e Mario Grynspan, o projeto “Um estudo dos efeitos das ações de organizações governamentais e não-governamentais em comunidades de baixa renda”. Tendo por objetivo analisar os efeitos dos projetos e ações sociais desenvolvidos em comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro tanto pelo poder público, quanto por organizações não-governamentais, a ênfase da pesquisa recaiu nas ações voltadas para a difusão e a consolidação da cidadania. Os pesquisadores também ouviram as comunidades, registrando a sua percepção dos projetos estudados.<sup>23</sup>

A pesquisa foi realizada no morro da Formiga, no complexo da Maré e na Rocinha. A principal semelhança entre essas áreas era a existência de uma concentração considerável de ações do poder público e de ONGs. Um dos resultados da pesquisa foi relativizar a idéia de favela e a própria noção de comunidade. Além de romper com pressupostos que informam as visões correntes acerca dessas áreas, como o da sua homogeneidade marcada exclusivamente pela pobreza, pela precariedade, pelo abandono, pela violência, os autores enfatizaram a sua complexidade e diversidade. Por outro lado, Dulce e Mario mostram como esses mesmos supostos tornam-se, em determinados contextos, objeto de disputa de associações, ONGs, poder público e outros atores.

A pesquisa também contribuiu para estimular a discussão sobre uma oposição hoje referida de forma recorrente nas comunidades: a de ONGs de dentro em oposição a ONGs de fora. Essa questão colocou-se quando foi realizado um estudo mais específico sobre dois casos de ação social em favelas: o Balcão de Direitos, do movimento Viva Rio, e o CEASM, ONG de atuação circunscrita à área da Maré. Enquanto o Balcão representaria um projeto de uma grande ONG de fora das favelas, mas com atuação sistemática em várias delas, o CEASM seria uma organização surgida no interior de uma comunidade, formada na sua totalidade por moradores ou ex-moradores locais. A discussão sobre essa oposição, sobre as diferenças existentes entre os projetos, os agentes e as formas de ação de uma e de outra organização, revela-se fundamental quando se observa um processo

de formação de ONGs a partir das próprias favelas, com o suposto de que, conhecendo mais profundamente suas áreas, seus problemas e suas necessidades, reuniriam melhores condições para nelas atuar. A questão que se coloca, todavia, é a de quais seriam as condições efetivas de geração de projetos, captação de recursos e sustentabilidade dessas organizações. Por outro lado, uma questão incontornável é a da violência. Uma larga parcela dos projetos que se constituíam em objeto central do estudo buscava uma redução dos níveis de violência pela ampliação das áreas de cidadania, de acesso à justiça e de apropriação dos direitos.

O estudo de Dulce e Mario mostra como os dados sobre o tema da presença de órgãos governamentais e não-governamentais são escassos e, quando existem, não estão sistematizados, não são de fácil acesso e, muitas vezes, são bastante contraditórios. As dificuldades aumentam pelo fato de não existir uma instituição que centralize informações ou que reúna dados, documentos, pesquisas e estudos produzidos sobre o tema. As comunidades também não possuem um cadastro das diversas atividades que são ali desenvolvidas. Pelo lado das instituições do poder público e das ONGs, os autores mostram como há um certo desconhecimento das ações que uma outra entidade desenvolve numa mesma comunidade.

A partir da construção de uma rede de sociabilidade no interior das favelas, iniciada a partir contatos preestabelecidos, os autores coletaram depoimentos. Foi formado um banco de dados de histórias de vida com quase cem horas de gravação com um universo mais amplo que as principais lideranças da Rocinha, do complexo da Maré e do morro da Formiga, sendo o conjunto de entrevistas um dos principais resultados da pesquisa. Esse banco de entrevistas constitui um importante acervo disponível aos estudiosos, ao público interessado em geral e aos próprios membros das comunidades. Esse acervo poderá ser o início de um banco de memória oral das comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. Um livro, *A favela fala*, com 12 depoimentos selecionados, introduzido pelos coordenadores da pesquisa, estava em vias de publicação quando escrevi este artigo. O estudo recente de Mario Grynspan e Dulce Pandolfi traz contribuições importantes ao vasto campo de estudos sobre a favela, sobretudo no que diz respeito à rede tecida entre comunidades, ONGs e trabalhos assistenciais e associativos locais, numa imbricação e potenciali-

zação mútuas entre grupos locais e trabalhos sociais externos.

Assim, dos depoimentos dos “velhos militantes”, urbanos e rurais, à nova “fala da favela”, o CPDOC não cessa de aumentar seu acervo de documentação escrita e oral, e suas linhas de pesquisa, envolvendo temáticas ligadas a movimentos sociais e às condições de vida das classes populares. Essa diversificação, dentro da continuidade, de uma linha de pesquisa subsidiária à ênfase principal da instituição, voltada para as elites políticas, torna-se cada vez mais importante, e tem acompanhado as necessidades e as demandas por memória e por identidade social das classes populares brasileiras em suas dramáticas formas de reprodução social e transformação.

José Sergio Leite Lopes é professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ.

## Notas

1) “Desde a criação do CPDOC, algumas linhas de investigação vêm sendo desenvolvidas e permanecem como pontos de referência e identidade de seus grupos de pesquisadores. Elites políticas, história institucional e pensamento social brasileiro são áreas de interesse que se mantêm, quer como escolhas intelectuais dos profissionais da casa, quer como projetos institucionais que recebem apoio de diferentes agências de financiamento. Essas grandes áreas desdobram-se em outros recortes de pesquisa, que incluem como objetos de estudo biografias, intelectuais, educação e matrizes institucionais de políticas públicas, sempre na perspectiva multidisciplinar que o CPDOC tradicionalmente vem adotando, e que se reflete em uma equipe de pesquisadores de distinta extração no mundo acadêmico e intelectual”. Cf. O que é o CPDOC – Histórico, in [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br).

2) Veja-se o balanço institucional do CPDOC apresentado no segundo número do *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, em 1977 (p. 5-10), pelo qual se pode avaliar o enorme crescimento da instituição em apenas quatro anos: de um pesquisador, um documentalista e quatro estagiários no seu

momento inicial, o Centro passou a contar com cerca de 80 pesquisadores e estagiários. Segundo novo balanço institucional publicado no *BIB* em 1981, o acervo inicial do setor de documentação do CPDOC, constituído a partir da doação dos arquivos de Getúlio Vargas, em julho de 1973, e de Osvaldo Aranha, em outubro do mesmo ano, perfazia um total de aproximadamente 110 mil documentos e absorveu os técnicos responsáveis por sua organização durante dois anos. Cf. Célia Camargo de Simone, in *BIB*, n. 12, 1981, p. 41-48.

3) Cf. *BIB*, n. 2, 1977, p. 6.

4) “O projeto partiu, naturalmente, da definição e escolha dos possíveis depoentes. Organizamos uma listagem das personalidades políticas disponíveis que tinham acompanhado os anos tumultuados que antecederam a Revolução de 1930 e/ou participado do novo regime. (...) Foi preciso ainda delimitar a ótica de nossa pesquisa: estudar elites políticas à luz do ator, em suas articulações com o campo político e com a conjuntura histórica. Partindo do pressuposto de que o ator político é indissociado e indissociável do sistema, procuramos no Programa de História Oral estudar o sistema político através do testemunho e depoimento de personagens que fizeram a História.” Cf. *BIB*, n. 2, 1977, p. 7.

5) O *site* mantém no seu Histórico, como se viu, a mesma ênfase da apresentação de 1977 em elites políticas, história institucional e pensamento social brasileiro. Também na apresentação do Programa de História Oral continua-se a enfatizar “os processos de formação das elites, as influências políticas e intelectuais”, acrescentando-se de forma mais ampla “os conflitos e as formas de conceber o mundo e o país”. Quando se enumeram os entrevistados mais frequentes do acervo de história oral, a elite de representantes das classes populares deixa de ser explicitada (para figurar como residual na categoria “entre outros”, mesmo que alguns deles estejam personalizados nos verbetes do *Dicionário histórico-biográfico*) e é incluída restritivamente entre os que fazem oposição ao Estado (ou com ele cooperam de fora): “Esta linha de acervo [da história oral] continua em vigor até hoje e abarca políticos, intelectuais, tecnocratas, militares e diplomatas, entre outros, desde os que ocuparam cargos formais no Estado até os que, fora do Estado, com ele cooperaram ou lhe fizeram oposição”.

6) Os livros citados são *Revolução de 30: textos e documentos* (org. por Manoel Luiz Salgado Guimarães et alii. Brasília, UnB, 1982, 2 vol.) e Simon Schwartzman org., *Estado Novo, um auto-retrato* (Brasília, UnB, 1983), ambos

da Coleção Temas Brasileiros.

7) Concepção esta que paradoxalmente traz semelhanças com as vilas operárias de fábrica, com sua ligação orgânica entre trabalho e moradia, vilas estas que, no entanto, Agamenon e seus seguidores combateram pelo que elas representavam, em detrimento do poder público local.

8) Esta análise se encontra em J. S. Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés* (São Paulo, Marco Zero; Brasília, UnB, 1988). Ver também o livro de Rosilene Alvim, *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren* (Rio de Janeiro, Graphia, 1997).

9) "Verificamos, logo no início de nossos estudos, que a compreensão dos termos da discussão do problema teria que estar referida a todo um período anterior no qual o assunto vinha sendo levantado e debatido. Seu abandono poderia conduzir-nos a subestimar e/ou ignorar toda uma intensa atuação, tanto do operariado, quanto do empresariado face à questão, o que evidentemente só beneficiaria a perspectiva que destaca o papel 'pioneiro' do Estado no pós-30. (...) Pelo menos desde os últimos anos da segunda década deste século, o problema da legislação social vinha sendo amplamente discutido pela Câmara, pelo Senado e pelos órgãos representativos da classe empresarial, sendo objeto destacado de reivindicações por parte do movimento operário. A existência desse debate e também a elaboração de algumas leis sociais no período anterior à Revolução de 30 devem ser ressaltadas para o próprio questionamento do caráter antecipatório do Estado pós-revolucionário. Assim, estamos procurando destacar que o fator *tempo*, relacionado à aprovação e implantação das leis sociais no Brasil, deve ser considerado para que se possa dimensionar a 'novidade' e 'rapidez' do processo de implantação da legislação social, e, nele, o papel do Estado. (...) [Além disso] acreditamos que, embora a questão seja discutida tanto antes quanto depois de 30, a especificidade dos dois momentos pode fornecer-nos uma perspectiva comparativa de grande interesse." Angela Gomes, *Burguesia e trabalho*, p. 26.

10) "Mostra a Autora muito bem como 30 não significou nenhum rompimento radical com o passado, nem remoto nem recente. As lideranças empresariais passaram intactas para o novo regime, como viria a acontecer igualmente com as lideranças operárias colaboracionistas e com as oligarquias estaduais. Tontearam um pouco, mas não chegaram a ir à lona; logo refeitas, retomaram as rédeas dos seus interesses, das suas associações ou de seus domínios regio-



nais. (...) Outro tema tratado pela Autora é o que diz respeito à destruição do 'mito da outorga' da legislação do trabalho, mito este construído e cultivado pelos revolucionários de 30 e principalmente a partir de 37, com o Estado Novo. (...) Não podemos silenciar que nos coube a honra de haver iniciado essa derrubada. O nosso *O Problema do sindicato único no Brasil*, aparecido em princípios de 1952, leva por motivação justamente o combate ao mito." In Angela Gomes, *Burguesia e trabalho*, p. 15.

11) *Velhos militantes* (de Angela de Castro Gomes (coord.), Dora Rocha Flaksman e Eduardo Stotz. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988. Coleção Antropologia Social, dirigida por Gilberto Velho) traz depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier e Hilcar Leite. Este livro, pelo cuidado e sensibilidade de sua introdução, assim como pela transmissão emocionante da experiência desses portadores anônimos da memória pública, deveria ser tão citado quanto merecidamente o são os outros dois livros de Angela pertencentes ao mesmo ciclo de pesquisa. O ganho em intuição histórica que pôde adquirir a interpretação de *A invenção do trabalhismo* pelo acesso ao pensamento dos *velhos militantes* pode ser avaliado por este trecho finalizador do rico e detalhado depoimento de Elvira Boni: "Acho que chegamos a adiantar bastante [as lutas coletivas], porque se não fôssemos nós Getúlio Vargas não teria assinado as leis trabalhistas que assinou, e que mesmo assim continuam até hoje a ser burladas" (p. 67).

12) Gostaria de ressaltar aqui, como exemplos da busca da interdisciplinaridade envolvendo contatos internacionais, que tiveram relevante influência no CPDOC, o curso sobre a trajetória sócio-intelectual de Max Weber ministrado em 1987 por Michael Pollak, numa iniciativa conjunta com o PPGAS-Museu Nacional-UFRJ, além de outras atividades realizadas por aquele fecundo autor da história do tempo presente e da história oral em suas visitas ao CPDOC, assim como as visitas de Roger Chartier. Para uma apresentação da produção deste último autor, cf. J. S. Leite Lopes, Apresentação à palestra de Roger Chartier, em *Estudos Históricos*, jan-jun 1994 (CPDOC 20 anos), p. 97-100.

13) Ver, entre outros, artigos de Marieta de Moraes Ferreira e Verena Alberti sobre diferentes aspectos da história oral, disponíveis no *site* do CPDOC. Outros trabalhos ainda teriam relação com a temática das classes populares, como a história da educação física nas forças armadas feita em artigo de Celso Castro, ou ainda o livro *Intelectuais e guerreiros* de Alzira Abreu, que se relacio-

na com os movimentos sociais através da história social da utopia de uma rede de alunos secundários de uma certa escola no Rio de Janeiro nos anos 1960.

14) Cf. J. S. Leite Lopes, *Lectures savantes d'un syndicalisme paradoxal; la formation de la classe ouvrière brésilienne et le syndicat 'officiel'*, *Genèses*, n. 3, mars 1991, p. 73-96.

15) Além das citações mencionadas, encontradas nas páginas 8 e 92, ao longo do seu livro John D. French faz outras citações dos trabalhos de Angela, assim como de outras fontes do CPDOC.

16) Angela Gomes continuou a trabalhar ao longo do tempo sobre a temática trabalhista e sindical, entre outras atividades diversificadas. Assim, com Marieta de Moraes Ferreira, escreveu *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*, in *BIB*, n. 24, 1987; com Maria Celina D'Araujo, publicou *Getulismo e trabalhismo* (São Paulo, Ática, 1989) e escreveu o importante artigo *A extinção do imposto sindical: demandas e contradições*, in *Dados*, vol. 36 (2), 1993, p. 317-352. Também Maria Celina D'Araujo tem uma contribuição relevante no estudo do PTB e do trabalhismo em geral: ver o seu *O segundo governo Vargas 1951-1954; democracia, partidos e crise política* (Rio de Janeiro, Zahar, 1982).

17) Mario Grynspan fez também, em parceria com Afrânio Garcia, a resenha crítica da produção brasileira de ciências sociais sobre o mundo rural para livro de avaliação da produção na área organizado no âmbito da ANPOCS por Sergio Miceli, em artigo intitulado *Veredas da questão agrária*. Cf. *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*, org. Sergio Miceli (São Paulo, Sumaré, 2002).

18) Tal domínio da interdisciplinaridade se completa e comprova quando, em sua tese de doutorado, após o estudo de uma antropologia da política do camponato, Mario se volta para o estudo da contextualização das teorias sobre as elites. Ver seu importante livro *Ciência, política e trajetórias sociais; uma sociologia histórica da teoria das elites* (Rio de Janeiro, FGV, 1999).

19) Já em 1983 Dulce estava em Recife entrevistando Gregório Bezerra, quando eu me encontrava pesquisando documentos no Arquivo Público Estadual sobre os operários têxteis de Pernambuco, entre eles a coleção do jornal *Folha do Povo*, cotidiano do PCB que trazia uma boa cobertura do que se passava nas fábricas têxteis e nos bairros de sua proximidade. Fiz então, juntamente com Dulce, e graças à sua apresentação, uma entrevista com Paulo Cavalcanti,

jornalista observador direto dos movimentos sociais do estado e membro do PCB, e posteriormente, por indicação dele, pude localizar e entrevistar Júlia Santiago, tecelã e militante sindical de Recife nos anos 1950 e 60.

20) A perda da batalha contra a privatização, representando um desfecho desfavorável de toda a movimentação dos anos 1980 da sociedade civil local, levou em seguida a uma progressiva reorientação, em linhas gerais, da ação democrática de dentro para fora da fábrica – do predomínio da luta por direitos trabalhistas dentro de uma pauta sindical que polarizava toda a cidade, para a hegemonia progressiva de uma pauta de lutas urbanas, contra a poluição fabril sobre a cidade, pela construção de uma identidade local independente da companhia. Nessa transformação, a diocese continua a ter um papel de apoio decisivo. Cf. J. S. Leite Lopes, A ambientalização dos conflitos sociais em Volta Redonda, *paper* escrito para a rede Brasil Sustentável/FASE, também depositado no Núcleo de Antropologia da Política do Museu Nacional, UFRJ.

21) Cf. também o texto de Verena Alberti sobre os depoimentos dos pioneiros da siderurgia brasileira: A construção da grande siderurgia e o orgulho de ser brasileiro: entrevistas com pioneiros e construtores da CSN (Rio de Janeiro, CPDOC, 1999. Trabalho apresentado no V Encontro Nacional de História Oral, realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte (MG), 24-26 nov. 1999).

22) A FGV, que tem renome pela ortodoxia “neoclássica” de seus cursos e seus institutos de economia (apesar da erudição e interesse pioneiro pelas ciências sociais de Isaac Kerstenetzky), e que teve também a enorme sabedoria de acolher há 30 anos o CPDOC – e torcemos para que continue a apoiá-lo como unidade prioritária e essencial, situada acima de eventuais reengenharias –, tem, de alguns anos para cá, feito aberturas para projetos de combate às desigualdades sociais, premiando iniciativas municipais nesse sentido, além de assessorar ONGs do ponto de vista organizacional e financeiro. O CPDOC tem toda a competência para desenvolver, nesse contexto, projetos voltados para a melhoria das necessidades de memória e identidade social de populações pertencentes às classes populares, como é o caso do projeto aqui citado.

23) Foi feito anteriormente um *survey* na região metropolitana do Rio de Janeiro, com a participação de Dulce, Mario, José Murilo de Carvalho e Leandro Piquet Carneiro, que serviu de referência e contexto para a pesquisa acima refe-

rida. Os resultados do *survey* foram publicados por CPDOC-FGV/ ISER em dois volumes, sob o título geral *Lei, justiça e cidadania*, e um subtítulo para cada um: *Direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro* (1997) e *Cor, religião, acesso à informação e serviços públicos* (1998). Dulce Pandolfi e Mario Grynszpan também são organizadores (junto com José Murilo de Carvalho e Leandro Piquet Carneiro) e participam com artigos do livro *Cidadania, justiça e violência* (Rio de Janeiro, FGV, 1998).

## ***Estudos Históricos* – 15 anos!**

### **Introdução**

Lançada em 1988, a revista *Estudos Históricos* correspondia então ao amadurecimento institucional do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, fundado em 1973. Entre uma data e outra, um intervalo de 15 anos com muitas importantes transformações no panorama historiográfico em geral, e no brasileiro em particular.

Em começos dos anos 1970, a historiografia praticada nos principais países ocidentais, a começar pela França, onde a Escola dos Anais era hegemônica, passava aos poucos das abordagens estruturais e quantitativas para as de natureza sociocultural, centradas no estudo das mentalidades coletivas, movimentos sociais e práticas discursivas, ao mesmo tempo em que se processavam os assim chamados “retornos” – da narrativa e da história política – abordados em artigo de L. Stone, já no final da década.<sup>1</sup>

No Brasil, quando foi criado o CPDOC, vivia-se o auge dos “anos de chumbo”, sob os efeitos ainda das perseguições e restrições intelectuais inauguradas ou aprofundadas pelo AI-5 de 1968.<sup>2</sup> Foram elas contemporâneas da verdadeira revoada de “brasilianistas” e da criação dos primeiros cursos de pós-graduação em história, em algumas universidades brasileiras.<sup>3</sup>

Entre nós, a historiografia dividia-se entre o “tradicional” e o “inovador”. As tendências e concepções tradicionais, majoritárias, representavam a persistência das práticas empiristas e narrativo-descritivas da chamada historiografia “positivista” tão criticada por M. Bloch e L. Febvre

na França, desde 1929. Por “inovadoras”, entendemos as concepções críticas contrárias à historiografia dominante e as novas propostas tendentes a conferir ao trabalho do historiador uma respeitabilidade científica. Tratava-se, no primeiro caso, das perspectivas marxistas, salvo poucas exceções; já o segundo caso correspondia aos esforços desenvolvidos por alguns historiadores para estabelecer uma tradição de estudos quantitativos ou seriais.<sup>4</sup>

Ao surgir no cenário acadêmico brasileiro, com uma proposta muito nítida de se constituir em centro de documentação e pesquisa histórica, o CPDOC logo se identificou como espaço *sui generis*, uma vez que tendia a recrutar sua equipe entre jovens egressos de cursos de graduação em história e ciências sociais, mas os incentivava a fazer seus cursos de pós-graduação em sociologia, ciência política ou antropologia.

Os primeiros passos do CPDOC não estiveram isentos de certas ambigüidades e dificuldades.<sup>5</sup> Pouco propensos a se assumirem como “historiadores”, numa instituição dedicada, em princípio, a pesquisas históricas, seus pesquisadores eram encarados com desconfiança nos meios universitários e nas associações de historiadores profissionais – tratar-se-ia na verdade de “cientistas sociais que queriam fazer história”. Além do mais: realizar pesquisas e trabalhos em história política e centrados no papel e nas idéias das elites políticas brasileiras decididamente não parecia ser, naqueles anos, uma opção ajustada às características nem da *nouvelle histoire* nem da crítica marxista.

Já nos anos 1980, sobretudo na sua segunda metade, as mudanças então operadas na historiografia e a expansão e o amadurecimento dos programas de pós-graduação em história, com a implantação dos primeiros cursos de doutorado (fora da USP), trouxeram atitudes e perspectivas novas em relação à importância dos centros de documentação e pesquisa e da história oral, assim como a necessidade de uma “nova história política”.<sup>6</sup> O declínio da “grande teoria”, ou seja, das narrativas totalizantes típicas do marxismo e do estruturalismo, abriu caminho ao estudo de “novos objetos” e a “novas abordagens” em perspectiva interdisciplinar, quer sob o rótulo genérico de história social, quer sob a forma de estudos sobre a questão do “político” – como poder e como política.<sup>7</sup>

O lançamento de *Estudos Históricos* (1988) insere-se assim, desde o

início, na busca de uma maior aproximação entre cientistas sociais e historiadores. Quinze anos após a fundação do CPDOC, o aparecimento dessa nova revista era dos mais oportunos, pois vinha situá-la em meio às novas revistas de história surgidas na década,<sup>8</sup> e a outras, mais antigas e consolidadas, de ciência política, sociologia e antropologia.

No âmbito da “oficina da história”, isto é, dos historiadores profissionais, o aparecimento de *Estudos Históricos* foi saudado em geral com alguns sentimentos contraditórios – um misto de alegria e preocupação. Parecia altamente positivo o surgimento de uma nova revista voltada para a publicação de trabalhos de pesquisa histórica, mas, por outro lado, sendo bastante conhecida a vinculação do CPDOC aos trabalhos de documentação e pesquisa voltados para a história política republicana, sobretudo o período do Estado Novo, havia quem imaginasse a nova revista marcada por limitações temáticas e de abordagem derivadas de seu ambiente institucional.

Pensando provavelmente em tais sentimentos e preocupações, os editores do primeiro número<sup>9</sup> prepararam o editorial “Por uma revista de história” e dedicaram aos “Caminhos da historiografia”, esse número inaugural. Tratava-se de um discurso que sublinhava, o tempo todo, as diferenças entre ciências sociais e história, tendo como referência principal a oposição entre necessidade e liberdade, respectivamente, para, a seguir, apostar “em uma visão integrada desses dois saberes”, superando a “separação formal entre os campos da história e das ciências sociais”. Pretendia-se assim reunir compreensão histórica e explicação, reconhecendo o caráter analítico da história e a historicidade das teorias. Em face das concepções antagônicas presentes na historiografia brasileira – e em suas ambigüidades em relação ao passado –, os editores destacavam a importância da memória para a compreensão do momento presente em conexão com a história dos momentos passados. Ao fim e ao cabo, o editorial fundador afirmava que a proposta dos editores era “a de reunir em uma revista todos os profissionais interessados em participar da análise do Brasil sob uma perspectiva histórica”, fazer “uma revista que seja um órgão de divulgação de uma perspectiva multidisciplinar voltada para a história do Brasil”. Por último, o discurso manifesta-se a favor de um saber que encare como irrelevantes “certas fronteiras acadêmicas” e considera

o conhecimento da história do país como algo fundamental à vivência cotidiana da cidadania.<sup>10</sup>

Dez anos mais tarde, na “Apresentação” do nº 20 da revista, os editores<sup>11</sup> se reportam ao editorial de 1988: a proposta de “uma visão integrada de história e ciências sociais”, a menção à “importância de recuperar o passado, a memória” e a intenção de publicar uma revista “que apresente diferentes maneiras de compreender o Brasil”, ou seja, “textos de profissionais de origens diversas que analisem o Brasil em perspectiva histórica”, uma vez que “qualquer tema pode ser tratado em perspectiva histórica e, portanto, pode ser enfocado dentro da perspectiva da *Estudos Históricas*”.<sup>12</sup>

Comparando-se esses dois editoriais, é possível perceber-se certas diferenças entre eles, mas também algumas continuidades ou permanências muito significativas. Em 1988, nota-se nos editores uma certa preocupação acerca das relações entre a história e as ciências sociais: suas diferenças atuais devem ser negadas/superadas, a fim de que se viabilize o projeto de uma “revista de história”, produzida no âmbito de uma instituição bastante influenciada, em diversos sentidos, pelas ciências sociais. Já em 1997, o discurso editorial comemora o êxito alcançado no sentido de identificar a revista com a perspectiva histórica e o fantasma da dicotomia entre a história e as ciências sociais parece ter sido exorcizado, afinal. Talvez em virtude de tal visão, um tanto otimista no nosso entendimento, a maior parte do texto da “Apresentação” é dedicada a um rápido balanço quantitativo-temático a respeito dos artigos e entrevistas publicadas nos 20 primeiros números da *Estudos Históricas*.

### **Características/ Estrutura**

Desde seu primeiro número, *Estudos Históricas* empenhou-se em organizar cada novo número em torno de determinados núcleos temáticos cuja definição e/ou escolha coube sempre ao conselho editorial, em colaboração com os editores (Anexo I). É evidente que essas escolhas poderão ser discutidas, quer quanto ao conteúdo, quer quanto à sua oportunidade. Mas a nós parece também evidente que essa discussão se afigura bastante ociosa hoje em dia, pois o mais importante é reconhecer o nível elevado das contribuições temáticas e sua coerência teórica com as diretrizes da



revista. Com relação a este último ponto, observa-se, é verdade, uma certa oscilação entre abordagens propriamente históricas e outras mais sociológicas, políticas ou antropológicas. Este é um elemento problemático, talvez inevitável, e que não chega a pôr em risco o caráter histórico da revista, segundo os seus editores.

Como contrapartida, quem sabe, a revista *Estudos Históricos* proporciona àqueles que como nós a analisam como um todo, duas satisfações muito importantes em termos históricos: o interesse permanente pela historiografia, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista da apresentação de excelentes levantamentos e balanços historiográficos e, em segundo lugar, a ênfase dedicada, especificamente, às questões teórico-metodológicas associadas à escrita da história, hoje. Não poderíamos tampouco deixar de mencionar outro aspecto positivo: o lugar privilegiado atribuído ao presente, quer em relação ao passado-presente, quer ao futuro-presente.<sup>13</sup>

### **Momentos significativos**

Há, no mínimo, cinco desses momentos, e em quatro deles, pelo menos, a teoria da história e a historiografia estão presentes: no nº 1 – “Caminhos da historiografia” (1988); no nº 10 – “Teoria e história” (1992); no nº 19 – “CPDOC 20 anos” (1994); no nº 17 – “Historiografia” (1996). O nº 20, dedicado à “América Latina”, comemora os dez anos de *Estudos Históricos* (1997) e inclui contribuições voltadas para a historiografia.

“Caminhos da historiografia”, número inaugural, aborda problemas fundamentais da teoria da historiografia brasileira, além de artigos dedicados à hermenêutica, ao papel do historiador e à historiografia portuguesa contemporânea. Escritos quase todos eles por profissionais de história, tais artigos constituíam então uma confirmação convincente dos propósitos enunciados pelos editores da revista no editorial por nós analisado linhas acima.

“Teoria e história” aborda algumas das questões e preocupações típicas dos anos 1990: a novidade (aparente) de uma história dos conceitos; os fundamentos da epistemologia da história; uma ego-história em chave antropológica; a memória social; a história e o cinema; o futuro dos arquivos; o “retorno” da história política. Historiadores e cientistas sociais

colaboraram então na apresentação de uma perspectiva multidisciplinar que tinha na história o seu foco ou eixo referencial.

“CPDOC 20 anos” é uma tentativa, que reputamos bem-sucedida, de fazer da comemoração dos 20 anos da fundação do CPDOC a consagração também dos objetivos de *Estudos Históricos* – a integração da história com as ciências sociais. Talvez mais importante, porém, é a presença de historiadores, filósofos da história e arquivistas estrangeiros, debatendo, com profissionais brasileiros, algumas das questões mais candentes do panorama historiográfico de então – a história política, a narrativa e o discurso histórico, os registros documentais e as incertezas da “história hoje”. Não por acaso, este é ainda hoje um dos números mais lidos da revista, já que boa parte das indagações e questionamentos ali presentes permanece muito viva e atual.

Em “Historiografia”, tivemos o cuidado, como editor convidado, de frisar na “Apresentação” o compromisso da revista com as questões historiográficas, isto é, a investigação crítica e reflexiva acerca da produção e da natureza do discurso histórico. Os trabalhos publicados neste número dividem-se em quatro tópicos: visões historiográficas mais gerais, questões teórico-metodológicas, relação entre história e política, e abordagens bibliográficas. Trata-se de contribuições bastante diferentes entre si, mas que têm preocupações em comum acerca da escrita da história – a identidade do historiador, a questão da hermenêutica, o lugar do arquivo. Um lugar de destaque coube às abordagens sobre a questão do político e a história política.

No volume dedicado à “América Latina”, cuja temática nada tem a ver aparentemente com questões de natureza teórica e historiográfica, vale sublinhar, em primeiro lugar, a “Apresentação”, e a seguir um artigo de T. Halperin Donghi sobre a historiografia colonial hispano-americana à luz do multiculturalismo. Quanto à “Apresentação”, já analisada linhas atrás, valeria lembrar o balanço temático dos números publicados e a quantificação de artigos, resenhas e entrevistas publicadas por *Estudos Históricos* em seus 20 números.

Além destes números associados aos “momentos significativos” por nós sublinhados, é evidente que muitos outros números, quase todos, mereceriam ser aqui mencionados. No entanto, para simplificar um pouco

nossa tarefa – e o trabalho do leitor! – tentamos compor alguns blocos a partir de afinidades que reconhecemos, ou imaginamos, entre determinados números. Temos então:

1º bloco: Problemas correlatos à escrita da história

nº 3 – Memória (1989)

nº 19 – Indivíduo, biografia, história (1997)

nº 21 – Arquivos pessoais (1998)

O nº 3 reúne diversos artigos de autores nacionais e estrangeiros sobre os vários sentidos associados à noção de “memória”, além de uma entrevista e dois textos sobre Richard Morse. Em comum o fato de os colaboradores serem cientistas sociais ou da área de estudos literários. O nº 19 contempla algumas questões gerais acerca das relações entre biografia e indivíduo, bem como alguns estudos de casos. Pesam de maneira decisiva, neste número, os historiadores nacionais e estrangeiros. O nº 21, ao mesmo tempo em que comemora os 25 anos do CPDOC, enfeixa contribuições bastante originais sobre a natureza da escrita típica dos arquivos pessoais e sobre o espaço do arquivo pessoal. O conjunto de colaboradores é constituído por profissionais com formação em história e arquivistas nacionais e estrangeiros.

2º bloco: A história pátria e o “nacional”

nº 2 – Identidade nacional (1988)

nº 4 – República (1989)

nº 14 – Comemorações (1994)

nº 25 – Heróis nacionais (2000)

Enquanto o tema da “Identidade nacional” é enfocado a partir de perspectivas as mais diversas por cientistas sociais e filósofos, o tema das “Comemorações” (nacionais) conseguiu colocar lado a lado textos de historiadores, em maior número, e de antropólogos. Ao contrário das discussões mais abstratas do nº 2, no nº 14 os estudos circunscrevem objetos bem definidos do ponto de vista espaço-temporal. Mais ou menos com estas mesmas características é que se apresenta o nº 25, sobre “Heróis nacionais”, onde seria justo ressaltar a originalidade de boa parte dos artigos. Em 1989, ano do centenário da Proclamação da República, *Estudos Históricos* não poderia ter deixado de reunir historiadores e cientistas sociais para apresentarem estudos acerca de alguns temas republicanos,

a eles acrescentando um balanço historiográfico da Primeira República.

3º bloco – A questão da cultura

nº 6 – Cultura e povo (1990)

nº 11 – Os anos 20 (1993)

nº 16 – Cultura e história urbana (1998)

nº 24 – Cultura política (1999)

Uma conversa com Carlo Ginzburg e uma entrevista com Eric J. Hobsbawm complementam, no nº 6, artigos que tratam quer de questões mais gerais, como a do trabalhismo, quer de aspectos da cultura carioca – a popular. Mais uma vez, historiadores se fazem presentes ao lado de antropólogos e cientistas políticos. Em “Os anos 20”, ao lado da “crise econômica” e da “crise política”, são as manifestações da cultura que reúnem os interesses da metade ou mais dos autores, historiadores em sua maior parte.

Importantes artigos de Chartier, Burke e Morse introduzem o leitor à temática do nº 16, devidamente completados pelos textos elaborados por historiadores e cientistas sociais brasileiros. Trata-se de um conjunto de trabalhos de imensa valia para os estudiosos da história cultural do ponto de vista do urbano. O número dedicado à “Cultura política” marcou época, tanto pelo próprio tema como pela originalidade dos trabalhos nele publicados, cuja autoria nos remete a um conjunto de pesquisadores do próprio CPDOC e a alguns professores de história e ciências sociais.

O nº 28, “Sociabilidades”, poderia também ser incluído neste bloco, pois, na realidade, as contribuições nele publicadas têm tudo a ver com a história cultural, quer nas formas individuais, quer nas coletivas do convívio social, inclusive suas tensões e conflitos. Historiadores e cientistas sociais aqui reunidos demonstram, na prática, as possibilidades muito amplas de uma coletânea interdisciplinar como esta.

4º bloco – A história e as ciências sociais

nº 5 – História e ciências sociais (1990)

nº 15 – História e região (1995)

nº 18 – Justiça e cidadania (1996)

nº 22 – Política (1998)

Em “História e ciências sociais”, os diferentes artigos tratam de fato da questão dos “brasilianistas” e são escritos por antropólogos. Há também

sociólogos interessados em Florestan Fernandes e em Howard S. Becker. O principal destaque, no entanto, caberia a um artigo de Gerson Moura sobre a história e as ciências sociais nos EUA e à resenha de Alzira de Abreu do livro de Brigitte Mazon que estuda, nas origens da École des Hautes Études en Sciences Sociales, o papel desempenhado pelo “mecenate americano”. Já no caso do volume sobre “História e região”, são historiadores e antropólogos que enfocam de diversos ângulos a questão regional – e não os geógrafos, como seria lícito esperar-se. Seja como for, porém, a variedade das abordagens oferece ao leitor um conjunto de amostras significativas de como podem ser diferentes as formas de analisar as relações entre região e história.

Os n<sup>OS</sup> 18 e 22 de *Estudos Históricos* são exemplos concretos do tratamento de temas ou tipicamente conceituais, como “Justiça e cidadania”, ou institucionais, como “Polícia”. Num e noutro caso tendem então a se misturar as visões mais gerais e aquelas mais ou menos pontuais. Assim, se em “Justiça e cidadania” são os cientistas políticos que dominam o conjunto, no caso da “Polícia” são historiadores que predominam.

Talvez pudéssemos organizar outros blocos, como, só para exemplificar, um que reunisse os n<sup>OS</sup> 9 – “América”, 26 – “Descobrimientos” e 27 – “Brasil-Estados Unidos”. Há também certos números muito bons, embora isolados: o n<sup>o</sup> 7 – “Viagem e narrativa”, o n<sup>o</sup> 8 – “História e natureza” e o n<sup>o</sup> 29 – “Economia e sociedade”. Todavia, não tivemos a pretensão de analisar todos os números publicados e acabamos, na verdade, por referenciar uma quantidade bem maior do que aquela que tínhamos em vista inicialmente.

### **Considerações gerais**

Do exame dos exemplares de *Estudos Históricos* que formam o conjunto já publicado semestralmente, é possível depreender certas constantes que contribuem para a identidade da revista, é certo, mas que também revelam algumas de suas ambigüidades.

Desde seu lançamento, a revista se propôs publicar trabalhos de historiadores e cientistas sociais unidos pelo compromisso comum de produzir “textos de história”. Decorência lógica desse compromisso tem sido o lugar de destaque concedido à historiografia – como história da história

e como teorização do discurso histórico. Prova do que afirmamos são os números especialmente dedicados à historiografia antes referidos e a frequência com que têm sido publicados os mais diversos balanços historiográficos. Significativamente, porém, nem os editores, nem os autores de tais balanços parecem dispostos a comentar ou discutir, salvo na opinião de convidados estrangeiros, as implicações dos debates históricos contemporâneos sobre as condições de possibilidade do discurso histórico, e, portanto, da historiografia.<sup>14</sup> Tal silêncio, que poderia ser entendido como uma atitude de neutralidade ou de distanciamento em relação aos textos publicados, deixa que permaneçam sem respostas algumas indagações interessantes: em que consiste afinal, ou como é entendido, o caráter “histórico” atribuído aos trabalhos? Como são pensadas as diferenças entre cientistas sociais e historiadores e suas eventuais convergências? Se o território da história constitui referência comum a todos os colaboradores, de qual história se trata concretamente? No caso desta última indagação, por exemplo, estamos pensando em certas referências a conceitos ou noções como “empirismo”, “historicismo”, “documentalismo”, entre outras, empregadas como desqualificadoras do historiador típico de determinada obra ou autor.<sup>15</sup>

Se esta não é a ocasião mais adequada para analisarmos essas indagações, não poderíamos deixar de salientar o fato de que sua simples menção aponta para a existência de dilemas que expressam, no âmbito da revista, as dificuldades que envolvem a definição das identidades do historiador e da própria prática historiadora. Na realidade, conforme assinalamos, convivem o tempo todo, ao longo das três dezenas de números já publicados, as perspectivas “históricas” de dois tipos de profissionais: os historiadores e os cientistas sociais.<sup>16</sup>

Contrapondo-se em parte às observações acima existe o fato de que a revista *Estudos Históricos* foi pensada, desde sempre, como devendo ser uma publicação totalmente aberta à participação dos profissionais das ciências sociais e humanas, fortemente interdisciplinar portanto, cujo principal compromisso deveria ser com a necessária perspectiva histórica exigida de todos os colaboradores. É esta marca interdisciplinar que tem estado presente no corpo de editores e nos conselhos – editorial e consultivo –, em que pesem suas várias alterações ao longo dos anos. Como

consequência disso, o diálogo e a colaboração interdisciplinares têm sido uma constante, especialmente por ocasião das escolhas temáticas e da seleção de artigos para publicação.

Em conclusão, se boas são as intenções, como de fato elas parecem ter sido ao longo de todos estes anos, talvez já se esteja em tempo de repensar e discutir amplamente as questões que persistem.

Francisco J. Calazans Falcon é professor livre-docente do Departamento de História da PUC-Rio.

## Notas

- 1) L. Stone, The Revival of 'Narrative': Reflections on a New Old History, *Past and Present*, 85. No n. 86 do mesmo periódico (fev. 1980), E. Hobsbawm faz a crítica deste artigo em A volta da narrativa (p. 2-8), também publicado em *Sobre história* (São Paulo, Companhia das Letras, 1998), p. 201-215.
- 2) F. J. C. Falcon, História e poder, in C. F. Cardoso e R. Vainfas (eds.), *Domínios da história* (Rio de Janeiro, Campus, 1997), p. 84-89; idem, História das idéias, in C. F. Cardoso e R. Vainfas (eds.), op. cit., p. 113-117; idem, Depoimento, in *Maracanan*, UERJ, ano 1, n. 1, 1999/2000, p. 119-123.
- 3) Fernanda Massi, Brazilianismos, 'brasilianists' e discursos brasileiros, *Estudos Históricos*, n. 5, 1990, p. 29-44; Heloisa A. Pontes, Brasil com z, *Estudos Históricos*, n. 5, p. 53-61.
- 4) F. J. C. Falcon, L'historiographie brésilienne contemporaine (1958-1969), in *Mélanges offerts à K. de Queirós Mattoso* (Paris, L'Harmatan, 2000), p. 93-108.
- 5) Alzira A. de Abreu, Apresentação, *Estudos Históricos*, n. 13, 1994, p. 5.
- 6) C. Fico e R. Polito, *A história no Brasil (1980-1989)* (Ouro Preto, Universidade Federal de Ouro Preto, 1992), p. 53-60; F. J. C. Falcon, História e poder, op. cit., p. 77 e segs.
- 7) R. Rémond, Por que a história política?, *Estudos Históricos*, n. 13, 1994, p. 7-19; e *Por uma história política* (Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996).
- 8) J. Roberto do Amaral Lapa, *História e historiografia. Brasil pós-64* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985), p. 45-46.

- 9) Angela de Castro Gomes, Gerson Moura e Lúcia Lippi Oliveira.
- 10) Por uma revista de História (apresentação), *Estudos Históricos*, n. 1, 1988, p. 3-4.
- 11) Agora, Lúcia Lippi Oliveira, Marieta de Moraes Ferreira e Mario Grynspan.
- 12) Apresentação, *Estudos Históricos*, n. 20, 1997, p. 159-161.
- 13) R. Koselleck, 'Space of Experience' and 'Horizon of Expectation': Two Historical Categories, in R. Koselleck, *Futures Past* (Mass., MIT, 1985), p. 267-288.
- 14) J. Topolski (ed.), *Historiography Between Modernism and Post-modernism* (Amsterdã-Atlanta, Rodopi, 1994); J. F. C. Falcon, História e representação, in C. F. Cardoso e J. Malerba (orgs.), *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar* (Campinas, Papirus, 2000), p. 41-80.
- 15) F. J. C. Falcon, A identidade do historiador, *Estudos Históricos*, n. 17, 1996, p. 7-30.
- 16) F. J. C. Falcon, Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual, *Tempo*, 2, n. 4, UFF, Sete Letras, p. 5-26.

## **Anexo 1**

### **Lista dos números publicados de estudos históricos com seus respectivos temas**

1. Caminhos da historiografia (1988/1)
2. Identidade nacional (1988/2)
3. Memória (1989/1)
4. República (1989/2)
5. História e ciências sociais (1990/1)
6. Cultura e povo (1990/2)
7. Viagem e narrativa (1991/1)
8. História e natureza (1991/2)
9. América (1992/1)
10. Teoria e história (1992/2)
11. Os anos 20 (1993/1)
12. Globalização (1993/2)
13. CPDOC 20 anos (1994/1)
14. Comemorações (1994/2)
15. História e região (1995/1)
16. Cultura e história urbana (1995/2)



17. Historiografia (1996/1)
18. Justiça e cidadania (1996/2)
19. Indivíduo, biografia, história (1997/1)
20. América Latina (1997/2)
21. Arquivos pessoais (1998/1)
22. Polícia (1998/2)
23. Esporte e lazer (1999/1)
24. Cultura e política (1999/2)
25. Heróis nacionais (2000/1)
26. Descobrimientos (2000/2)
27. Brasil-Estados Unidos (2001/1)
28. Sociabilidades (2001/2)
29. Economia e sociedade (2002)
30. Arte e história (2003)

## **Anexo 2**

### **Editores de *Estudos Históricos* (em junho de 2003)**

Lúcia Lippi Oliveira, Marieta de Moraes Ferreira e Celso Castro.

#### **Conselho editorial**

Alzira Alves de Abreu (CPDOC/FGV), Américo Oscar Guichard Freire (CPDOC/FGV), Angela de Castro Gomes (CPDOC/FGV), Aspásia Camargo (CIDS/FGV), Carlos Eduardo Sarmiento (CPDOC/FGV), Célia Leite Costa (CPDOC/FGV), Charles Pessanha (IUPERJ/UCAM e UFRJ), Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC/FGV), Elisa P. Reis (UFRJ), Fernando Lattman-Weltman (CPDOC/FGV), Francisco José Calazans Falcon (PUC-Rio), Gilberto Velho (MN/UFRJ), Helena Bomeny (CPDOC/FGV e UERJ), Hugo Lovisolo (UERJ e UGF), José Luciano de Mattos Dias (CPDOC/FGV), José Murilo de Carvalho (IFCS/UFRJ), Letícia A. Pinheiro (IRI/PUC-Rio), Margarida de Souza Neves (PUC-Rio), Maria Celina Soares D'Araújo (CPDOC/FGV e UFF), Mario Grynspan (CPDOC/FGV e UFF), Marly Silva da Motta (CPDOC/FGV), Mônica Almeida Kornis (CPDOC/FGV), Mônica Pimenta Velloso (FCRB), Otávio Velho (MN/UFRJ), Ricardo Benzaquen de Araújo (IUPERJ/UCAM e PUC-Rio), Sérgio Lamarão (CPDOC/FGV), Verena Alberti (CPDOC/FGV).

#### **Conselho consultivo**

Berenice Cavalcante (PUC-Rio), Boris Fausto (USP), Caio César Boschi (PUC-Minas),

Carlos Guilherme Motta (historiador), Celso Lafer (USP), Ciro Flamarion Cardoso (UFF), Edgar de Decca (Unicamp), Eulália Lahmeyer Lobo (UFRJ), Fernando Novais (USP), Flora Sussekind (FCRB), Ilmar Rohloff de Mattos (PUC-Rio), Ismênia de Lima Martins (UFF), José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ), Leslie Bethell (Univ. Oxford), Luís Costa Lima (UERJ), Maria Stella Bresciani (Unicamp), Maria Victoria Benevides (USP), Maria Yedda Linhares (UFRJ), Rubem Cesar Fernandes (antropólogo), Rubem George Oliven (UFRGS), Sandra Jatahy Pesavento (UFRGS), Silviano Santiago (PUC-Rio), Simon Schwartzman (sociólogo), Winston Frisch (economista).